

DOIS ANOS

LUIZ FERNANDO

ENTRAMOS, com esta edição, no terceiro ano de existência. Os dois anos transcorridos revelaram a disposição de NOVOS RUMOS em procurar a cada instante os melhores meios de cumprir sua missão de órgão que representa e reflete as ações, o pensamento e as aspirações do classe dos proletários, em sua participação, juntamente com a maioria dos trabalhadores e camadas sociais do país, no estágio atual de luta contra as fatídicas e abstrusas marchas progressistas e democrática da nação.

PARA um jornal, dois anos representam pouco, bem pouco. Mas o que não esquece que somos depositários de uma tradição antiga, com valores — e, queiram ou não o que nos são contrários, continuamente a qualidade acentuadamente melhor — de órgãos da mesma estirpe: «Voz Operária» e «Voz Operária», que, não obstante seus erros e deficiências, guardamos com carinho, pelo que significaram em determinado período de nossas lutas.

O BIÊNIO vivido por nosso jornal foi pleno de acontecimentos auspiciosos na marcha ascensional da humanidade. A época caracterizou-se pelo crescimento da superioridade do sistema socialista, que o grande passado já estabelecendo e consolidando as bases de uma vida nova, de florescimento de todas as riquezas materiais e espirituais do homem. Hoje, a ninguém é lícito duvidar, são as forças do progresso — o socialismo implantado e os povos em luta contra o imperialismo e o colonialismo — que determinam o sentido do desenvolvimento histórico da sociedade. E as forças contrárias à evolução — o imperialismo sua expressão mais alta — por mais que se esforcem já não podem deter esse desenvolvimento. A supremacia nos domínios técnicos e científicos e a satisfação planejada e crescente das necessidades humanas dão a garantia de que, malgrado reveses ocasionais, em breve tempo será uma realidade a vitória completa do socialismo.

NOSSO continente, que era considerado um firme bastião do imperialismo, comemorou há pouco o segundo aniversário do primeiro passo concreto para abandonar o triste papel de «quintal» da principal base da reação mundial, o imperialismo norte-americano. A Revolução Cubana ilumina o caminho latino-americano: É nosso dever defendê-la a qualquer custo e por todos os meios.

NO mesmo período, a África e a Ásia intensificaram as eclusões vitoriosas para romper as cadeias colonialistas.

Internamente, NOVOS RUMOS, a par de sua invariável posição ao lado das reivindicações operárias e das demais camadas populares, tem procurado contribuir no esforço da corrente unitária nacionalista que visa tirar o país do atraso, levá-lo para a senda da total emancipação. Expressão viva dessa luta foi a recente batalha pela sucessão presidencial. Os fatos que assinalam os primórdios do novo governo, apesar de algumas medidas anunciadas, confirmam que, no essencial, nossa posição foi correta.

NOVOS RUMOS, em sua condição de defensor dos princípios marxistas-leninistas, enfrenta dificuldades para manter-se, não contando senão com o povo para sobreviver. Prova disto são as constantes contribuições financeiras que nos chegam de todos os setores populares, das mais diversas regiões do país. E esse entrosamento com os leitores não se manifesta apenas em colaborações monetárias. A forma gráfica de nosso jornal e, mesmo, seu conteúdo, são frutos, em grande parte, de sugestões em resposta a consultas que fizemos, quando NOVOS RUMOS completou seu primeiro ano de circulação. Essa cooperação nos é indispensável, não só para manter, como para aperfeiçoar a qualidade do jornal.

RECONHECEMOS que nossas falhas têm sido muitas, diversas as missões. Nem sempre temos estado à altura de nossos deveres, oportunidades há em que não conseguimos atender em tempo e a contento ao que de nós se espera.

ISSO, contudo, não é motivo para esmorecimentos, desalentos. Muito pelo contrário, aviva-nos a vontade de buscar forças para, cada vez mais, dar o melhor de nós no cumprimento da missão de esclarecimento e educação dos trabalhadores brasileiros, ajudando-os a desenvolver sua consciência política e, assim, apalpar o caminho das conquistas nacionais democráticas de libertação, que farão germinar a vitória definitiva de nossos objetivos últimos, a sociedade humanizada, isenta de classes e exploração.

Funcionalismo: Lúcio Hauer Apresenta Projeto de Seis Horas Corridas Texto na 4ª página

NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA A GUANABARA

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 3 a 9 de março de 1961

Nº 104

Redator-Chefe — Fragmen Borges Diretor — Mário Alves Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr.

Pela Unidade Das Forças Populares

Artigo de ORESTES TIMBAÚVA RODRIGUES

na 6ª página do 1º caderno

Lacerda: na Caça Aos Contrabandistas só Encontra Homens de Jânio Texto na 3ª página

Govêrno Protela Mas o Povo Exige: Reatamento Imediato Com os Países Socialistas Texto na 3ª página do 1º caderno



Arrumadores do Pôrto: Jânio Reduziu de 35% os Salários Texto na 2ª página

BARNABES cariocas reuniram-se, ao meio-dia de terça-feira última, em assembleia geral convocada pelo UNSP. Homens e mulheres que aproveitaram a folga do almoço e foram à sede da ABI discutir com os dirigentes da entidade as condições que deverão ser apresentadas ao representante do presidente da República sobre a questão do novo horário. Houve ambiente de entusiasmo e ficou patente a repulsa do funcionalismo à decisão do sr. Jânio Quadros (leia reportagem na 4ª página do 1º caderno).

«Salário-sanduíche»:

Lacerda protege tubarões do ensino

Texto na 6ª página

Favela de Manguinhos: Sem Luz, Telefone Nem Escolas Texto na 6ª página

Morre um grande líder popular: Roberto Silveira

Texto na 3ª página

Industrialização vai acabar desemprego em Cuba

Rep. de ALMIR MATOS na 8ª página

Para Novas Vitórias do Movimento Comunista Mundial Informe de KRUSCHIOV na 4ª pág. do 2º cad.

Indesejável

ALMIR MATOS

ESPESSA nuvem de silêncio encobre os passos que vêm sendo dados pelo sr. Adolf Berle Jr. desde a sua chegada em nosso país. Seis encontros, suas negociações, suas exigências — tudo se mantém no mais rigoroso sigilo. Até agora o público só tomou conhecimento dos discursos proferidos pelo sr. Berle e pelo ministro Afonso Arinos no banquete oferecido pelo Itamarati ao enviado especial de Kennedy. O resto é silêncio...

ENTRETANTO, por maior que seja essa preocupação em ocultar ao povo as gestões que estão sendo empreendidas por Berle, os brasileiros têm plena consciência de que a sua missão se chama radicalmente com os interesses de nosso país, da América Latina e da paz mundial. Se não teríamos o direito de nos enganar no caso de ser outro o coordenador de assuntos interamericanos do Departamento de Estado, muito menos quando se trata precisamente de quem, como embaixador dos Estados Unidos no Brasil em 1945, dirigiu às escâncaras a campanha contra a convocação da Assembleia Constituinte e articulou o golpe imperialista de 29 de outubro, que derrubou do governo o presidente Vargas. A serviço dos trustes ianques e em conluio criminoso com a «eterna vigilância» udenista, Berle interveio em nossos assuntos internos, comportando-se aqui como se estivesse no quintal de uma de suas propriedades. A indignação patriótica de nosso povo foi tão grande que Berle se viu obrigado a deixar o Brasil. Já o conhecemos de sobra, portanto. E agora, por mais que se esconda, o rabo está sempre de fora.

QUE pretende Berle em sua missão especial? Ele próprio esclareceu no breve discurso pronunciado no Itamarati: manter e ampliar o tipo de «ajuda» que nos vem sendo dada pelos Estados Unidos. Isso quer dizer: aumentar a exploração de nosso país pelos trustes ianques, através de novas concessões e maiores privilégios, que alcancem inclusive o petróleo — afrontosa exigência de que a Standard Oil não pretende abrir mão. Em troca dessa «ajuda», que custa ao

nosso povo sofrimentos e miséria, os imperialistas exigem a total subordinação de nossa política exterior às determinações do State Department. E se a sr. Jânio Quadros, por qualquer motivo, anuncia alterações nessa política, já ai está pressuroso o sr. Berle para pedir explicações e «lembrar», como o fez no citado discurso, que «nunca na História um país ajudou tanto os demais como os Estados Unidos».

A ATITUDE dos patriotas brasileiros diante do insolente embaixador itinerante dos trustes não é, de modo algum, a que foi assumida pelo sr. Afonso Arinos ao se dirigir ao indesejável mentor do golpe de 29 de outubro. Dizer que «a ajuda dos Estados Unidos é indispensável para a conquista da estabilidade democrática» é simplesmente repetir um clichê entreguista, desmentido por toda a sombria história de exploração de nossa pátria pelos monopólios de que Berle é um serviço. Ao contrário, o povo brasileiro está cada vez mais consciente — e exemplos como o de Cuba estão aí bem perto para comprovar — que só haverá estabilidade, econômica e política, em nosso país, quando nos libertarmos da exploração imperialista e tomarmos o caminho de um desenvolvimento verdadeiramente independente. E isso exige do governo brasileiro, em lugar de capitulações entreguistas ou manobras de bastidores, uma política firme, clara e consequente em defesa de nossos interesses soberanos. Não é isso, porém, o que faz o sr. Afonso Arinos quando exalta o saque imperialista fantasiado de «ajuda».

POR todas as razões, o sr. Adolf Berle Jr. é um indesejável. Sempre o foi, aliás, desde que pisou em nossa terra em 1945 como o «embaixador do golpe». Daquela vez o expulsamos, sob a indignação e o ódio dos patriotas. Hoje, o número desses patriotas é muito maior e sua consciência é muito mais elevada. Pode o sr. Afonso Arinos curvar-se servilmente diante de Berle. Mas nós, o povo, os patriotas jamais nos curvaremos. E em lugar de sorrisos o que lhe damos é mais um pontapé.

JÂNIO CASTIGA TRABALHADORES

Rebalxados os Salários Dos Arrumadores do Pôrto

Junta mais uma prova de que a sua preconizada política de sacrifícios é válida exclusivamente contra as massas trabalhadoras, o governo do sr. Jânio Quadros acaba de anular o aumento de 35% e outros direitos que os arrumadores do Pôrto do Rio de Janeiro haviam conquistado a partir

de uma greve de 1 de janeiro de corrente, através do convênio de trabalho firmado entre o seu Sindicato e autoridades do Ministério da Viação.

O Convênio

Os quatro mil arrumadores do Pôrto do Rio de Janeiro, depois de muita luta, conseguiram, já no fim do

governo passado, que o antigo ministro da Viação, comandante Emílio de Amaral Peixoto, autorizasse, através de seu chefe de gabinete, ministro Henrique de Valle, a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro a assinar o novo convênio de trabalho com os arrumadores.

O convênio assegurava aos trabalhadores, entre outros direitos, os seguintes: 1) aumento de 35% em seus salários; 2) férias remuneradas; 3) autorização para operar nos armazéns subordinados a III Inspeção, e destinados a cargas de exterior.

Para que fosse dada cobertura as despesas decorrentes do referido convênio, o antigo ministro da Viação havia autorizado a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro a cobrar a adicional de 10% sobre a tarifa vigente no Pôrto, excluídas as taxas gerais da tabela de armazenagens internas.

A greve

Como as vantagens decorrentes do convênio de trabalho, que eram devidas aos arrumadores desde o dia 1º de janeiro, não estivessem sendo pagas, os trabalhadores decidiram dirigir-se ao Superintendente do Pôrto. Este, interpretando fielmente a política do sr. Jânio Quadros, declarou aos arrumadores que desconhecia a existência do novo convênio, e que continuaria se baseando no acordo firmado em 1958.

Revoltados, os arrumadores paralisaram parcialmente o trabalho na manhã de última sexta-feira, exigindo o cumprimento do contrato de trabalho firmado em 1961.

O castigo

Foi quando entrou em cena, o sr. Clovis Pestana, novo ministro da Viação de sr. Jânio Quadros, baixando uma portaria suspendendo a vigência do convênio firmado pelo Sindicato dos Arrumadores do Estado da Guanabara, anulando, portanto, as vantagens conquistadas pelos arrumadores, inclusive o aumento de 35%.

O ministro da Viação, no mesmo ato, revogou a Portaria B-59, de 27 de janeiro de 1961, que autorizou a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro a cobrar uma taxa adicional, destinada a dar cobertura as despesas decorrentes do novo convênio que havia sido assinado. Era a vassoura castigando os trabalhadores do Pôrto.

A luta

Atingidos brutalmente em seus direitos, e sentindo na própria carne as consequências da chamada política de compressão de despesas do atual governo, que se volta exatamente contra as massas trabalhadoras, exigindo

maiores sacrifícios daqueles que já não têm mais e que aplicam, os arrumadores do Pôrto do Rio de Janeiro decidiram permanecer ligados até que seja reconhecido o convênio de trabalho que lhes assegurava um aumento salarial de 35%, o direito de férias remuneradas, e outras vantagens.

Ocupação do Pôrto

Os arrumadores do Pôrto do Rio de Janeiro, que estavam em greve desde a última sexta-feira, reclamando o cumprimento do convênio de trabalho que o atual ministro da Viação acabava de anular, resolveram voltar ao trabalho na segunda-feira passada, depois que o sr. Jânio Quadros e o seu ministro do Trabalho, sr. Castro Neves, determinaram a intervenção de patrulhas da Marinha de Guerra e do Corpo de Fuzileiros Navais nos armazéns 10, 11 e 12, a fim de impedir a ação dos piquetes.

"Confiança"

Depois de três meses de prosseguir no movimento grevista, os arrumadores acabaram concordando em conceder um voto de confiança ao sr. Jânio Quadros e ao seu ministro do Trabalho, que se comprometeram a reexaminar a situação dos arrumadores, nomeando uma comissão mista para estudar, com prioridade, as bases para um novo convênio de trabalho a ser firmado com a entidade representativa daqueles trabalhadores.

Defende Teu Direito

TELEFONISTA — A telefonista de empresa telefônica somente está obrigada ao horário de seis horas diárias ou 36 semanais. Interpretação que conduza à outra conclusão seria, sem dúvida, restritiva a direito expresso. Se o reclamante sempre se sujeitou a oito horas de trabalho, inquestionável é o seu direito a horas extraordinárias. Ac. TRT. 1.ª Turma (Proc. 804/60). Relator Ministro Pires Chaves, julgado em 2-8-60.

Em se tratando de telefonista, o salário mínimo apenas remunera a jornada normal fixada para a categoria no art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, devendo o excedente das seis horas diárias ser pago como extraordinário, com o acréscimo legal e especial de cinquenta por cento. Ac. TRT. 1.ª Reg. (Proc. 2.254/60). Relator Desembargador Simões Barbosa, julgado em 28-11-60.

TEMPO DE SERVIÇO — O tempo de serviço prestado a empregadores diferentes não pode ser computado para os efeitos legais, porque os contratos são considerados isoladamente. Ac. TRT. 4.ª Reg. (Proc. 1.795/59). Relator Juiz Raul Vieira Pires.

O art. 453 da Consolidação não exclui o tempo de serviço anterior, se a reação se operou por iniciativa do empregado, que nem recebeu a indenização legal, nem iniciou em falta grave. A lei não cogita de uma terceira hipótese, qual a de renúncia do tempo anteriormente trabalhado. Ac. TRT — Pleno (Proc. 1.571/59). Relator Ministro Pires Chaves.

Bem decidiu o Tribunal Regional admitindo como provado o tempo de serviço alegado pelo reclamante, porquanto, embora "encostado" ao IAPI, continuou a prestar serviços a empregadora, sem solução de continuidade, para isso computando-o para todos os efeitos legais, inclusive para fins de indenização. O afastamento se constituiu em fraude à lei e, como tal, não poderia ser invocada por qualquer das partes. Ac. TST, 1.ª Turma (Proc. 4.476/59). Relator Ministro Pires Chaves.

Evidenciando-se que a empregada, após pedir demissão, continuou trabalhando vários meses seguidos, é de se lhe reconhecer o computo dessa fase, além das consequências resultantes de ulterior dispensa. Ac. TRT, 3.ª Região (Proc. 2.257/59). Relator Juiz Vieira de Melo.

O empregado afastado do emprego para a prestação do serviço militar não está à disposição do empregador. Por isso, não pode ser considerado como de trabalho efetivo o tempo de prestação do serviço militar, não sendo assim, tal período, computado no tempo de serviço do empregado, para os fins legais. Ac. TRT, 2.ª Reg. (Proc. 1.697/58). Relator Juiz Décio Toledo Leite.

A estabilidade é adquirida mediante dez anos de efetivo serviço, não podendo ser computado para esse efeito o período em que o contrato de trabalho esteve suspenso por força de concessão de auxílio-enfermidade pelo IAPI, ao empregado. Esse período é considerado como de licença remunerada, não se integrando, portanto, no tempo de serviço para efeito da aquisição do direito à estabilidade. Ac. TRT, 2.ª Reg. (Proc. 630/55). Relator Wilson Campos Batalha.



Trabalham muito: não ganham menos

Os arrumadores de cais do pôrto do Rio de Janeiro já sabem, agora, o que é a política de autoridade do presidente Jânio Quadros. Tendo de implantar em casa o regime austero: menos feijão para a família.

MEMORIAL AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PEDINDO PROVIDÊNCIAS

Londrina: Sindicatos Solidários Com Aeroviários Demitidos

LONDINA, fevereiro (Do Correspondente) — A demissão sumária de 7 aeroviários que participaram da recente greve deflagrada pelos trabalhadores da categoria visando à conquista de melhores salários, provocou a mais viva repulsa e indignação nos meios operários e entre a população londrinense.

A medida arbitrária e ilegal, que obedece a um plano de repressão que determinadas companhias estão aplicando em todo o Brasil contra os trabalhadores que participaram daquele movimento, os trabalhadores de Londrina responderam com um apelo enviado ao presidente Jânio Quadros, assinado por representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Bebidas, Sindicato dos Oficiais Marcenários e Trabalhadores em Serrarias e Móveis, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos, Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e pelo representante do Sindicato Nacional dos Aeroviários em Londrina.

O documento, depois de mostrar a injusteza do movimento e de denunciar as arbitrariedades cometidas, alerta o presidente da República sobre a natureza do plano e adverte que o mesmo atenta contra os direitos dos trabalhadores brasileiros, que, de acordo com a Constituição e as leis do país, podem reivindicar melhorias salariais justas e compatíveis com os níveis mínimos de manutenção de uma vida decente e honesta.

Assinalando sua inteira solidariedade à luta dos aeroviários contra as injustiças que estão sendo praticadas contra os trabalhadores da categoria que participaram da última greve, os sindicatos de Londrina, no documento, apelam para o presidente Jânio Quadros no sentido de que: a) — não seja permitido que os aeroviários que participaram da greve, em Londrina e no resto do país, sejam demitidos; b) não seja sancionada qualquer lei que outorgue benefícios às empresas que estão praticando arbitrariedades, principalmente a «REAL», antes delas se comprometerem a manter incólumes os contratos de trabalho de todos os seus empregados, quer tenham ou não participado do último movimento paralisista.

O castigo

Foi quando entrou em cena, o sr. Clovis Pestana, novo ministro da Viação de sr. Jânio Quadros, baixando uma portaria suspendendo a vigência do convênio firmado pelo Sindicato dos Arrumadores do Estado da Guanabara, anulando, portanto, as vantagens conquistadas pelos arrumadores, inclusive o aumento de 35%.

O ministro da Viação, no mesmo ato, revogou a Portaria B-59, de 27 de janeiro de 1961, que autorizou a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro a cobrar uma taxa adicional, destinada a dar cobertura as despesas decorrentes do novo convênio que havia sido assinado. Era a vassoura castigando os trabalhadores do Pôrto.

A luta

Atingidos brutalmente em seus direitos, e sentindo na própria carne as consequências da chamada política de compressão de despesas do atual governo, que se volta exatamente contra as massas trabalhadoras, exigindo

OK IT, Pelegos e Imposto Sindical

AMARO VALENTIM

No dia 6 de fevereiro, no Recife, os senhores Sindulfo de Azevedo Pequeno e Osvaldo Veloso, conhecidos por suas atividades antioperárias e divisionistas no movimento sindical brasileiro, tentaram realizar uma reunião com dirigentes sindicais pernambucanos.

O encontro, realizado na sede da Delegacia da CNTI, na capital pernambucana, visava a adoção de medidas para a realização do Seminário Internacional dos «Sindicatos do Mundo Livre», de cursos com ativistas sindicais e a discussão dos problemas ligados à extinção do Imposto Sindical.

A ele compareceu um reduzido número de dirigentes sindicais e, logo no início dos trabalhos registrou-se um incidente entre o sr. Sindulfo Pequeno e o presidente do Sindicato de Bolas e Dóces e Derivados do Cacau de Pernambuco, sr. Manuel Francisco. Este protestou contra o tratamento desigual e humilhante que lhe foi dispensado

nos Estados Unidos quando lá esteve, assinalando as dificuldades econômicas e financeiras que teve de enfrentar na recente viagem que fez aquele país, quando foi receber instruções da direção da CIOSL para atuar no movimento sindical brasileiro.

Já em outra reunião, realizada no ano passado, o mesmo Manoel Francisco, assombrado e estupefato com a influência exercida pela CIOSL-ORIT nos meios oficiais brasileiros, informava, para quem quizesse ouvir, que ao tempo em que o sr. Nereu Ramos era presidente da República (1955), decidiu o ministro do Trabalho na época, sr. Nelson Omega, destituir da CNTI o «pelego» Deoclécio Cavalcanti, colocando-o na presidência da Confederação. Preocupado com as responsabilidades do cargo, o sr. Manuel Francisco reuniu os consultores jurídicos da entidade a fim de discutir a situação e traçar uma orientação para os trabalhos. Os conselhos, a solução sugerida pelos advogados, passem os leitores... foi a de telefonar para Washington! Isso foi feito, muito embora o sr. Manuel Francisco alegue que não estava convencido da justiça da medida. Os resultados não se fizeram esperar: o ministro do Trabalho foi abruptamente afastado do cargo e, logo depois, o pelego Deoclécio era reconduzido à presidência da CNTI.

O fato acima narrado, serve para mostrar a influência que a CIOSL e o ORIT têm sobre autoridades brasileiras.

Apesar da confusão em que se processou a reunião do Recife, ficou claro para os que dela participaram que a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres, ligado ao Departamento de Estado norte-americano, dispozo das verbas do Fundo Quatro do programa de «ajuda» do governo dos EUA a outros países, financia a Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT) que desenvolve no Brasil atividades antidemocráticas e divisionistas no movimento sindical brasileiro, sob o falso pretexto de combater o comunismo e «libertar o movimento sindical».

O Departamento de Estado norte-americano e seus agentes no Brasil estão assustados com o desenvolvimento das lutas reivindicatórias do proletariado brasileiro, como também com a influência do movimento operário na vida política do país. Esse é um dos fatores que levam o governo norte-americano e, através dessas organizações, intervir no movimento sindical brasileiro, contando, para isso, com a conivência dos governantes do nosso país e dos falsos e indignos dirigentes sindicais brasileiros do tipo dos srs. Sindulfo Pequeno e Osvaldo Veloso.

Para acertar as medidas que deverão ser aplicadas de acordo com a orientação recebida nos Estados Unidos, a ORIT e os pelegos do sindicalismo brasileiro que a ela estão ligados farão realizar, em abril, no Estado da Guanabara, o chamado «Seminário Internacional dos Sindicatos do Mundo Livre». As entidades sindicais brasileiras entram, não se conformam e estão exigindo explicações sobre o por que não foi ainda anunciada a agenda das questões que serão debatidas no referido seminário e nem as normas para a apresentação. Presume-se, pelo silêncio que se faz em torno dessas questões, que esteja sendo chamada a não parti-

cipação dos sindicatos em geral, ou então a participação somente dos sindicatos simpáticos ou subordinados à CIOSL.

O seminário tem como finalidade preparar homens e ambiente para a realização de cursos em todo o Brasil, cursos esses que se constituiriam em verdadeiro centro de preparação de agentes do imperialismo, que serão utilizados no trabalho divisionista dentro do movimento sindical brasileiro.

O sr. Sindulfo Pequeno, juntamente com outros divisionistas do movimento sindical, vive nababescamente à custa do dinheiro dos trabalhadores: dinheiro do Fundo Sindical e das quotas destinadas às Federações e Confederações. Sentindo que o proletariado brasileiro tem avançado no sentido de conquistar suas organizações sindicais e colocá-las sob a direção de dirigentes sindicais honestos, arrebatando seus órgãos de classe das mãos criminosas desses falsos representantes dos trabalhadores, os pelegos perceberam que não poderão continuar utilizando, por muito tempo, o dinheiro dos trabalhadores. Sentindo que inúmeros sindicatos e federações estão aplicando os fundos do Imposto sindical em benefício dos trabalhadores e suas famílias, querem golpear e enfraquecer as entidades sindicais extinguido o referido imposto.

Muitos trabalhadores que não acompanham de perto a atividade dos seus órgãos de classe, não têm uma noção exata de como é aplicado o dinheiro arrecadado através do imposto sindical, indispensável à manutenção do sindicato e para unificar os trabalhadores nas lutas reivindicatórias. Se o dinheiro do imposto sindical é aplicado de forma a atender os interesses dos trabalhadores e das suas famílias, não há razão para a sua extinção.

Atualmente o dinheiro arrecadado através do imposto sindical é distribuído da seguinte forma: 20% para o Fundo Sindical, de que ninguém controla a aplicação; 6% para o Banco do Brasil, para pagar as despesas com o recolhimento; 15% para as federações; 5% para as confederações e 54% para os sindicatos. Se o setor profissional não tem organização sindical de nenhuma espécie, o dinheiro arrecadado reveste para o Fundo Sindical, onde é aplicado pelo Ministério do Trabalho da maneira que ele julgar mais conveniente.

Há uma corrente de opinião no movimento sindical brasileiro, que considera que o justo seria não extinguir o imposto, por achar que tal medida provocaria, na prática, um colapso na maioria dos sindicatos. Em Pernambuco, por exemplo, onde existem 70 sindicatos, a aplicação da medida levaria a que 60 deles fossem colocados em situação financeira difícil e capaz de provocar inclusive o fechamento de muitos deles.

Por isso mesmo, é conveniente que os trabalhadores meditem sobre o golpe que os pelegos, o governo federal, e a ORIT pretendem aplicar contra o movimento sindical brasileiro. O que convém aos operários é não enfraquecer suas organizações sindicais. É porque devem lutar pela manutenção do imposto sindical e pela extinção do Fundo Social Sindical, a fim de que os 20% arrecadados pelo último sejam destinados às entidades de classe do proletariado.

Nota Sindical

O Encontro de Brasília

O presidente Jânio Quadros conversou durante duas horas, em Brasília, com uma numerosa comissão de líderes sindicais de diversas regiões do país. A reunião foi reservada, e os jornalistas a ela não tiveram acesso. Sabe-se, entretanto, que o encontro foi muito cordial, e que o sr. Jânio Quadros até fez questão de pousar abraçando o líder sindical mineiro, sr. Clodsmith Bianni, que é também deputado pelo PTB, para demonstrar que não fará discriminações em seu governo.

O clima ameno do Planalto Goliano permite essas liberalidades, e tem mesmo constituído elemento de estímulo para os lances demagógicos do novo presidente, que procura ganhar a simpatia das massas trabalhadoras para a sua política de sacrifícios, anunciada no seu discurso de posse.

Com efeito, logo depois dos abraços, o presidente da República abriu o jogo com os líderes sindicais, dizendo-lhes que precisava realmente de um crédito de confiança dos trabalhadores, pelo menos por um ano, a fim de que pudesse «pôr a casa em ordem».

O apelo foi formulado, segundo se sabe, depois que o inquieto espartilhador de bilhetinhos deu nova versão a alguns itens do seu discurso de posse, esclarecendo, inclusive, que a necessidade de sacrifícios a que se referia na famosa peça oratória, que marcou a sua introdução no Palácio do Planalto, não dizia respeito aos humildes, entre os quais o presidente situa a massa de trabalhadores.

E, para provar que era verdade o que dizia, e demonstrar que merecia realmente o crédito que sollicitava aos líderes do movimento sindical brasileiro, o sr. Jânio Quadros afirmou estar providenciando a adoção de medidas necessárias à aprovação de inúmeros projetos que, transformados em leis, dão de si a possibilidade à recuperação econômica do país.

Fato curioso é que o sr. Jânio Quadros declarou-se defensor dos humildes e merecedor do seu crédito de confiança, depois de haver obrigado o «barnabé» a permanecer 3,30 horas a mais por conta da reparição em que trabalha, e de haver dispensado milhares de servidores, entre os quais grande parte de operários do Lóide Brasileiro e da Costeira, filhos de antigos operários daquelas empresas, arrimos de família, que foram admitidos não só por necessidade de serviço, para preencher vagas em diversas seções, mas por solicitação do Sindicato dos Operários Navais, que se empenhou numa luta árdua pelo aproveitamento dos filhos dos antigos servidores daquelas empresas.

Não, o governo não poderá merecer o voto de confiança dos trabalhadores enquanto parcela considerável das massas laborosas são sacrificadas por uma falsa política de austeridade. Os líderes sindicais não podem servir de instrumentos dessa política que, embora encontre alguma ressonância popular, é inteiramente voltada contra os interesses dos trabalhadores e do povo. O exemplo está aí. Logo que foi alterado o horário de trabalho dos servidores públicos e autárquicos, os banqueiros começaram a se movimentar no sentido de fazer também elevar o horário de trabalho dos bancários. Os administradores da Costeira e das Frotas Carrioca e Barreto também se apressaram em extinguir a semana inglesa nas referidas empresas, e só não levaram à prática a sua intenção porque encontraram a firme resistência dos trabalhadores.

Quando isso, os panfletadores denunciam, diariamente, que os proprietários de moinhos estão sonhando o trigo necessário à alimentação do povo da Guanabara e de outros Estados, e promovendo a venda do produto no câmbio negro. O pão escasseia nas padarias e é vendido mais caro. Centenas de paleiros são dispensados porque não há matéria-prima com que trabalhar. Mas os tubarões do trigo continuam intocáveis. A política de austeridade, para a qual o Governo pede o apoio dos trabalhadores, não atinge aos exploradores do povo. Essa política, evidentemente, só pode merecer o combate efetivo do movimento sindical brasileiro, jamais a sua confiança.

Isso não exclui, por outro lado, a necessária mobilização da classe operária para o apoio e a defesa dos atos do novo Governo que venham satisfazer as reivindicações das massas trabalhadoras, inscritas nas resoluções dos seus conclaves sindicais.

Nilson Azevedo

Novo Horário de Trabalho

Ameaça Também os Bancários

Cerca de 130 mil bancários brasileiros estão ameaçados de sofrerem as consequências do decreto do presidente da República, que alterou o horário de trabalho dos funcionários federais e autárquicos. Os bancários, que até então não se sentiam encorajados a levar à prática sua intenção de alterar o regime de trabalho dos bancários, que é de seis horas contínuas, alvorçaram-se com o recente decreto do presidente Jânio Quadros, e já entraram em entendimentos com o ministro do Trabalho, visando a encontrar uma fórmula que permita elevar para oito horas a jornada de trabalho dos bancários, que seria efetuada em dois turnos.

Reação dos bancários

As notícias veiculadas pelos jornais cariocas, dando conta da movimentação de grupos de banqueiros no gabinete do ministro do Trabalho, tendo em vista a alteração do artigo 224 da CLT, que estabelece para os bancários o horário de seis horas de trabalho contínuas, com exceção dos sábados, cuja duração é de três horas, provocou a imediata reação daquela categoria profissional, que conquistou o regime de seis horas, em 1935, após a realização de uma greve nacional.

Aberta a luta

Aluizio Palhano, presidente do Sindicato dos Bancários da Guanabara, depois de declarar que os bancários lutarão até as últimas consequências em defesa do atual horário, providenciou à imediata reunião dos membros dos conselhos sindicais de empresas, a fim de examinar a situação e promover a mobilização dos bancários em defesa das leis que os beneficiam.

Ofensiva pelo CCT

Em declarações a reportagem de NR o líder sindical Aluizio Palhano salien-

te a Convenção Nacional da CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito), está providenciando, por outro lado, a convocação de todas as entidades a ela filiadas, que somam 6 federações regionais, 89 sindicatos e 50 associações profissionais, para a Convenção Nacional dos Bancários, que se realizará em fins de abril vindouro, quando será dado um balanço geral na campanha pela conquista do Contrato Coletivo de Trabalho e pela execução da Lei Orgânica da Previdência Social.

A CONTEC independentemente das medidas destinadas à realização da Convenção Nacional, continua orientando a todas as entidades sindicais bancárias para que intensifiquem as manifestações contra o projeto 2093/60, de autoria do deputado Norberto Schmidt, que permite a instituição de dois turnos no horário de seis horas. O projeto, que já foi derrotado na Comissão de Justiça da Câmara, e que se encontra agora na Comissão de Legislação Social, constitui a primeira tentativa dos banqueiros para alterar de maneira mais profunda o artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho,

Reatamento Não Pode Ser Adiado: é Uma Exigência Nacional

Intensificou-se nos últimos dias a campanha dos grupos entreguistas e mais reacionárias contra a normalização das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os países socialistas, particularmente a União Soviética e a República Popular da China. Lideram a campanha o «Estado de S. Paulo» e o cardeal Jaime Câmara. E um e outro se orientam no mesmo sentido: atribuindo-se uma autoridade que ninguém lhes reconhece de falar em nome da «maioria da nação», ameaçam o sr. Jânio Quadros e exigem dele um recuo em relação às atitudes anunciadas pelo governo no terreno da política exterior.

Simplex realioje

É característico nesse sentido o editorial de terça-feira, dia 28, de

«O Estado de São Paulo». Depois de encenar um enorme alarde em torno das declarações recentemente feitas pelo cardeal Câmara — declarações em que os compromissos assumidos por Jânio são considerados como promessas que não devem ser levadas a sério — o órgão dos grandes banqueiros paulistas passa à mais aberta chantagem, afirmando que o restabelecimento de relações com a URSS significa uma «atitude benévola para com o regime moscovita».

No mais, os argumentos são, não de um jornal brasileiro, mas de um simples porta-voz dos interesses estrangeiros imperialistas, que não admitem atitudes próprias por parte de qualquer país que «gire em sua órbita». Diz o «Estado»: «Basta que o sr. Jânio Quadros leia com

atenção o noticiário publicado em nossa edição de sábado sobre a impressão produzida nos Estados Unidos pelas suas declarações... Quer dizer: não são os interesses nacionais do Brasil que devem ser levados em conta, não são as vantagens que para o nosso país e, em geral, para a causa da paz no mundo, que devem pesar nas decisões do governo brasileiro, e sim a impressão produzida nos Estados Unidos».

O jornal do sr. Júlio de Mesquita — e a minoria de entreguistas que ressa pela sua cartilha ianque — usa os mesmos argumentos e esgrime as mesmas ameaças dos jornais norte-americanos «Daily News» e «New York Times», que há poucos dias reclamavam «tratamento duro» para com o governo brasileiro caso ele insistisse em votar a favor da discussão do problema da China na ONU e, eventualmente, pronunciarse, como deve, pela inclusão do grande país asiático nas Nações Unidas.

E são jornais como «O Estado de São Paulo» e aqueles que se orientam por suas opiniões antinacionais que têm a audácia de se apresentar como intérpretes da «opinião pública», quando na verdade não passam de realejos manejados pelos imperialistas americanos. Os seus interesses não são os do Brasil, mas os dos trustes dos Estados Unidos.

Exigência nacional

A normalização de nossas relações internacionais, em especial o restabelecimento de relações com a

URSS, a China e demais países socialistas, é uma exigência nacional, que toda os patriotas vêm formulando há muitos anos. Além de um ato de soberania é uma medida que corresponde às necessidades do desenvolvimento do nosso país, tanto por significar a abertura de novos mercados compradores de nossos produtos como permitir a importação, em condições altamente vantajosas, de artigos essenciais à industrialização do Brasil. Isso, sem falar no absurdo que seria, no plano político e cultural, continuarmos isolados de um conjunto de países que constituem um terço da humanidade, sendo que um deles — a URSS — se projeta em todo o mundo como o principal defensor da paz e o mais avançado país no domínio da ciência e da tecnologia.

É necessário que a campanha obscurantista e antinacional contra o restabelecimento de relações com os países socialistas seja imediatamente repelida e derrotada pelas forças patrióticas e democráticas de nosso povo. As organizações dos trabalhadores e dos estudantes, as associações de industriais, comerciantes e fazendeiros interessados na abertura de novos mercados, o povo brasileiro, enfim, não podem admitir proteções na solução desse problema. Cabe-lhes, por isso, insistir agora com todo o vigor na luta que vem travando há anos — e que terá de terminar vitoriosamente — para que seja de uma vez por todas enterrada a política de isolamento do Brasil em relação à URSS, à China e demais países socialistas.

DIRIGENTES SINDICAIS ENVIAM DOCUMENTO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SINDICATOS E FEDERAÇÕES DE SÃO PAULO EXIGEM REATAMENTO IMEDIATO

São Paulo (Sucursal) — Reatamento imediato de relações com os países socialistas, rezoamento do salário mínimo, diminuição da incidência do imposto de renda sobre os salários, aprovação da lei antitruste, adoção de medidas energéticas para deter a alta do custo de vida e defesa da escola pública foram os principais pontos de uma resolução aprovada por grande número de dirigentes sindicais paulistas, reunido na capital do Estado em manifestação de apoio ao ensino oficial e gratuito.

Os líderes dos trabalhadores paulistas endereçaram o documento ao

presidente Jânio Quadros, assinando que o documento complementa as resoluções aprovadas na reunião nacional de dirigentes sindicais recentemente realizada e manifestam que estão dispostos a apoiar todos os atos do chefe da Nação que venham ao encontro das reivindicações formuladas pelos trabalhadores e pelo povo.

Assinaram a mensagem, entre outros, os presidentes das federações dos têxteis, bancários, gráficos, vidreiros, hoteleiros, químicos e dirigentes dos sindicatos da Construção Civil, Papel e Papelão, Carris Urbanos e Artefatos de Couro.

Faleceu o General Péricles Azevedo

Faleceu segunda-feira última, dia 27, no Rio, o general Péricles Vieira de Azevedo. O extinto, que era um dos mais ilustres oficiais superiores do Exército brasileiro, tendo desempenhado importantes funções militares, destacou-se sempre por suas posições democráticas e patrióticas.

No período da guerra antifascista, o general Péricles Azevedo foi um dos principais dirigentes da Liga de Defesa Nacional, tendo dado uma notável contribuição na luta pela mobi-

lização de todo o nosso povo para levar o Brasil a participar da aliança mundial contra o fascismo.

Nos últimos anos, o general Péricles Azevedo filiou-se ao Movimento Nacionalista, tendo sido eleito seu presidente na Convenção Nacional realizada no ano passado nesta cidade.

O desaparecimento do general Péricles Azevedo constituiu enorme perda para o movimento patriótico e democrático em nosso país.

Os Comunistas e as Eleições Municipais de São Paulo

MOACIR LONGO

Como ponderável corrente política na capital de São Paulo, os comunistas não podiam estar e não estão alheios à luta eleitoral que se trava no maior núcleo econômico e populacional do País. Logo após o pleito presidencial, iniciaram conversações e entendimentos com as demais forças políticas da cidade, particularmente com aquelas que se opuseram à eleição do sr. Jânio Quadros, tendo em vista a unidade das forças nacionalistas, democráticas e progressistas, para derrotar a candidatura ou candidaturas das forças janistas e carvalhistas, que representam os interesses do imperialismo norte-americano e seus agentes internos, principais inimigos do nosso povo e do progresso da Nação.

Com a conclusão de todas as conversações e demarches levadas a efeito por todos os candidatos e partidos políticos, neste momento, encontra-se completamente definido o quadro sucessório municipal, após a tomada de posição das forças políticas interessadas em conquistar o poder executivo da Capital. Vão disputar o Ibirapuera no próximo dia 26 de março, os srs. Emílio Carlos (PTN — PR), Prestes Maia (PTB — UDN — PDC), Farabulini Júnior (PL), todas da área Janista-Carvalhista, Rui Novaes (PSB), José Cyrillo (PRP), candidaturas inteiramente sem expressão. Cantídio Sampaio (PSP) e outras alas e correntes partidárias, representando as forças antijanistas-carvalhistas, razão pela qual conta também agora com o apoio dos comunistas. A candidatura do sr. Cantídio Sampaio é aquela que reúne as melhores condições de levar à derrota os candidatos que representam a reação e o entreguismo no próximo pleito municipal.

Uma rápida análise da disposição de forças que se agrupam em torno das diversas candidaturas, indica-nos que os srs. Emílio Carlos, Prestes Maia e Farabulini Júnior são candidatos do esquema janista-carvalhista, portanto expressam as forças mais reacionárias e entreguistas, no plano nacional, estadual e municipal. Embora existam contradições entre as mesmas, estas não são essenciais, isto porque, se não se entenderem quanto a escolha de um único nome para disputar as eleições, todas estão de acordo com a política anunciada pelo sr. Jânio Quadros em seu discurso de posse e a do sr. Carvalho Pinto, aplicada, com efeito catastrófico para as massas populares e para os interesses da Nação, no Estado de São Paulo. Se tem existido alguma discordância quanto a política a ser seguida pelas forças que tomaram o poder em outubro próximo passado, é no sentido de que a política anunciada pelo sr. Jânio Quadros, ainda não é considerada por eles suficientemente reacionária e entreguista. Neste caso está o sr. Júlio Mesquita Filho, diretor de «O Estado de São Paulo», principal patrocinador da candidatura do sr. Prestes Maia.

Se do lado do sr. Emílio Carlos estão Abreu Sodré, banqueiro do grupo Melão, Vicente de Paula Azevedo, do Banco Comercial de São Paulo, e outros elementos da oligarquia paulista, do lado de Prestes Maia estão Herbert Levy, do Banco da América, e o «Estadão», o jornal mais reacionário e entreguista do país. Se de um lado está Jânio apoiando Emílio e Farabulini, do outro lado está Carvalho Pinto apoiando Prestes Maia. Portanto todas essas candidaturas pertencem ao campo do inimigo comum, do inimigo principal, e, como tal, devem ser combatidas, denunciadas e derrotadas. Infelizmente se agruparam em torno dessas candidaturas, algumas forças nacionalistas e populares, que devem refletir melhor, revendo suas posições, a fim de engrossarem o agrupamento de forças antijanistas-carvalhistas, ampliando-se as condições de derrotá-las. Os comunistas tudo devem fazer para atrai-las, para esta posição.

Diante do quadro já definido, coloca-se para as forças que objetivamente se opõem às forças janistas e carvalhistas a necessidade de se unirem em ampla frente única para, através da moralização e da luta das massas populares, combater a política que os entreguistas vêm aplicando em escala nacional, que serve aos piores inimigos da Nação e exigir do governo o cumprimento das suas promessas eleitorais. No caso das eleições municipais de São Paulo estas forças podem se unir em torno de qual candidatura? Só pode ser em torno da candidatura do sr. Cantídio Sampaio. Por que? Porque é candidato do P. S. P., partido organizado, poderoso no município, e de ampla base popular. É o único candidato no momento, que, apoiado por outras correntes políticas, tem condições reais para vencer o pleito e levar à derrota os piores inimigos do povo.

A candidatura do sr. Cantídio Sampaio conta também com o apoio de grupos econômicos ademaristas, em sua maioria ligados aos interesses nacionais, com uma ala do PRT, provavelmente com todo o PSD e elementos do PTB. E a candidatura mais forte porque através do prolongado trabalho conseguiu grande penetração popular nos bairros, principalmente nos mais afastados, e nas camadas médias. Ela pode ser caracterizada como a candidatura que representa as correntes que econômica e politicamente se opõem às forças janistas e carvalhistas, têm um conteúdo predominantemente nacionalista, democrático e progressista, razão pela qual os comunistas dão seu apoio sem impor condições de qualquer outra ordem, e não se aquelas que o candidato, caso seja eleito, defenda na Prefeitura: os interesses nacionais, as liberdades democráticas e as reivindicações mais sentidas da população da Capital, angustiada pelos problemas que se acumulam e não são solucionados pelos poderes municipal e estadual.

NK A JQ: RELAÇÕES AMISTOSAS COM TODOS OS POVOS

O primeiro-ministro soviético Nikita Kruschov enviou ao sr. Jânio Quadros o seguinte telegrama:

Exmo. sr. dr. Jânio da Silva Quadros, presidente dos Estados Unidos do Brasil. O primeiro-ministro soviético, Nikita Kruschov, deseja expressar a V. Exa. a sua cordialidade e amizade.

Foi para mim um grande prazer receber os cumprimentos de V. Exa. por motivo do envio da astronave soviética ao planeta Vênus. Em nome dos povos e do governo da União Soviética permito-me manifestar a V. Exa. ao governo e ao povo do Brasil o reconhecimento por esses amistosos cumprimentos e expressar a certeza de que este magnífico feito da ciência soviética, abrindo novas perspectivas para a exploração do universo, contribuirá para a consolidação da paz no mundo inteiro e para o desenvolvimento das relações amistosas entre todos os povos.

Desejo ao povo brasileiro, amante da paz, êxito nos seus nobres esforços encaminçados para libertar-se da dependência estrangeira com o fortalecimento da sua economia nacional.

O povo brasileiro, como os povos de outros países da América Latina, pode contar nessa aspiração com o apoio da União Soviética, que baseia as suas relações com os outros países nos princípios da igualdade e da vantagem mútua e os da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados. (1) Nikita Kruschov, Moscou, Kremlin, 21 de fevereiro de 1961.

Figurões do Janismo Envolvidos no Contrabando

Em Angra dos Reis, no Palácio da Guanabara e, agora, em Brasília, continua a desenrolar-se a rocambolesca novela do navio-pirata «Aletes». Já nesta altura não se sabe aonde pretende chegar um dos seus mais fogosos protagonistas — o governador Carlos Lacerda. Começou lançando-se na mais ridícula bravata: saiu pessoalmente a caçar os contrabandistas (no que revela a sua indistigável vocação de «tira») e, logo em seguida, depois de denunciar a participação de um ex-ministro do governo do sr. Kubitschek na «moamba» (sem dizer até agora de quem se trata), ameaçou afundar o navio na própria enseada de Angra dos Reis. Tudo isso depois de desrespeitar grosseiramente a autonomia do Estado do Rio, onde espalhou dezenas de seus policiais, sem ao menos ter o cuidado de entrar em entendimento com o governo fluminense. Toda essa bravata inicial, que mais uma vez cobriu de ridículo o chefe do Clube da Lanterna, desapareceu como por encanto. Agora o sr. Lacerda se limita a distribuir, pelo DIP do Guanabara, as tendenciosas impressões que o «Correio da Manhã» chamava de noticiário «made in Lacerda», e levar humildemente um relatório ao sr. Jânio Quadros.

Papas da austeridade

Outro aspecto interessante da novela do «Aletes», além das fanfarronadas do sr. Lacerda, é que nela figuram algumas das mais importantes personalidades do alto comando político do sr. Jânio Quadros. Segundo o noticiário de toda a imprensa, a carga clandestina do «Aletes», destinava-se a Jorge Duque Estrada, em Angra dos Reis. Era um nome até então pouco conhecido e que o sr. Carlos Lacerda, levemente, apontou como dirigente do Partido Trabalhista. Veio a saber-se, mais tarde, porém, que Duque Estrada

não era uma figura apagada qualquer. Ao contrário, entre os seus amigos — e inclusive entre os seus sócios — aparecem nada menos que o ministro da Justiça do atual governo, o sr. Pedroso d'Horta, e o íntimo colaborador de Jânio e seu candidato à Prefeitura de São Paulo, sr. Emílio Carlos. Sabe-se que o ministro Pedroso d'Horta não há muito tempo foi hospedado por Duque Estrada em sua propriedade de Angra dos Reis, precisamente o local apontado como a sede desse grupo de contrabandistas. Por outro lado, o sr. Emílio Carlos é sócio de Duque Estrada em um dos seus mais prósperos negócios, a «Pescobrás».

Este é um aspecto que não pode deixar de ser ressaltado no episódio do «Aletes»: ao lado de chefes contrabandistas aparecem como seus hóspedes e sócios de empresas alguns dos mais eminentes papas da austeridade janista — os srs. Pedroso d'Horta e Emílio Carlos. Afinal, que austeridade é esta?

Luta de grupos

Nem tudo, entretanto, está esclarecido na tórrida novela do «Aletes». Fala-se, por exemplo, que a fúria desencadeada pelo sr. Carlos Lacerda tinha sua origem não tanto na «moralidade», mas nos interesses de outro grupo ligado ao contrabando e que vinha sendo prejudicado pela desenvoltura com que atuava a «gang» chefiada por Duque Estrada. Esse outro grupo seria composto por amigos do governador carioca, que contribuíram com vultosas quantias para a sua campanha eleitoral, como o comerciante Abraão Medina, o conhecido «rei da voz».

De qualquer forma, porém, o que já se conhece dá bem uma ideia do que é de fato a «austeridade» dessa gente: austeridade que se nutre inclusive no contrabando.

Fora de Rumo

A melhor consagração de qualquer espetáculo é a bilheteria. Essa consagração está sendo obtida pelo filme «A Morte Comanda o Cangaco». Representa, sem dúvida, a nova produção nacional, resultado de um esforço que deve ser encorajado. É mais uma vitória dos que trabalham para fazer cinema, enfrentando dificuldades imensas, a começar pela falta de apoio do governo e pelo retraimento dos financiadores, que não podem simpatizar com o cinema como forma de emprego de capital, quando há outras formas bem mais lucrativas.

É comum esta observação de muitos assistentes do filme: «Bem melhor que muita produção estrangeira». Essa observação parece justa. Mas o filme apresenta falhas, como não poderia deixar de acontecer. Essas falhas devem ser mencionadas. Sua apresentação, se levada em conta, serviria para que de futuro se fizesse coisa melhor.

No enredo as forças volantes de polícia, que perseguiram o canga-

co, são mal apresentadas. Na verdade, essas forças eram mais temidas e mais odiadas pelo sertanejo que os próprios bandos de cangaço. Os volantes tratavam com brutalidade ou pelo menos aterrorizavam com ameaças os pobres, e ao mesmo tempo entendiam-se com os coiteiros, isto é, os fazendeiros que escondiam cangaço e se aliciavam com eles. Muitos de seus comandantes eram coruptos e cruéis. As vezes mostravam-se até covardes, num ambiente onde a constante, em quase todas as camadas sociais, era a valentia, sempre cultivada, cultuada e cantada em prosa e verso. Valentia quase sempre selvagem e malvada. O filme, no entanto, trata generosamente as volantes.

Num filme como «A Morte Comanda o Cangaco» deve haver o máximo de rigor na apresentação de detalhes regionais. Por isso e lamentável que se tenha apresentado, no ambiente sertanejo de pecuária primitiva e extensiva, em cert-



ena, uma banda composta de rézes de estabulo, de gado leiteiro de raça que jamais e criado solto. Além disso, na cena a que nos referimos, havia muito vaqueiro para pouco boi. Todos montados, e quase nenhum tangerino a pé, quando na verdade estes são mais numerosos, nos conjuntos, que os vaqueiros montados. Havia falhas na apresentação dos arreios e a cavallada, em muitos casos deveria ter sido fornecida por força militar, cujos animais são de raça ou mestiços, diferentes do pequeno cavalo que Euclides descreve.

BARNABÉS RECHAÇAM DEFINITIVAMENTE O DECRETO DE JANIO

Retorno Das Seis Horas: Sete Horas só Com Folga Aos Sábados

Assembleias, reuniões, discussões acasas e intercâmbio de opiniões entre os representantes das diversas entidades da batalha dos barnabês contra o famigerado decreto que instituiu o horário de 7 horas em dois expedientes e vêm constituindo um elemento indispensável para reforçar a unidade em torno das reivindicações a serem levadas à presidência da República nos próximos dias.

A batalha entrou no auge. Depois do encontro realizado no dia 17 entre os representantes das entidades dos servidores e o próprio presidente da República, a convocação de uma nova reunião em Brasília, marcada para hoje, da qual participarão representantes da UNSP, da ASCB, da Associação dos Servidores Federais de São Paulo e da Associação dos Previdenciários (comissão formada por um elemento de cada entidade) com um representante do executivo designado pelo sr. Jânio Quadros, abre as portas para negociações que poderão levar o governo a se submeter às justas reivindicações do funcionalismo e revogar o decreto absurdo.

Defesa do horário

Na maioria das reuniões já realizadas pelas associações de servidores, manifestou-se o repúdio unânime à instituição do novo horário e a exigência do retorno à situação anterior. Não concordam os barnabês com a modificação imposta pelo Executivo e consideram-na uma violação frontal dos direitos que lhes são assegurados pela Constituição e as leis do país. Esse ambiente generalizado de repulsa às medidas governamentais, criou um clima favorável a uma posição unitária das diversas entidades do funcionalismo, necessário mesmo na luta pela revogação do ato presidencial.

As negociações que serão iniciadas hoje, em Brasília, deverão os representantes das entidades do funcio-

nalismo participar apresentando propostas concretas que permitirão ao governo uma margem segura, desde que o presidente da República esteja disposto a aceitar as ponderações justas dos barnabês, para chegar a um acórdão satisfatório.

As argumentar com os dirigentes das associações que participaram da audiência do dia 17, o presidente da República prometeu satisfazer a todas as reivindicações do funcionalismo, desde que estas não viessem prejudicar os interesses da maioria da população. Tendo em vista isso e levando em conta que um dos elementos invocados pelo governo para instituir o regime de dois expedientes nas repartições foi o de «facilitar as relações com o público», os representantes dos servidores levarão ao Executivo uma proposta no sentido de que seja instituído o «sistema de dois turnos de 6 horas nos repartições que têm contato com o público», o que satisfará a exigência presidencial e preservará o direito do funcionário de trabalhar 6 horas corridas.

Ao mesmo tempo que farão sentir ao governo federal a indignação do funcionalismo no que se refere à violação da conquista representada pelo expediente único de 6 horas, os representantes de centenas de milhares de servidores, com a anuência destes, estão dispostos a propor, para efeito de acórdão, a instituição do expediente corrido de 7 horas, desde que o governo federal concorde em suprimir o trabalho aos sábados.

A posição do funcionalismo, substanciada nas propostas que serão levadas à reunião pelos seus delegados, revela o desejo destes de procurar uma solução coerente, justa, legal e que satisfaça à pretendida reforma que o governo planejou para os serviços públicos. Não poderá o sr. Jânio Quadros, desde que sejam verdadeiras as coisas apresentadas para justificar o decreto, recusar um acórdão nas bases

propostas pelas entidades do funcionalismo.

Assembleia da UNSP

Da mesma forma que outras entidades, a UNSP realizou no dia 28 uma assembleia geral para discutir as propostas a serem levadas ao governo. Centenas de servidores participaram da reunião e discutiram acaloradamente as questões essenciais a serem tratadas com o representante da presidência da República. No que se refere ao horário, as propostas aprovadas por unanimidade foram as seguintes: 1) funcionamento das repartições internas, que não têm contato com o público, durante 6 horas corridas, das 11 às 17, com meia hora para merenda e das 9 às 12 aos sábados, atendidas as peculiaridades locais; 2) funcionamento das repartições que têm contato com o público, em duas turmas de 6 horas corridas, com 30 minutos para lanche e das 9 às 12 aos sábados; 3) admitir o horário de trabalho de 7 horas corridas, com supressão do expediente aos sábados.

As propostas aprovadas na assembleia da UNSP correspondem aos desejos da totalidade do funcionalismo, foram referendadas já por representantes de dezenas de outras entidades e, ao que tudo indica, constituirão a base para as negociações com o governo.

Outras reivindicações do funcionalismo foram aprovadas durante a reunião (creches, restaurantes, etc), assim como sugestões no sentido de promover o aperfeiçoamento do serviço público.

Recurso ao legislativo

As negociações com o Executivo, segundo revelaram alguns líderes do funcionalismo, não implicarão em suspender-se o movimento de protesto dos barnabês. Pelo contrário, até que

se chegue a um acórdão, a maioria das entidades permanecerá em assembleia permanente e providenciará a realização de palestras e reuniões com o objetivo de tomar medidas sobre o curso da batalha contra o decreto e de esclarecer à população sobre as verdadeiras razões da luta do funcionalismo.

Outro aspecto da batalha é a utilização dos recursos legislativos para impedir a manutenção definitiva do ato do presidente Jânio Quadros. Nesse sentido, o deputado Lycio Hauer já apresentou um projeto na Câmara Federal, regulamentando o horário de trabalho do funcionalismo, projeto esse que anula a determinação do chefe do Executivo.

NR no Ceará

Lavradores de Itaporã na Luta Pela Posse da Terra

ITAPORÃ — Ceará (Do Correspondente) — Cerca de 400 lavradores sem terra participaram da grande concentração realizada no Cine Itaporã, quando aprovaram um anteprojeto de lei a ser encaminhado ao governador do Estado, considerando de utilidade pública e desapropriando o lote de terras «Santa Teresinha», situado no município de Itaporã.

As referidas terras, situadas numa área de 3.599 hectares, de acordo com o artigo 2 do anteprojeto, serão destinadas à organização da Colônia Es-

tadual Santa Teresinha, e o Poder Executivo ficará autorizado a solicitar a abertura de um crédito especial para a cobertura das despesas com a desapropriação e demarcação dos lotes da referida colônia.

Prefeito preside

A assembleia dos lavradores foi presidida pelo prefeito municipal de Itaporã, sr. Aureo Arnaldo Cordeiro, e contou com a participação do delegado de Polícia da cidade, capitão Vital Zacarias dos Santos, e de inúmeras outras personalidades, inclusive o advogado dos lavradores, sr. Amorásio de Oliveira.

Pagamento

O artigo 4 do projeto aprovado pela massa de lavradores determina que as terras da colônia sejam distribuídas em lotes de quinze hectares para serem entregues aos lavradores que nelas se encontrem, mediante o compromisso de pagamento de 60 mil cruzeiros ao Estado.

O pagamento de cada lote será efetuado em prestações anuais, no prazo máximo de 10 anos, a partir da primeira colheita, na base de 40% nos primeiros cinco anos e de 60% nos cinco anos restantes.

Título de posse

Estabelece ainda o referido anteprojeto, em seu artigo 6, que o possuidor, ao receber o lote que lhe for destinado, firmará um contrato com o Estado que lhe assegurará todas as garantias de posse efetiva e pacífica da terra, e após o pagamento da última prestação o Estado lhe entregará o respectivo título definitivo.

Limitações

Preocupados com o possível desvirtuamento dos seus objetivos, os lavradores aprovaram uma emenda ao anteprojeto, segundo a qual as terras da co-

lônia não poderão, em nenhum caso, serem distribuídas a quem já possua terra. A emenda estabelece, do mesmo modo, que as terras da colônia também não poderão ser distribuídas a nenhum funcionário público.

Nova fase da luta

Logo depois de aprovarem o anteprojeto, os lavradores elegeram uma comissão destinada a liderar o movimento pela criação da Colônia Santa Teresinha, que passou a ser o novo objetivo dos lavradores de Itaporã na luta que vêm travando há longos anos pelo direito de lavrarem a sua própria terra, com a necessária ajuda do Estado.

Coluna do Leitor

Parabéns para Prestes

Um grupo de comunistas da cidade de Centenário do Sul enviou a Luiz Carlos Prestes, por motivo de seu aniversário natalício, carta onde apresentam ao líder comunista as mais calorosas felicitações e desejam-lhe um ano de 1961 próspero e feliz, o que é extensivo a sua família.

Assinam a carta Boaventura José de Araújo, José Pedro Ribeiro de Lima, Regino Alves de Almeida, Eduda Mendes, Benedito Lopes do Nascimento, Carlos Lopes do Nascimento, Sebastião Costa, Jenny da Silva Ribeiro, Judy da Silva Ribeiro, Josilda Silva Ribeiro e Lucindo Costa Cavalcante.

Rio Grande e Santa Fé

ANTONIO RECCHIA — (Rio Grande — RGS) — Recebemos em janeiro último a importância de Cr\$ 2.000,00 que os amigos daí enviaram a título de solidariedade às famílias dos camponeses presos em Santa Fé do Sul e a encaminhamos à Comissão encarregada desse trabalho. Pedimos desculpas por não termos dado publicidade no momento oportuno do trabalho que os amigos realizaram nessa cidade.

NR no Estado do Rio

500 FAMILIAS AMEAÇADAS DE DESPEJO EM TERRAS FLUMINENSES

Metralhadora Contra Lavradores: Polícia a Favor Dos Grileiros

SÃO JOSÉ DA BOA MORTE, fevereiro (Do Correspondente) — Mais de 500 famílias de lavradores deste município fluminense estão ameaçadas de serem expulsas das terras onde trabalham em vir-

tude da ação dos grileiros. O ambiente na região é de terror, em virtude da ação da polícia estadual, que pratica violências contra os lavradores e está praticamente a serviço dos grileiros.

Mais de 30 famílias já foram expulsas de terras que lavravam há muitos anos. A operação realizada pelos policiais foi das mais violentas: de metralhadora em punho expulsaram os trabalhadores e suas famílias das terras, destruíram os casebres, relegando-os, por fim, ao mais completo abandono. Dezenas de mulheres e crianças estão passando fome e sua situação é calamitosa, pois não dispõem

de meios para adquirir alimento, e nem têm onde se abrigar.

A Associação dos Lavradores de São João da Mata, diante da onda de arbitrariedades cometidas contra pobres lavradores, enviou enérgico protesto ao governador Roberto Silveira e outras autoridades, exigindo providências para pôr fim à situação reinante no município, assim como no sentido de desapropriar as terras em litígio, motivo que deu origem à ação dos grileiros e ao despejo promovido pela polícia.

Comunistas de Campos apontam soluções

Tomando posição em face do problema de calamidade pública representado pela enchente do rio Paraíba e o colapso no funcionamento da central elétrica de Macaé, os comunistas de Campos apresentaram ao povo camponês uma série de medidas que deve ser tomada, a fim de pôr fim ao desemprego, à paralisação de pequena indústria e ao funcionamento parcial do comércio, e ao abastecimento precário do serviço de águas e esgotos, que se torna uma ameaça de epidemias.

São as seguintes as medidas que o povo de Campos deve exigir dos governos estadual e federal: instalação de geradores na cidade; suspensão dos pagamentos das contas de luz e força, até a recuperação total da energia elétrica; uma moratória das dívidas, e facilidade de empréstimos em bancos oficiais aos pequenos e médios industriais, para reiniciar suas atividades; abertura de créditos especiais para indenização das vítimas das enchentes e dos empregados e empregadores que estão sob paralisação forçada; transferência de Niterói para Campos do escritório central da Empresa Fluminense de Energia; organização de uma comissão de cidadãos honestos e criteriosos, a fim de distribuir os auxílios oficiais às vítimas das enchentes e de Macaé.

Os comunistas de Campos conceitam todas as entidades sindicais operárias e patronais, as associações comerciais e de bairros, a Federação dos Estudantes e demais órgãos a pugnares em defesa e aplicação dessas medidas imediatas.

Carnaval foi bom

NILÓPOLIS, (Do correspondente Diogo Soares Cardoso) — Foi bastante animado o carnaval neste município. Desde sábado começaram a surgir foliões pelas ruas e na praça principal. Iniciaram-se também com bastante animação os bailes nas sedes dos diversos clubes.

Apesar das chuvas que desde sábado caíram sem cessar até terça-feira, podemos afirmar que o povo nilopolitano divertiu-se bem. A praça Paulo de Frontin com um coreto simples mas bonito e a parte ajardinada ornamentada e bastante iluminada, foi o ponto de concentração dos foliões e local de desfile de Escolas de Samba e Blocos.

No domingo, vários blocos trouxeram animação e alegria ao povo, destacando-se o Bloco do «Tudo Azul» da Chatuba, tendo à frente como animador o sr. Arnaldo Tavares.

O dia mais animado foi segunda-feira. A praça ficou lotada de foliões e pessoas que foram apreciar o desfile dos Blocos e Escolas de Samba, que foram os seguintes: Escola de Samba «Unidos de Nilópolis»; Escola de Samba «Beija-Flor» que há três anos vem mantendo o primeiro lugar; Bloco «Centenário», muito bem apresentado; Bloco «Carnavalesco Recreativo» Acadêmicos de Nilópolis, em seu primeiro ano de exibição, tendo à frente a diretoria e que muito agradou ao público; Bloco «Paulo Bocage»; Bloco do «Ponto». Estes os que mais se destacaram.

NR no R. G. do Sul

União Operária em Rio Grande tem nova diretoria

A Sociedade União Operária, da cidade do Rio Grande, do Rio Grande do Sul, está, desde dezembro do ano passado, sendo dirigida pela nova diretoria eleita, assim constituída: presidente: Achilles Alberto Caco; vice-presidente: Felipe Antônio Tarta; secretário: Arlindo Lima (releito); adjunto: Oswaldo Jorge; tesoureiro: Atilio Longo (releito); adjunto: Osmar Félix (releito); procurador: Walter Guimarães (releito); adjunto: João Margário Mendes; e bibliotecário: Antônio Soustruznik Filho.

O Conselho Consultivo da entidade está formado pelos seguintes membros: Elias Ávila, Paulo Zinclar, Delso Reduzino Vaz, Estenislau Pereira da Silva (releitos), Antônio Lopes Parejo, Carlos Rodrigues Vilória e Ernester Farias de Albernaz.

NR em Minas Gerais

TRÊS MESES DE GREVE DERAM VITÓRIA AOS OPERÁRIOS DA FÁBRICA MARZAGÂNIA

Após a realização de uma greve que durou mais de três meses, os operários da Fábrica de Tecidos Marzagânia decidiram regressar ao trabalho, mediante um

acórdo firmado com os empregadores, no último dia 26, segundo o qual ficam assegurados o pagamento dos salários atrasados, através de um empréstimo especial de 45 milhões de cruzeiros concedido por estabelecimento bancários particulares e estatais aos proprietários da referida indústria. Além de conquistarem o pagamento dos salários atrasados, os operários viram vitoriosas inúmeras outras reivindicações pelas quais vinham lutando.

Os 585 trabalhadores da Fábrica de Tecidos Marzagânia encontravam-se há quatro meses sem receber os seus salários. Os empregadores, pertencentes à tradicional e riquíssima família Carvalho Brito, alegavam não dispor de recursos para efetuar o pagamento dos seus empregados. Indignados com a situação, e contando com o apoio efetivo dos demais trabalhadores, do povo e do comércio local, os operários entraram em greve, na manhã do dia 11 de dezembro de 1960, e só voltaram ao trabalho no último dia 26, quando ficou garantido o pagamento dos seus salários e o atendimento de outras reivindicações da categoria.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Recebemos e agradecemos:

Amigos de Paranaguá (Rio Verde)	5.000,00
Uberlândia	360,00
Euclides	50,00
Construção Civil (GB)	1.000,00
Bancários (GB)	1.000,00
Leopoldina (GB)	3.000,00
Deodoro (GB)	2.000,00
Tijuca (GB)	2.000,00
CIERAF (GB)	770,00
Batista Rodrigues	200,00
Marceneiros de São Cristóvão (ajuda de janeiro)	450,00
Botelho	200,00
	16.180,00

NOVOS RUMOS

Diretor: Mário Alves
 Diretor Executivo: Orlando Bomfim Júnior
 Redator Chefe: Fragnon Borges
 Secretário: Luiz Fernando Cardoso
 Gerente: Guttemberg Cavalcanti
 Redatores:

Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rul Facó, Solon Pereira Neto

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1713 — Tel: 42-7344
 Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO
 Rua 15 de Novembro, 228
 8º andar — S/827
 Tel: 37-52 64

Endereço telegráfico — «NOVOS RUMOS» ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 500,00
Semestral	250,00
Trimestral	130,00
Área anual, mais	200,00
Área semestral, mais	100,00
Área trimestral, mais	50,00
Número avulso	10,00
Número atrasado	16,00

Notas Sobre Livros

...mente vem-se lembrando, nos últimos tempos, de vir a novelista brasileira da sua tendência natural realista para um "psicologismo" que não passa de fuga da realidade. O público, no entanto, continua a reagir de maneira negativa a estes intentos. As grandes tentativas de livros de literatura para os romances ou narrativas de fundo realista, os depoimentos da vida. E o caso de Gabriela ou Quarto de Despejo, que naturalmente aliam a sua qualidade básica — o realismo — a outras qualidades (como o lirismo, a autenticidade.) E o romance "psicológico" vai ficando para trás, relegado a merecido esquecimento e desprezo do grande público.

Reconheço que tem numerosos defeitos um romance como este Sua majestade, o juiz, de Jader de Carvalho, que nos vem do Ceará. Mas possui também qualidades surpreendentes. Não sei se catalogue entre as qualidades ou defeitos o ser um romance apaixonado, em que o romancista demonstra pruri-pris antes de iniciar a narrativa, avisando ao leitor:

"Neste romance, alguns personagens são pura invenção do Autor".

Percebe-se a cada passo a intenção da sátira. Mas, haverá obra desapaixonada, desinteressada, em que o autor não demonstre, desta ou daquela forma, seus pendores pessoais ou de classe, suas preferências ou idiossincrasias? Quando Rabelais escreveu Gargantua não estaria satirizando contemporâneos seus, costumes de sua época e de seu meio? Podemos afirmar que Sancho Pança e Quixote não fossem vizinhos ou conhecidos próximos de Cervantes, encarnando entretanto tipos vulgares dos fins da Idade Média?

Jader de Carvalho concentra o fogo de sua mordacidade na magistratura, acompanhando a peregrinação de um modesto juiz pelo interior do Ceará, até sua vinda como desembargador para Fortaleza. Quem ignora que entre nós a magistratura está sujeita diretamente a injunções de ordem econômica e política imediata? Que o juiz é quase sempre um agente voluntário ou forçado dos poderosos locais? As exceções individuais só fazem confirmar a regra.

As sucessivas transferências do juiz personagem central, cujo caráter está bastante bem acentuado no romance, servem ao romancista para nos dar um panorama de diferentes cidades do Ceará, em zonas diversas. E então que vemos o quanto, muitas vezes, o sociólogo suplanta o romancista em observações que ficam como documento de uma época — a nossa época. Porque Jader de Carvalho não temeu localizar sua narrativa nos dias presentes, nos acontecimentos que estamos vivendo, em personagens nossos contemporâneos. Infelizmente, a maior parte dos figurantes são mais nomes do que personagens: não vivem no romance. Percebe-se que o autor quis apenas fazê-los objeto reconhecível localmente de suas vitórias. Algumas vezes as coisas acontecem sem uma seqüência lógica da narrativa e também sem conseqüências. Páginas e episódios que poderiam estar cortados e não fariam falta ao conjunto.

Ao mesmo tempo, Jader de Carvalho mostra verdadeira talento de novelista nos "romances" intercalados que são as "Memórias" do Juiz Nogueira e "Romance de Eliana". Por que isto acontece? Só encontra explicação: é que Jader de Carvalho abandona momentaneamente aquele estado de espírito preconcebido contra seus personagens centrais — os juizes e desembargadores — e adquire outro estado de espírito, natural, humano, em que estes elementos se impõem e tomam relevo e atraem o leitor. Em resumo, Jader de Carvalho demonstra as suas qualidades positivas de romancista, infelizmente nem sempre bem aproveitadas.

Mas não tenho dúvida em afirmar que Sua majestade, o juiz não pode ser ignorado como um romance-documentário da época presente. E talvez tenha sido esta a intenção de Jader de Carvalho. Que agrada ao público, a melhor prova está em ter sido vendidos, somente em Fortaleza, 1.500 exemplares em três dias.



ISSO DE HUMANIZAR...

O fato em si é banal: não é o atual governador da Guanabara o primeiro a vir falar em "humanizar a cidade". Até os colonistas sociais costumam declarar que não gostam de Brasília porque ela "não é humana". Ora vejamos! Quem construiu Brasília? Quem vive lá? Homens ou deuses? Mas o governador atual foi quem contratou um dominicano para vir "humanizar" o Rio, hoje Estado da Guanabara. O bom padre veio, deu entrevistas coletivas à imprensa, falou que "desenvolvimento não se irrompia", que "trabalho e tempo são fatores imprescindíveis à sua melhoria". E a humanização nisso?

Lelo as notícias publicadas pelos jornais, vejo o padre indo e vindo, e penso como anda este mundo ou melhor para onde vai esta cidade tão boa e tão mal amada (mal amada não no sentido de Antônio Maria, mas no de Guilherme Apollinaire). Um padre francês tem uma varinha mágica e vai transformar em condões, marquês, ricas, os homens que trabalham de sol a sol, que mal ganham para comer, que têm prole numerosa e salário baixíssimo. E isso a humanização que eles chamam? Porque homens somos todos nós, tão homens que lutamos desesperadamente para sobreviver apesar de tudo o que nos falta, apesar da vida para nós ser um contínuo trabalho. Humanizar a quem? aos pobres para que fiquem contentes de serem pobres? Ninguém jamais, nem com palavras belíssimas, nem com varinhas de condão poderá ser feliz vendo filhos crescerem sem escolas, mulheres doentes sem hospitais, o fogão cozinhando apenas o menor necessário para manter de pé os que trabalham para sustentar famílias. Humanizar ladrões? Por que roubam eles? ninguém nasce ladrão, ninguém nasce assassino. Não serão nem palavras, nem sorrisos, nem toques mágicos que vão transformar ladrões e assassinos em seres humanos.

O que padre Lebrez vem fazer no Brasil? Humanizar? não seria bom que ficasse humanizando o governador, hoje tão religiosamente católico e tão religiosamente vingativo? Tão cheio de missas e tão cheio de ódio? Padre Lebrez vem humanizar a mais humana das cidades; a cidade onde qualquer um chega e planta sua própria bandeira, onde — até agora pelo menos — todos podem viver e morrer, inclusive de fome. Que cidade mais humana do que esta? Padre Lebrez vai terminar com as tarefas? Humanizar é terminar a luta de classes, creio, mas se esta termina um dia não é com um padre sorridente falando bonito, usando batina e empregando fé.

Não fosse o caso muito triste, dava para matar de riso qualquer pessoa semi-alfabetizada. O governador, minhas senhoras, meus senhores, mandou buscar na França, um padre para "humanizar" o Estado da Guanabara. Abram os olhos.

Tópicos Típicos

Conta-se que o sr. Raul de Vincenzi, chefe do cerimonial do Planalto, notável pela insensibilidade dos cabelos, sentou-se, certa ocasião, numa cadeira de barbeiro e foi atendido com a seguinte (e distraída) pergunta: — E' pra cortar ou é só pra mudar o óleo?

Conta-se, ainda, que o venerando financista prof. Eugênio Gudin, na sua coluna de O GLOBO, jamais escreveu sobre o governo do regente Feijó porque se julga obrigado a respeitar a memória do padre, seu companheiro de infância.

Conta-se que, indo praear, o cronista e poeta Paulo Mendes Campos encontrou, num canto de praia, um cidadão de canção em punho e perguntou-lhe: — O lugar é bom pra peixe? O outro respondeu: — Deve ser, pois nenhum deles quer sair.

Conta-se, mais, que o governador e contista (Xanani) Carlos Lacerda ainda disposto a ensinar aos seus filhos o caminho do bem. Para isso, tem procurado muito uma edição especial do guia Rex.

Conta-se, igualmente, que o produtor de televisão Flávio Cavalcanti (conhecido como Boca Júnior) por Antônio Maria) só come "peit-pois" em latins.

Conta-se, também, que, durante a última campanha eleitoral e depois de um discurso, Carlos Lacerda foi procurado por um velhinho, que lhe informou: — O senhor é o meu segundo candidato preferencial. — E qual é o primeiro? quis saber Lacerda. — Ah, retorquiu o ancião, é qualquer outro.

Conta-se que o ex-ministro João Neves da Fontoura recebeu proposta do circo «Barney and Bailey» para vir-se como o maior anão do mundo, porém não aceitou porque esperava vir a ocupar cargo de destaque no atual governo federal.

Conta-se, enfim, que o romancista Lúcio Cardoso, servido de uísque num bar, reclamou contra o tamanho da dose e foi informado pelo garçon que se tratava de legítimo escocês, com oito anos. — Puls com esta idade, insistiu, podia estar mais crescidinho.

Tudo isso é o que se conta por aí. Não tendo podido obter confirmação de tais histórias, não respondo pela veracidade delas. Mas que são interessantes são.



POEMA DE AMOR E FÉ PARA A REVOLUÇÃO CUBANA

CAMILLO DE JESUS LIMA

Primeiras horas da manhã de 1.º de janeiro. Sei que o povo está reunido numa das praças de Havana

A aurora tinge de ouro e sangue as bandas do Levante. Entram por meus ouvidos cantos das aves que deixam os ninhos. Estão ferindo as calçadas os tamanhos dos que saíram para trocar suor [e sangue pela comida.

Levanto o pensamento para a legião bronzada que desceu da Sierra [Maestra, Naquele dia em que se celebrou o casamento do Povo com a Liberdade. Pense na expropriação das companhias petrolíferas e dos bancos lanques, Na encampação das usinas de açúcar, Na Reforma Agrária.

Na voz de Fidel Castro, conduzia pelo vento viajero aos recantos da [Ilha:

"Trair o pobre é trair o Cristo", E nos homens maus escorraçados como chachorros ladrões.

Dos meus lábios arranco o beijo mais quente e mais vivo, Para entregá-lo ao vento da manhã que afaga meus cabelos: Vento, velho vira-mundo, Leva o beijo que te entrego Para os olhos grandes e bondosos da companheira Célia Sanchez. Que ela, em Cuba, o divida Entre Haydê Santamaría, Anita, Amparo, Mercedes, Melba Hernandez, Wilma Espin E os companheiros de Cuba! Enquanto entra por meus olhos a aurora de minha terra, Escapa-me do peito o hino dos nacionalistas de todo o mundo, Resumido em três palavras: "Pátria o muerte!" Larga-se pela amplitude o desafio de um povo que não está só, Desafio atirado à face da ameaça invasora: "Que vençam!"

Levanto o punho cerrado, como se estivesse numa praça de Havana.



UM CÍRCULO DE ARTE POPULAR NA RUA

O pintor Bernhard Franke, juntamente com alguns discípulos, foi chamado — há uns dez anos — ao comitê da empresa Farben-fabrik Wolfen (8.000 operários) e convidado a ajudar os trabalhadores que desejassem aprender a pintar.

Arranjaram um galpão sem serventia dentro da própria empresa, os operários interessados restauraram o local e, em pouco tempo, estava armado um bom "atelier".

A FOME TEM «LIVRO NEGRO»

Nas primeiras páginas de "O Livro Negro da Fome" (Editora Brasiliense, 1960), o prof. Josué de Castro define com clareza o sentido fundamental de sua última obra: "Fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos, que constituem cerca de dois terços da população mundial".

"O Livro Negro da Fome" é, assim, mais uma importante contribuição do cientista brasileiro à causa do progresso da humanidade.

Inicialmente, o prof. Josué de Castro analisa o panorama do desequilíbrio econômico no mundo, com o objetivo de denunciar a existência das negras e infamantes manchas demográficas da fome, que impregnam enormes extensões da carta geográfica mundial. "Em meados do século XX — afirma, baseado em documentos das Nações Unidas — pelo menos dois terços da humanidade vivem num regime alimentar deficiente, ou seja, em estado de fome crônica". Depois de examinar as diferentes manifestações da fome, desde as chamadas doenças de carência até os estados de fome oculta, mal caracterizados, que conduzem o organismo a um estado de incapacidade relativa e de fraca resistência às enfermidades, conclui o prof. Josué de Castro que, dos 60 milhões de mortes anuais, 30 a 40 milhões devem ser atribuídos à desnutrição: "E a fome a mais generalizada de todas as doenças endêmicas e a mais grave manifestação do pauperismo mundial".

Crítica a seguir as concepções neo-malthusianas e demonstra, com base no extraordinário exemplo da

China, que a fome pode ser vencida quando se elimina com decisão sua causa fundamental: uma estrutura econômico-social obsoleta, o semifeudalismo agrário, sustentáculo dos privilégios de uma minoria parasitária.

O segundo capítulo ocupa-se da luta contra a fome, dos esforços realizados através dos organismos internacionais como a FAO (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) para ajudar os povos subdesenvolvidos a vencerem o espectro da fome. Embora reconheça os méritos da obra realizada pela FAO, o prof. Josué de Castro considera falsa a perspectiva assumida por essa entidade, que se limita a encarar o problema da alimentação como um problema puramente agrícola — apenas sob o aspecto do aumento da produção de alimentos. "A realidade social da fome está intimamente ligada a toda a estrutura ou conjuntura econômica das regiões subdesenvolvidas do mundo" — conclui, e demonstra que a luta contra a fome se identifica, no essencial, com a luta pelo desenvolvimento dos países atrasados.

No último capítulo, o prof. Josué de Castro expõe os objetivos, os métodos e as atividades da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), fundada em 1957 por iniciativa sua, com o apoio de um grupo de eminentes personalidades.

Entre os apêndices, destaca-se o estudo "Proteínas para a América Latina", elaborado pelo grupo de estudos INUB-ASCOFAM.

A artista grava Anna Kindy-nária ilustrou "O Livro Negro da Fome" com desenhos de extraordinária expressão dramática.

Teatro Beatriz BANDEIRA

UM AVISO E ALGUMAS NOTÍCIAS

Em conversa com pessoa amiga estive sabendo notícias bastante animadoras para o movimento teatral. Contou-nos ela do imenso interesse encontrado, em uma viagem através de diversos Estados do Brasil, não só no sentido de conhecer peças de autores nossos, como de levá-las à cena. Assim é que no interior de Alagoas, se não me falha a memória, foi nossa amiga encontrar um grupo de jovens atarefados em montar o "Eles não usam Black-Tie". De outro Estado contaram do magnífico coro falado, dos grupos de estudos, dos conjuntos amadores que surgem. Do Paraná, fala-nos de um jovem autor que nos envia peça e pede opinião. Em fim, vê-se que o brasileiro esta sentindo que é no teatro que se pode chegar às mais diretas formas de expressão e comunicação. E que é o teatro, sem dúvida, entre todas as artes, a mais social. Aviso aos nossos leitores do interior que teremos a máxima satisfação em atender a qualquer pedido, endereçado à coluna de Teatro de Novos Rumos, no sentido de enviar peças (sempre que possível) por-las em comunicação com pessoas ou grupos com os quais possam trocar experiências, prestar informações referentes a montagem de peças, escolha de repertórios etc. Por outro lado esta coluna ao dispor dos interessados, E escrever notícias que nos possibilitem fazer uma estatística do que está sendo realizado nos Estados menores do país.

O Capitão e o Teatro

Escrevo assim com manuseias porque se trata do nosso heróico e romântico Capitão Grãvio, que além de todas as qualidades que já lhe conhecemos, é também escritor e teatrólogo. Fala-se de uma peça de sua autoria, intitulada "A Pele", um libelo contra a discriminação racial no triste Portugal de Salazar. Por causa dela seu autor foi condenado a oito anos de prisão. Escrita na cadeia chegou as mãos de elementos revolucionários que a imprimiram em mimeógrafo — que é a impressora daqueles que lutam pela independência em qualquer parte do mundo — sendo assim divulgada. Agora, com o propósito de auxiliar aos exilados de levá-la à cena em um de nossos teatros, de ser de ter sido proibido por Salazar, de ser de autoria de quem e atrairá, sem dúvida, o maior interesse do público. O CAETANO além do mais e tradutor das peças de Eugene O'Neill o que constitui, no caso, uma credencial. Qual dos nossos empresários se anima? Todo o nosso apoio e intenção.

PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA

ZDENEK HAMPEJS

Em nosso último artigo chamamos a atenção dos leitores para algumas gramáticas ou livros didáticos que servem para o aperfeiçoamento dos conhecimentos de português. Mas estudar a língua só através de gramáticas não seria suficiente. E' preciso enriquecer também o léxico, aprender o significado preciso das palavras, conhecer a sua variedade semântica. E para tudo isso serve o dicionário. O bom dicionário, compreende-se. O dicionário que mais merece, no Brasil, ser designado de "bom", é o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, que acaba de sair, supervisionado e consideravelmente ampliado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Este dicionário realmente reflete a riqueza lexical do português no Brasil, não omitindo expressões regionais (tanto brasileiras como portuguesas) e registrando abundantemente a fraseologia. Será útil também para os que já possuem uma das edições precedentes, porque a presente está aumentada em 25% em relação com a edição anterior.

Descrever o que o dicionário contém é mais difícil do que dizer o que falta. Escolhendo o caminho mais fácil (e não há nada mais fácil do que criticar uma obra de tanta envergadura como é a presente), parece-nos que na próxima edição poderiam ser incluídos mais termos encontráveis na Imprensa, cuja linguagem, tão rica, não foi submetida, no Brasil, a uma pesquisa paciente e sistemática nem registrada devidamente em dicionários. Se se fizer um levantamento da linguagem da Imprensa, certamente entrarão na próxima edição palavras, como: ambientação, banalização, bom-mocismo, candango (na nova acepção), contração, centrismo,

centrista, cineclube, cinejornal, dedicação, descapitalização, despiantamento, dieselização, estadiualização, extensioinista, gostosão, gozação, hasteamo, imediatista, "incerta, meia-estação, paternalismo, pioneirista, protagonizar, queixa-crime, sintonizador, uiscenda, etc.

Naturalmente o dicionário não pode registrar tudo, e nós estamos plenamente de acordo com esta objeção. Mas, apesar disso, nos parece que o consulente precisa de encontrar o significado de termos que lê diariamente nos jornais, por mais elementares que sejam. E onde procurá-lo senão num dicionário, tão amplo como o PDBLP? Esta nossa observação se refere, especialmente, a alguns termos políticos, que surgiram ultimamente ou circularão já algum tempo, sem terem sido ainda dicionarizados, são p.ex., alguns termos que nasceram ou renasceram durante o governo Juscelino Kubitschek: desenvolvimentista (com os derivados desenvolvimentista — subst. e adj.), continuismo (e os adjetivos continuista e anticontinuista), meta (na acepção política que a palavra adquiriu durante o governo JK), etc. Também poderiam figurar no Dicionário os termos como subdesenvolvimentismo, entreguismo e aqueles ligados ao governo de Getúlio e que sempre reaparecem (getulismo, getulista, varguismo).

Naturalmente num dicionário que contém milhares de verbetes, nem todas as definições podem satisfazer todos os leitores. Alguns definiriam talvez certas expressões de outra maneira, do que o faz o prof. Aurélio ou alguns dos seus colaboradores no Dicionário. Para ficarmos no campo político — ao qual acabamos de aduzir alguns termos que não encontramos

ambição, banalização, bom-mocismo, candango (na nova acepção), contração, centrismo,

Pela Unidade Das Forças Populares

ORESTES TIMBAÚVA RODRIGUES

O Estado da Guanabara recém-saida da órbita do Governo Federal, necessita de uma série de medidas de profundidade para organizar sua economia, suas finanças e sua vida política e administrativa dentro das exigências de uma unidade autônoma da Federação de Estados brasileiros. Tais medidas devem ter como ponto de partida o incremento da indústria de base, a ampliação do intercâmbio comercial, uma política tributária adequada, o desenvolvimento da agricultura em moldes condizentes com a exiguidade da área disponível.

A execução de um programa de governo que contenha essas linhas gerais exige, simultaneamente, medidas contra os grupos financeiros internacionais, a começar pelo grupo Light, e uma ordem constitucional democrática, que possibilitem a mobilização e a participação do povo e de todas as forças interessadas na organização progressista do novo Estado.

As tarefas referidas cabem, evidentemente, ao Governo do Estado, em primeiro lugar. Este, porém, muito longe de preocupar-se com estas questões essenciais e vitais para a comunidade carioca, vem desenvolvendo uma ação dissolvente que tem como centro a agitação e a provocação contra a democracia e as liberdades democráticas. Ao mesmo tempo em que desrespeitava decisões do Congresso Nacional e agitava bandos armados contra a Câmara de Vereadores, insultava os ministros do Supremo Tribunal, fazia ressurgir um odioso processo político contra o jornalista, escritor e acadêmico Alvaro Morayra e outras expressões da nossa intelectualidade, como o arquiteto Oscar Niemeyer, o professor Pedro Borges e outros dirigentes da Escola do Povo.

Quanto aos inúmeros problemas da cidade, o governador mostra-se de uma inoperância total. Generaliza-se a falta d'água, aumentam as deficiências dos transportes coletivos e do abastecimento de gêneros à população, que já vive sob o racionamento do pão por falta de trigo no mercado. A intervenção na Companhia Telefônica não trouxe nenhum resultado favorável ao povo. A trambolada luta contra o grupo Light caiu num esquecimento sintomático. No setor do ensino, o dito popular — «Moço, eu quero escola» — já substituiu a promessa do demagogo feita às vésperas da eleição.

Paralisa momentaneamente em suas provocações, mas eufórico com os rumos antipopulares que seus parceiros vão imprimindo à política nacional, o governador Carlos Lacerda deixa a barca correr. Como uma vedeta em decadência, preocupa-se tão somente com sua autopropaganda. Para isto aproveita-se de tudo e até nos momentos do contrabando já se meteu.

Diante de tal situação surge como um imperativo a necessidade de união de todas as forças populares e democráticas da Guanabara. O primeiro passo para isso já foi dado com o lançamento do Manifesto Democrático, assinado por todos os líderes, correntes políticas e organizações populares. Daí para cá o agravamento da situação fez com que amadurecessem mais rapidamente as condições concretas para a unidade, que já é sentida e desejada por todos os que têm uma parcela de responsabilidade perante o povo.

Três pontos básicos unem as forças populares guanabaras:

1. Defesa das liberdades democráticas. Acatamento e aplicação da Lei Santiago Dantas. Defesa dos processados e perseguidos políticos. Defesa do direito de reunião, de organização e livre manifestação do pensamento. Por uma Constituição democrática para o Estado.

2. Luta pela solução concreta dos problemas do Estado e do povo. Regularização do abastecimento de água. Melhoria dos transportes coletivos. Defesa e ampliação da rede de escolas públicas. Melhoria da rede hospitalar. Atendimento dos duzentos e cinquenta mil candidatos a telefone. Contra quaisquer despejos em favelas. Melhoria do abastecimento de gêneros alimentícios e estabilização dos preços. Encampação da Light e suas subsidiárias.

3. Arregimentação eleitoral, visando obter vitórias nas eleições de outubro de 1962, nas quais serão eleitos dois senadores, vinte e um deputados federais e, possivelmente, o vice-governador e os deputados estaduais.

A base desses três pontos podem unir-se o P.T.B., os comunistas, o P.S.B., a corrente que segue o deputado Tenório Cavalcanti, a maior parte do P.S.P. e do P.S.D. Até mesmo na U.D.N. há elementos que devido às suas vinculações com o povo, não são infensos a uma política de união em benefício da democracia, da população carioca e do Estado da Guanabara.

A esta frente de organizações partidárias somar-se-ão, com toda certeza, os sindicatos de trabalhadores, as organizações estudantis e do funcionalismo, assim como numerosas outras que não podem ver com indiferença o caos a que o sr. Carlos Lacerda está conduzindo o Estado.

Os comunistas, como sempre, tudo farão para tornar realidade a união das forças populares e democráticas, condição básica para a organização do Estado e o progresso do seu povo.

«Salário-Sanduíche»: Lacerda Viola Leis e Protege Tubarões do Ensino

Uma vasta sanção, proporcionada por mais de mil jovens professores que foram convocados para ouvir as explicações do governo sobre a instituição do «salário-sanduíche», foi decidida resposta à ilegalidade pretendida pelo sr. Carlos Lacerda contra os diplomados do Instituto de Educação e da «Carmela Dutra».

A decisão do agora governador de terra, mar e ar, inspirada sugestão do seu secretário da Educação e conhecido inimigo da escola pública, o sr. Flexa Ribeiro, e tomada para atender às necessidades criadas com a criação de 50 mil novas vagas nos estabelecimentos de ensino primário do Estado, constitui uma violação frontal das disposições legais vigentes sobre aproveitamento de professoras recém-formadas, assim como uma tentativa de exploração desumana do trabalho.

Dois aspectos da questão revelam o critério administrativo de um governador que vem pautando sua atividade pela completa ignorância dos problemas que afligem a população e pela ambição desmedida de conquistar popularidade fácil através de atitudes impetuosas, arbitrarias e ilegais. Não podendo utilizar verbas e não querendo reconhecer aquilo que a Justiça já determinou que é legal, a ex-Câmara dos Vereadores, para quem parecia correr e obter uma lei que propiciasse os meios necessários para contratar as professoras, pagando os vencimentos de lei, enverecia pelo caminho da demagogia fácil, apelando, não se sabe por que e para que, a um espírito de sacrifício que nada justifica. As promessas de que, mais tarde, o governo abalilará o «salário-sanduíche» de 50 cruzeiros diários e passará a pagar de acordo com a lei, revelam esse aspecto profundamente ilegal da atitude do governador, ao mesmo tempo que cria uma situação insustentável para as professoras que têm direitos adquiridos tanto no que se refere à admissão no magistério público como no que se refere aos vencimentos a perceber: 11.540 cruzeiros a partir da data em que a professora é admitida.

A decisão do governador, além disso, constitui uma manobra clara contra a escola pública. Instaurando o regime de voluntariado e acompanhando-o

com a decisão de pagar os 50 cruzeiros que ele tem coragem de chamar vencimentos, procura assim permitir que jovens professoras formadas por estabelecimentos de ensino particular tenham acesso ao magistério público primário, rompendo disposições legais. A medida, como não podia deixar de ser, foi inspirada pelo sr. Flexa Ribeiro, proprietário de escola particular e líder de um grupo de industriais de ensino que financiou a campanha do atual governador e que tem todo o interesse em combater a escola pública.

Investindo contra os legítimos direitos das jovens diplomadas do Instituto de Educação e da Escola Normal «Carmela Dutra», procurando abrir uma brecha na lei que protege o ensino oficial, o governador desotende mais uma vez os legítimos interesses do povo da Guanabara e procura pagar regiamente aqueles que sustentaram com seus palpados a sua milionária campanha eleitoral.



Arriscadas a passar fome

Manguinhos: Rio Cheio Sem Luz, Telefone Nem Escola

As mil e quinhentas famílias residentes nos quatro parques proletários que constituem a favela de Manguinhos vivem em constante sobressalto, temendo, a qualquer momento, o transbordamento das águas do rio Farias, curso d'água que atravessa, de meio a meio, aquela favela. Tendo sua foz na Baía de Guanabara semi-abstruída, o rio, na época das cheias, que coincidem sempre com períodos de marés altas, invade a área dos barracos, ocasionando surtos epidêmicos de várias moléstias. A solução para o problema, há vários anos reclamada pelos moradores da zona, é o desvio do leito do rio para além dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina. Em fevereiro de 1959, após tenaz campanha empreendida nesse sentido pela população local, foram iniciadas as obras reclamadas. Arrastaram-se morosamente por estes dois anos e, agora, estão praticamente paralisadas, sem que modificação alguma da situação fosse operada.

Crianças querem escola
Com mais de quatro mil crianças em idade escolar a favela de Manguinhos não dispõe de uma única escola pública. Resultado óbvio: forma-se ali

uma geração de analfabetos. Raríssimos os garis que conseguem matriculas em escolas públicas primárias de outras regiões residenciais, todas bastante distantes de seus locais de moradia. Estas mesmas são obrigadas, via de regra, a deixar a escola logo no primeiro ano, de vez que a bolsa de seus pais, em razão do alto custo da vida e dos salários baixíssimos, não aguenta pagar-lhes o alto preço da condução ao local da aula, tanto mais que se trata de condução dobrada pois os garis precisam sempre de um acompanhante nos percursos de ida e volta de casa para a escola.

A Associação Protetora dos Moradores de Manguinhos, organização entronca da qual os moradores da favela se estão unindo para suas lutas reivindicatórias, pôs à disposição do governador do Estado a sua sede para ali ser instalada uma escola primária. Lacerda prometeu os móveis, professores e merenda. A diretoria da Associação abriu as listas de matrículas, fato recebido auspiciosamente na favela. Estamos a uma semana do início do ano letivo e nenhuma providência foi tomada pelo Executivo Estadual com respeito ao cumprimento de sua promessa.

Um telefone é sonho antigo

Em todo o perímetro ocupado pelas quatro parcos proletários não existe um só aparelho telefônico. É fácil imaginar, então, o drama vivido pelas famílias, quando são forçadas a algum pedido de socorro urgente em altas horas da noite. Principalmente se atinarmos para a lota de que Manguinhos, como de resto toda a zona suburbana da Guanabara, é péssimamente servido de transporte. A instalação de um telefone público é, pois, uma das mais acenhuadas necessidades dos habitantes da favela. O lugar apropriado para a localização do automático é a Estrada de Manguinhos, única via pública, na zona, reconhecida como tal pelo Estado.

Residência ameaçada

«Talvez a providência mais solicitada em Manguinhos — excetuando-se, é claro, o desvio do leito do rio Farias, problema que tem sua solução colocada em termos de medida inadiável — seja a que diz respeito à regulamentação da área ocupada pelos barracos. Os moradores, em sua grande maioria,

usufruem da mesma em caráter precário; e vivem em constante estado de sobressalto, temendo serem despejados sumariamente, ficando, desta forma, em completo desabrigo. Para resolverem a questão já sugeriram ao governador ser-lhes concedida a posse definitiva da área residencial, mediante o pagamento ao Estado dos débitos impostos e emolumentos.

Sinal vermelho atrapalha

Um dos maiores tormentos por que passam os favelados de Manguinhos — e não só de Manguinhos mas igualmente os residentes em Cavalcanti, Engenheiro da Rainha, Inhaúma e até na Penha, áreas quando vão ou voltam da cidade utilizando bondes — é representado pela existência, na avenida Suburbana, no lugar denominado Reticão, de uma cancela numa passagem, de nível da Estrada de Ferro Leopoldina. Os veículos que por ali traiegam, em sua maioria coletivos que transportam trabalhadores, frequentemente ficam retidos pelo fechamento da cancela para passagem de comboios e por vezes até por estarem compostos de cargas em manobras. Tais irregularidades acarretam aos operários sucessivos atrasos na chegada aos seus setores de trabalho. Não raramente ocorrem casos de viaturas ficarem presas no leito da via férrea, no ato de fechamento da cancela, sendo obrigados a rebentá-la para não serem colhidos pelo trem. Em outras ocasiões, quando atonece veículos ficarem parados no meio da ferrovia, vê-se o maquinista de trem forçado a reter a composição, estabelecendo-se então irritantes engarrafamentos, com graves inconvenientes para os populares. A solução, apontada por todos, é a construção de um viaduto.

Despertar

Os moradores dos parques proletários de Manguinhos sempre esperaram mansamente pelas devidas e nunca tomadas providências dos poderes públicos. Agora estão compreendendo que sem união e sem uma firme exigência de seus direitos jamais alcançarão para os seus um nível de vida que, embora humilde, seja digno e decente. Humano, ao menos. Assim é que, aglutinados em sua «Associação Protetora dos Moradores de Manguinhos», iniciam um processo de lutas com o fim de solucionarem seus mais angustiantes problemas. Recentemente a Associação enviou ao deputado Roland Corbisier, líder da minoria na Constituinte, um memorial assinado por milhares de moradores contendo sugestões referentes ao problema de assistência às favelas, numa tentativa de vê-las cristalizadas em artigos da Constituição do Estado da Guanabara. Por outro lado, a Associação está preparando um amplo relatório de todas as reivindicações da população favelada de Manguinhos. O documento será entregue ao governador do Estado e, além dos problemas já levantados acima, pleiteia a instalação de um ambulatório, de um centro de puericultura, a construção de um reservatório d'água, policiamento (a favela é totalmente despoliciada, o posto de polícia mais próximo fica em Higienópolis) e ampliação da rede de iluminação elétrica, de vez que mais da metade da favela se encontra completamente às escuras.



Jornada de Solidariedade a Cuba

Comemorando a data da independência nacional de Cuba, o Grito de Bayma, a Associação Brasileira de Solidariedade à Revolução Cubana organizou uma Jornada Brasileira, durante a qual, através de vários atos e nos mais importantes pontos do país, explicou ao nosso povo os aspectos mais importantes do movimento liderado por Fi-

del Castro. Dando início à Jornada, no Estado da Guanabara, foi realizado, no dia 24 de agosto, na sede do ABI, um debate sobre a reforma agrária revolucionária efetuada em Cuba e suas consequências na elevação do nível de vida das massas trabalhadoras. Os debates foram abertos pelo prof. Josué de Castro e contou com a partici-

pação de especialistas em assuntos agrários, que abordaram, um após outro, diferentes aspectos das transformações efetuadas pelo governo cubano no campo. Nas próximas reuniões serão discutidas questões relacionadas com a industrialização e a reforma urbana em Cuba.

Professores da Guanabara Conquistaram Aumento de 35%.

O Sindicato dos Professores do Ensino Primário e Secundário do Estado da Guanabara, após vários meses de campanha visando o estabelecimento de um acordo salarial com os donos de colégio que registrasse as mínimas reivindicações dos mestres cariocas, conseguiram uma significativa vitória, obtendo um reajustamento salarial de 35%, a partir de 28 de março próximo, e a fixação do salário mínimo profissional para o professor primário, consubstanciada na remuneração de Cr\$ 60,00, por aula.

Outras reivindicações

O novo acordo salarial firmado entre os Sindicatos dos Professores e o dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino registra, ainda, as seguintes itens:

- 1) Os estabelecimentos de ensino que mantiveram mais de um nível salarial em remuneração aos seus professores não poderão pagar aos novos mestres
- 2) Os estabelecimentos de ensino que tenham um só nível de remuneração para os seus professores, ao admitir novos mestres, poderão pagar, no primeiro ano de exercício, salário-aula 15% menor do que o dos antigos professores;
- 3) Fica assegurada gratuidade de ensino nos colégios onde lecionam, aos filhos dos professores que estejam em exercício efetivo no mesmo colégio, respeitando as disposições pedagógicas e regimentais da escola;
- 4) O salário mensal dos professores será calculado na base de cinco semanas, computando-se aí o pagamento do repouso semanal remunerado;
- 5) Serão compensados quaisquer aumentos espontâneos ou não, concedidos pelos estabelecimentos de ensino, acima das bases decedentes do acordo de 29 de abril de 1960;

- 6) Será organizada uma Comissão Paritária para reexaminar os problemas salariais entre professores e os diretores das escolas particulares.

Isenções só para firmas brasileiras

A Assembléia Legislativa da Guanabara, discutindo o projeto referente à isenção de impostos para a indústria e o comércio hotelero, aprovou uma emenda, apresentada pelo deputado Guilherme Malaquias, acompanhado pelos deputados Gonçalves Lima e Anibal Gouveia, proibindo que as isenções sejam aplicadas em benefício de empresas estrangeiras. A aprovação dessa emenda veio evitar que se consumisse o intento, já encaminhado junto ao governo do sr. Carlos Lacerda, do grupo norte-americano Hilton — proprietário de uma rede de hotéis em vários países — que pretendia, inclusive à custa de isenção de um hotel para milionários.

1960 TAMBÉM FOI ANO ASIÁTICO

Na Ásia o Povo Deu Lição ao Imperialismo

Para a Ásia, da mesma forma que para a África, o ano de 1960 constituiu-se em um período de intensa luta ant imperialista, reforçando a política de paz dos povos asiáticos e assegurando para suas nações a conquista de uma liberdade há anos sufocada pelo colonialismo.

Desde a costa ocidental do Pacífico até o mar Mediterrâneo, a luta ant imperialista elevou-se principalmente pelo seu repúdio às ingerências e à dominação norte-americana. Ao término do ano, estava claro que os Estados Unidos haviam perdido terreno no continente asiático.

O que houve no Japão

O povo japonês, ameaçado pela assinatura de um tratado de aliança militar Japão-Estados Unidos, congregou suas forças na realização de manifestações públicas, que emocionaram todo o mundo, e onde era exigida a demissão do primeiro-ministro Nabusuke Kishi, a não ratificação do acordo militar e a dissolução do parlamento.

O Pacto de Segurança Mútua consiste em uma verdadeira remilitarização do Japão. Prevê o seu rearmamento, com plena utilização das bases militares norte-americanas já existentes, estacionamento de tropas dos Estados Unidos no Japão, equipamento do exército japonês com armas nucleares, envio de tropas ao estrangeiro, etc.

Tal Pacto, além de chocar-se frontalmente com a Constituição japonesa, constitui-se em mais uma cabeça de ponte das provocações norte-americanas no Extremo Oriente e é um atentado às aspirações de paz do povo japonês.

Durante seis meses o povo japonês, aglutinando em um todo uniforme as mais diferentes forças progressistas e democráticas, desenvolveu um intenso movimento de manifestações, comícios, greves e petições exigindo uma política de paz para o Japão, uma política democrática, de neutralismo e antimilitarista.

As greves gerais que antecederiam a renúncia de Kishi chega-

ram a totalizar mais de cinco milhões de operários.

O ex-presidente Eisenhower, a propósito de comemorar a abertura dos portos japoneses ao Ocidente, planejou a visita que nada mais era do que um esforço supremo da política oficial norte-americana no sentido de "prestigiar" o governo de Kishi. Mas a reação do povo japonês de pronto foi desencadeada contra aquela visita, que era vista como um verdadeiro acinte ao pacifismo do povo japonês, interessado em afastar o seu país da órbita militarista e imperialista dos Estados Unidos, e que demonstrava assim aos governantes do próprio Japão a que perigo era exposto o país pelas mãos dos monopolistas e grandes capitalistas nipônicos, sempre interessados em atrelar a economia japonesa ao carro de guerra dos Estados Unidos.

Numa pré-estréia do malogro da viagem de Eisenhower, o chefe do Serviço de Informações da Casa Branca, James Hagerly, foi obrigado a escapullir, cômica e apressadamente, em um providencial helicóptero que o roubou da lição merecida com que o ameaçavam as massas japonesas.

Eisenhower "achou por bem" não ir até à beira do vulcão nipônico. Deu meia-volta e foi jogar golfe, aguardando a queda, de posse, de Nabusuke Kishi, que caiu mesmo. O povo japonês alcançara duas vitórias, que mais tarde seriam acrescidas com a dissolução do Parlamento e a realização de novas eleições.

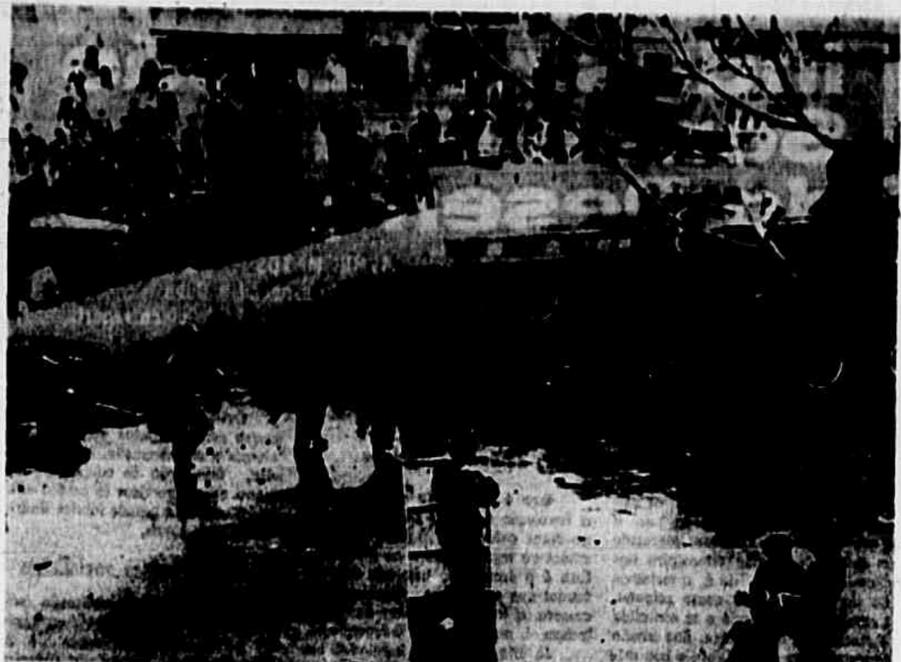
Embora o Pacto de Segurança tivesse sido ratificado, o povo japonês não cessou em suas manifestações. O próprio resultado das eleições, apesar do clima de corrupção que grassou durante as mesmas, e do sistema eleitoral proporcional que retirara aos partidos comunistas e socialistas inúmeras cadeiras no Parlamento, foi uma reafirmação dos desejos de paz e de neutralismo do povo japonês.

Na Coreia do Sul, ri melhor quem ri por último

O governo da Coreia do Sul, custodiado desde o final da Guerra da Coreia pelos Estados Unidos, foi posto abaixo pela força popular, o que deu ensejo para que se revelasse ao mundo mais uma vez a verdadeira face da "liberdade" e do "progresso" que os E. U. A. asseguram àqueles povos, cujos governos são por eles dirigidos. O povo sul-coreano, farto das arbitrariedades do governo de Syngman Rhee, prolongadas por 16 anos de atuação como testa-de-ferro dos interesses norte-americanos, acabou por impor a modificação do estado de coisas reinante no país.

A contradição entre o intenso desenvolvimento da Coreia do Norte e o estagnamento da economia sul-coreana foi um dos principais fatores que estimularam a luta do povo sul-coreano.

Pressionado pelo povo e desprestigiado pelos próprios Estados



Coreia do Sul: a praça é do povo

No mês de abril de 1960, as demonstrações populares contra a tirania pró-imperialismo norte-americano do titerre Syngman Rhee chegaram ao auge. O povo enfrentou com destemor as forças policiais, garantindo o seu direito de reivindicar. O ímpeto das manifestações acarretou a deposição e a fuga precipitada do tirano que buscou a proteção americana.



Na Turquia julgam-se os culpados

O movimento que depôs dos seus cargos o ex-primeiro-ministro Menderes e sua camarilha significou o primeiro passo dado pelo povo turco no sentido de libertar-se do bloco helicóptero. Na foto, à frente, Menderes

Unidos, a Syngman Rhee só restava a hipótese do bota-fora apressado, sem que, no entanto, se esquecesse de embolsar vinte milhões de dólares do povo sul-coreano.

Menderes, da Turquia, vai para a cadeia

A 27 de abril do ano passado, os estudantes turcos deram início a uma série de manifestações, em Istambul e Angorá, contra a tirania de Adnan Menderes.

O povo turco sofria as consequências de um governo totalmente voltado para os interesses dos grandes proprietários rurais (os "agas") e das empresas americanas, alemãs e inglesas instaladas no país.

O levante dos estudantes foi o estopim de um amplo movimento que culminaria com a derrubada do regime e a prisão dos seus principais cabeças: Adnan Menderes, chefe do governo, Celal Bayar, presidente da República, vários ministros e chefes militares.

Formou-se um Comitê de União Nacional, cujo presidente passou a dirigir o país. Embora a situação turca ain-

da apresente inúmeros pontos onde a democracia é sufocada, a queda do governo de Menderes significou um passo importante no processo de fazer voltar o país a uma política de independência nacional e de desenvolvimento econômico, na melhor tradição do fundador do moderno Estado turco, Mustafa Kemal, cognominado Ataturk ("o pai dos turcos").

No Laos a luta continua

A 9 de agosto passado, a junta rebelde dirigida pelo capitão para-quadista Kong Lee deu um golpe de Estado no Laos, destituindo o regime pró-Estados Unidos de Somsanith-Phoumi Nosavan, formando o Governo Real Lausiano, encabeçado pelo príncipe Souvana Fuma.

O governo rebelde instalado em Vientnã declarou seguir uma política de neutralidade. Tal política, posta abaixo pelas forças de Kong Lee, e que correspondia aos interesses norte-americanos com referência ao estratégico país, levou os antigos dirigentes a arregimentarem um exército mercenário que, proveniente da Tailândia, deflagrou a guerra civil no país.



Um dos maiores movimentos populares de todo o mundo desencadeou-se no Japão, contra a aprovação do Tratado de Segurança com os Estados Unidos e a visita de Eisenhower.

O Japão disse não

Nota Internacional

Dag Mostrou Porque ONU Precisa Mudar

O tempo serviu para confirmar até onde era justa a proposta apresentada pelo primeiro-ministro Kruschov à Assembleia Geral da ONU, em setembro do ano passado, dispondo sobre a reestruturação do secretariado do organismo. Naquela época, levando em conta a nova situação criada no mundo com a existência de três grupos de nações com orientações distintas e o fato de o secretário-geral vir aplicando de maneira unilateral as resoluções adotadas pelo organismo, o chefe do governo soviético propôs a eliminação do cargo e a instituição de um órgão executivo composto de três membros, cada um deles representando um dos três grupos de nações existentes no mundo, respectivamente socialistas, ocidentalistas e neutralistas.

A proposta soviética tinha em vista particularmente regularizar uma situação anômala e integrar o órgão executivo da ONU dentro do espírito que presidiu a criação da entidade no pós-guerra, a fim de impedir que as ações unilaterais do secretário-geral levassem a um agravamento da guerra-fria. A proposta foi rejeitada em virtude da posição norte-americana e dos países que ainda votam sob o comando de Washington.

Os resultados das decorrentes estão à vista de todos. Já durante a realização da Assembleia era clara a posição do sr. Hammarskjöld em relação aos fatos do Congo. O secretário-geral, em virtude principalmente dos poderes que detinha, pôde aplicar com quis e bem entendeu as resoluções do Conselho de Segurança a respeito da situação congolês, demonstrando claramente sua condição de órgão subordinado aos interesses das potências imperialistas e contribuindo com isso para agravar a crise naquele país e desmoralizar a ONU perante o mundo.

A ação do secretário-geral, que culminou com a sua participação direta nos acontecimentos que levaram ao assassinato do primeiro-ministro Patrice Lumumba, pelo qual ele foi um dos responsáveis, revela a necessidade de proceder às modificações propostas pela União Soviética nos órgãos executivos da ONU. Dag Hammarskjöld, que pela sua ação já é indigno de figurar no cargo que ocupa, prestou um serviço às nações realmente interessadas em transformar a ONU em instrumento a serviço da liquidação da guerra-fria; demonstrou que a existência do secretário-geral único está superada no tempo. A fisionomia do mundo, hoje, é bem diferente da de 1945. A correlação de forças mudou e já existe um sistema de países socialistas e outro de países neutralistas que têm direito de participar dos órgãos executivos da ONU.

Em março a Assembleia voltará a se reunir. Será então a hora de substituir um sistema que se mostrou incapaz de aplicar corretamente as decisões da entidade mundial e que até hoje só tem servido de instrumento de fácil manejo para os países imperialistas e colonialistas.

INTERINO

Marrocos:

morte do rei agita Ocidente

A morte do rei Mohamed V provocou, além de natural consternação, uma onda de inquietação em alguns países do Ocidente europeu, que viam no velho monarca um anteparo aos anseios mais radicais de vastos setores da população marroquina, todos eles no sentido de dar conteúdo mais progressista à política nacional através da realização de reformas na vida econômica e social do país. Realmente, Mohamed V utilizou durante longo tempo o prestígio adquirido durante a luta pela independência do país para manter o poder sob rédeas firmes e realizar uma política de conciliação com os grupos mais conservadores e ligados aos velhos colonizadores franceses e espanhóis. O seu desparecimento e o fato da coroa ter passado às mãos de seu filho, Hassan II, conhecido como homem independente e capaz de constituir um governo de união nacional no qual estejam representadas as forças populares é que levam a essa inquietação nos países do outro lado do Mediterrâneo.

Jânio recebe ministros de Stroessner

Quando de sua visita ao Rio Grande do Sul, o presidente da República recebeu ministros do Paraguai que se encontravam naquele Estado a convite das autoridades locais. Alguns diários divulgaram informações sobre o assunto, referindo-se ao fato de que o sr. Jânio Quadros atendera aos homens do ditador e assassinou Stroessner de "cara amarrada". Sendo isso verdade, constitui-se no primeiro pronunciamento oficial a respeito da bárbara chacina de Amambai, quando soldados paraguaios invadiram o território nacional e, com a cumplicidade de autoridades brasileiras, fuzilaram seis refugiados que procuraram asilo em nossa pátria. A denúncia dos fatos relatados por diversos órgãos da imprensa com riqueza de detalhes, a ciência que se tem de que existe um verdadeiro regime de terror implantado por autoridades brasileiras contra os asilados paraguaios e a "colaboração" vergonhosa com os beaguins do ditador Stroessner, estão a exigir do governo muito mais do que simples expressões fisionômicas.

Rodésia: novo alvo do colonialismo

Não é por acaso que justamente agora, quando a crise congolês atinge seu auge, agita-se o panorama político na Rodésia do Norte, «ex-colônia inglesa que participa do «Commonwealth». De um momento para outro, os extremistas brancos iniciaram uma campanha visando a impedir que fossem adotadas medidas no sentido de ampliarem os direitos dos negros. Essas represálias são dirigidas contra o governo inglês que procura suavizar a luta dos negros rodésianos pela liberdade completa e emancipação econômica, concedendo-lhes mais alguns direitos mas assegurando a supremacia política na região. Isso entretanto não satisfaz aos dirigentes brancos da Rodésia que, subordinados completamente aos interesses dos grandes trustes mineiros que controlam as riquezas imensas da região, temem que as medidas a serem adotadas pela Inglaterra possam propiciar o aparecimento de um Lumumba rodésiano que não se contente só com as migalhas oferecidas pelo Leão.

Apesar das sucessivas investidas de ambas as forças, a situação lausiana ainda se apresenta longe de uma conclusão definitiva. As forças de Kong Lee, que representam os anseios do povo do Laos, contam com o apoio das massas populares, e, apesar da intervenção militar norte-americana, a situação tende a resolver-se mais cedo do que se espera, de acordo com os reais interesses do povo lausiano.

O Vietnã do Sul entra na briga

No ano que passou, outro bastião da luta contra o imperialismo norte-americano ergueu-se na Ásia. No Vietnã do Sul, o descontentamento dos intelectuais e dos camponeses pela política de controle da imprensa, da polícia secreta, das prisões arbitrárias e de outras medidas ditatoriais abalou profundamente os alicerces do governo de Ngo Dinh Diem.

As manifestações populares foram sufocadas a ferro e fogo pelo governo. Medidas drásticas foram tomadas contra os camponeses descontentes, sendo os mesmos deslocados de suas regiões e enviados, às suas próprias custas, para vilas rurais recém-criadas chamadas "agrovilas". A perseguição policial nessas aldeias, a título de "controlar atividades comunistas, serviu para aumentar a hostilidade e a resistência dos camponeses.

O governo promove brutais medidas de repressão. O "Grupo de Ajuda Militar" Americano que ainda se mantém, em violação do acordo de Genebra, cuidando da divisão temporária do Vietnã, está sendo aumentado e tem recebido "especialistas em guerras de guerrilhas". Os quinze "centros de reeducação" que congregam mais de 40.000 prisioneiros políticos serão mantidos e reforçados.

Todas essas medidas revelam, no entanto, o grau de decadência da política de guerra fria daquela região, e não falta muito para que o povo do Vietnã do Sul siga os passos dos coreanos do sul.

Um ano de perdas

Diminuíram sensivelmente as "zonas de influência" norte-americana na Ásia. Os governos títeres mantidos pelos Estados Unidos ou foram derrubados ou foram seriamente abalados.

A envergadura das manifestações desenvolvidas pelos povos asiáticos teve repercussão das mais amplas dentro da luta ant imperialista mundial.

A política de anticomunismo desenvolvida pelos Estados Unidos em alguns países asiáticos serve de máscara à sua penetração imperialista. No entanto, hoje, o povo asiático compreende o verdadeiro significado das palavras, das intenções e dos atos dos Estados Unidos, procurando o seu caminho de libertação do imperialismo norte-americano.

Simultaneamente, os povos asiáticos assistem ao crescente desenvolvimento das nações que empreendem a construção do socialismo e que se colocam em chocante posição de superioridade em relação à economia espoliada dos países caudatários dos interesses dos grandes monopólios norte-americanos.

O exemplo dos países socialistas, principalmente o caso da República Popular da China, demonstra que aos países subdesenvolvidos da Ásia o caminho da libertação não está em absoluto na política de militarização, de reboque do carro de guerra norte-americano, na política de tirania e miséria.

Industrialização Será o Fim do Desemprego

ALMIR MATOS

Enviado especial
III de uma série de artigos

Uma revolução popular, num país de pouca mais de 6 milhões de habitantes — a 20 minutos de vôo dos Estados Unidos — que enfrenta e derrota a maior potência imperialista do mundo, é uma revolução que forçosamente tem de se propor objetivos ambiciosos. Não há meios-térmos para a Revolução Cubana: qualquer concessão ao antigo dominador estrangeiro significaria o desastre, isto é, a restauração da antiga ordem quase colonial. A revolução se defende e se consolida na medida em que avança. Sua missão é construir uma Nova Cuba, e isso exige não só firmeza e energia, mas audácia. Eis o que explica a profundidade com que se realizam as transformações econômicas e sociais no campo, a nacionalização de todos os setores básicos da indústria e do comércio, a nacionalização dos bancos e dos transportes e, no que se refere à revolução cultural, a erradicação do analfabetismo em apenas três anos.

Tudo, porém, converge para o objetivo mais audaz e ambicioso: transformar em poucos anos um país agrário atrasado, em que o desemprego atingia algumas vezes a um quarto da população ativa, em um país agrário-industrial, de economia independente, que liquide para sempre o desemprego e assegure ao povo cubano um elevado padrão de vida.

O atraso industrial

Quase se pode dizer que não havia indústria em Cuba. Tudo o que existia se limitava a alguns setores da indústria leve — tecidos, calçados, bebidas. Mesmo a indústria açucareira (Cuba era e continua a ser o maior produtor mundial de açúcar) é rudimentar: exporta-se a maior parte do açúcar apenas semi-refinado. No mais, era quase total a dependência do mercado norte-americano, de onde provinham nada menos de 75 por cento das importações. Importava-se tudo: os alimentos, cerca de 130 milhões de dólares. Para se ter uma idéia do ponto a que chegava essa dependência é bastante um detalhe: Cuba vendia tomate aos Estados Unidos e importava suco de tomate enlatado «made in USA».

A subordinação ao mercado norte-americano, ao lado da presença assistente da latifúndia e da monocultura do açúcar, levava a que Cuba se montasse um país sem nenhuma significação no campo industrial. De suas 1840 chamadas indústrias (1163 tinham menos de 10 trabalhadores) apenas 14 possiam mais de 500 empregados, e estas, em geral, pertenciam aos monopólios ianques. Excluindo-se as refinarias de açúcar, a produção industrial representava somente 10% no conjunto da economia do país.

Consequência direta e trágica desse atraso, além da dominação estran-

geira, era o desemprego, que em certos períodos do ano chegava a alcançar 600 mil pessoas.

1961: 23 novas fábricas

Essa é a herança que deixaram à Revolução a tirania de Batista e os governos anteriores, igualmente submissos ao imperialismo e ao latifúndio. Essa é a economia atrasada e semi-feudal que o Governo Revolucionário começa a transformar numa economia industrial, progressista e independente. Já este ano serão instaladas em Cuba 23 novas fábricas. Não se trata ainda da indústria pesada, nem isso seria absolutamente possível, por mais veloz que seja o ritmo em que avança o processo revolucionário. Mas são, concretamente, 23 novas unidades industriais — novas fontes de riqueza para o povo, emprego para milhares de operários, bastiões de uma independência afinal conquistada.

Logo mais essas 23 fábricas estarão multiplicadas por outras tantas, e orgulhosos chaminés se espalharão por toda a ilha. Nos próximos anos, já dentro dos planos estabelecidos pela Junta Central de Planificação, cerca de 100 novas fábricas — incluindo-se aí a indústria pesada — serão implantadas no país. Isso resulta dos acordos firmados recentemente por «Che» Guevara com os países socialistas, particularmente a URSS, a China e a Tchecoslováquia.

Virá então a siderurgia, coisa que para muitos cubanos continua a ser um sonho. Os alicerces da indústria siderúrgica já estão sendo plantados e, segundo nos declarou o ministro da Economia, Regino Bálti (economista muito conhecido e admirado no Brasil, onde trabalhou e ensinou nos bons tempos da CEPAL), a produção de aço será de 500 mil toneladas em 1965 e de 1 milhão de toneladas em 1970.

Virá também o petróleo — e aqui haveria uma longa e revoltante história a contar. É insignificante hoje a extração de petróleo em Cuba. Os monopólios petrolíferos, particularmente a Standard Oil, jamais admitiram a existência do ouro negro na ilha, tal e qual faziam e ainda agora procuram fazer em relação ao Brasil. Realizavam pesquisas e, por lei, estavam obrigados a fornecer todas as informações ao governo. Mas pesquisavam, continuavam a pesquisar e, mesmo sendo Batista um simples agente da Esso, nada informavam. Tudo leva a crer que os sondos ianques encontravam o petróleo e, assim que isso acontecia, fechavam os poços. Seu objetivo era conservar Cuba como um país-terra, dentro da estratégia de uma guerra mundial, em que se tornasse difícil o transporte dos poços do Oriente e outros portes. Milhões de pesos estão sendo hoje invertidos num vasto programa

de pesquisas, executadas pelo Instituto Cubano de Petróleo.

Outras indústrias básicas virão, do mesmo modo: diversos ramos da metalurgia e da mineração, indústria química, fabricação de máquinas, etc. Dentro de quatro anos já deverá estar produzindo uma grande fábrica de tratores e automóveis.

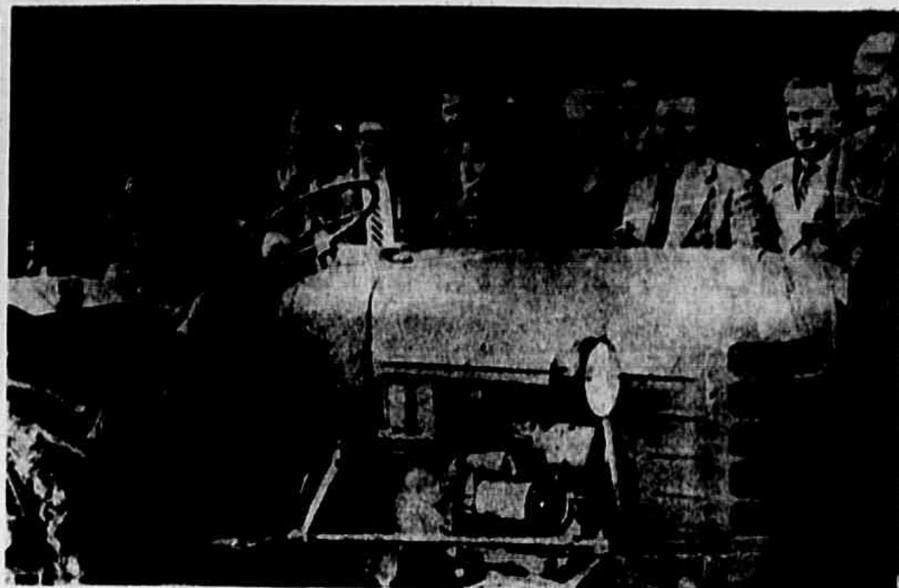
Ajuda dos países socialistas

O plano de industrialização está apoiado, fundamentalmente, na ajuda dos países socialistas, sobretudo da União Soviética. Os acordos firmados em fins de 1960 por «Che» Guevara abrem uma nova era na história de Cuba. Esses acordos não apenas solucionam o problema das vendas de açúcar — réplica esmagadora à pressão da quota pelos Estados Unidos —, estabelecendo que os países socialistas importarão 4 milhões de toneladas por preço superior ao do mercado internacional, não apenas resolvem a questão do fornecimento regular de petróleo — esmagando essa outra agressão econômica do imperialismo ianque —, mas lançam os sólidos fundamentos da industrialização de Cuba. Disse a propósito «Che» Guevara, hoje ministro da Indústria: «Os convênios que assinamos na União Soviética servirão como ponto de partida para o desenvolvimento de nossa indústria metalúrgica, petrolífera, de mineração e de energia elétrica. As quase 100 fábricas que Cuba vai construir com a ajuda da URSS e outros países socialistas são a base da industrialização de Cuba».

Essa ajuda se estende ao campo da formação de técnicos, que nas Universidades e nas fábricas soviéticas aprenderão a manejar as novas indústrias — firmes bastiões da independência e do progresso do valente país que é hoje o território livre da América.

Os operários contribuem

Nada se faz em Cuba sem a participação direta e maciça dos trabalhadores. A classe operária, consciente do que significa a industrialização para o futuro do país, dispôs-se voluntariamente a abrir mão de uma parte dos seus salários, que são ainda relativamente baixos, para que o Governo Revolucionário conte com os recursos suficientes para empreender a renovação industrial do país. Em grandes assembleias, as federações e sindicatos de trabalhadores decidiram contribuir com 4% dos salários para o fundo de industrialização. E o fizeram com entusiasmo, porque sabem que as novas fábricas não vão ser instaladas com o fim de produzir lucros para os monopólios americanos ou uma meia dúzia de exploradores nacionais. Essas fábricas serão patrimônio do povo e produzirão



Cuba vai fabricar tratores como este

para o bem-estar e a felicidade dos próprios trabalhadores. Ajudarão a acabar em definitiva com a exploração do homem pelo homem.

Além disso, a recente lei fiscal promulgada pelo Governo Revolucionário limita os lucros das empresas privadas: a partir de determinada quantia, esses lucros passarão também para o fundo de industrialização. Nem seria admissível outra coisa: quando os operários decidem contribuir para o progresso do país com uma parte de seus salários, os patrões não podem pretender lucros ilimitados à custa da exploração capitalista.

1963: fim do desemprego

Tão vastas são as perspectivas abertas para o povo pela Revolução Cubana — a reforma agrária, o pleno aproveitamento da indústria existente e a implantação de novas indústrias — que se espera poder eliminar em fins de 1962 o secular flagelo do desemprego. No campo, já este ano, 200 mil pessoas, antes à margem da produção, passam a trabalhar. Nas cidades, segundo afirmava Fidel Castro em recente discurso numa assembleia de trabalhadores açucareiros, há atualmente 35% mais de emprego nas indústrias, sem considerar as usinas de açúcar. E é muito fácil compreender que essa progressiva eliminação do desemprego avançará com extraordinário ímpeto na medida em que for se convertendo em realidade o plano de industrialização. Recorde-se que só este ano serão inauguradas 23 fábricas!

Antes, pensar-se em eliminação do desemprego em Cuba seria utopia ou loucura. Agora, entretanto, não pode surpreender o «milagre» que há pouco foi anunciado, ao mundo por «Che» Guevara: em fins de 1962 não haverá mais desemprego em Cuba e o país vai passar a sentir escassez de mão-de-obra.

Razões do «milagre»

Como compreender que, em tão pouco tempo, possa o país sofrer tão radical transformação? As causas, de modo geral, já foram apontadas: Cuba

Na Tchecoslováquia e comandante «Che» Guevara, em nome do governo cubano, assinou um acordo pelo qual os tchecos construirão em Cuba uma fábrica de tratores e automóveis. Já em 1964 essa fábrica estará produzindo tratores — precisamente como este em que aparece, barbudo e sorridente, o ministro da Indústria de Cuba, durante a viagem que fez aos países socialistas

realizou a revolução agrária, acabando com a latifúndia e a monocultura do açúcar; nacionalizou as empresas imperialistas e de seus sócios dentro do país, concentrando-se nas mãos do Estado 75% da indústria existente; nacionalizou os bancos e os transportes; estabeleceu o monopólio estatal do comércio exterior, acabando com a dependência ao mercado ianque, e nacionalizou o alto comércio interno. Todas as posições-chave da economia passaram para o Governo Revolucionário, isto é, converteram-se em propriedade do povo. Isso cortou pela raiz a evasão de rendas para o estrangeiro (nos dez anos

anteriores à revolução, o déficit da Balança de pagamentos foi de um bilhão de dólares), permitiu ao Estado diversificar e aumentar a produção, tanto agrícola como industrial, abriu novos mercados, sobretudo o dos países socialistas, e agora possibilita a planificação de toda a economia nacional e o início da industrialização.

Eis aí, sumariamente, as causas do «milagre». Mas todos eles se subordinam a uma causa decisiva: através de sua revolução, o povo cubano suprimiu para sempre a dominação imperialista e o monopólio da terra e decidiu ser realmente livre e independente.



Agora o petróleo começa a jorrar

Os trustes internacionais sempre negaram a existência de petróleo em Cuba, tal como se deu em nosso país. Agora, porém, com a libertação, o petróleo começa a jorrar.

NOVOS RUMOS

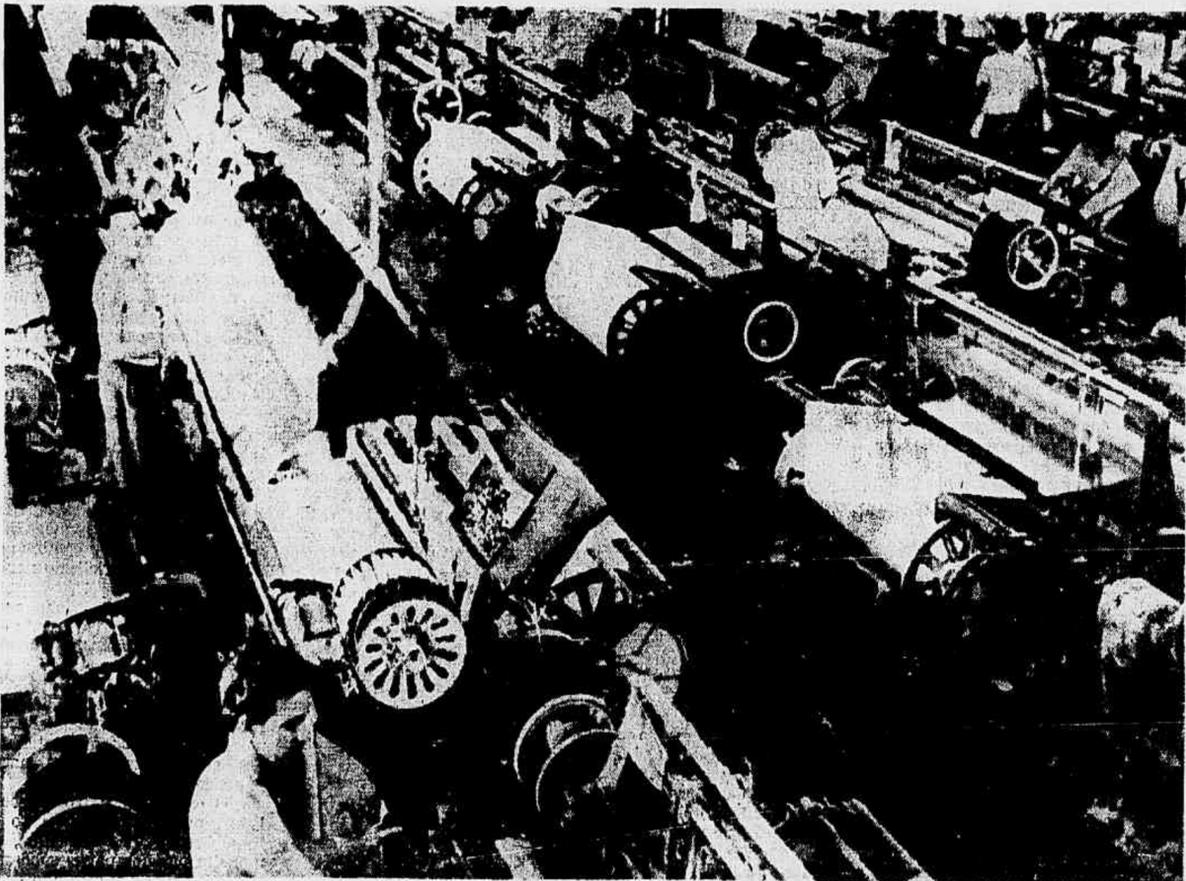
Dimensões Reduzidas

Embora a vida continue dentro das mesmas dimensões, os termos que se nos oferecem para vivê-la vão se tornando bastante restritos, nesses últimos dias. Os jornais estão publicando os dados referentes ao aumento do custo de vida, relativos aos dois primeiros meses de 1961. Enquanto a cenoura é vendida a Cr\$ 70,00, o quilo, e a dúzia de ovos está custando Cr\$ 120,00, em vários bairros da cidade, os funcionários públicos têm que passar mais tempo nas repartições, em dois turnos de trabalho. E a classe operária se vê ameaçada de congelamento de salários, através da revalidação dos acordos, presentemente em vigor. Enquanto o prefeito de Brasília apregoa a humanização da cidade, são lançados ao desemprego milhares de pais de família. Aos nordestinos foi expedido um aviso: «Não venham para Brasília!» E é como se dissessem: «Vão morrendo de fome, por aí e tratando de criarem os filhos doentes e analfabetos, e se não conseguirem que sobrevivam há muito lugar para enterrá-los.» Vocês sabem, por acaso, quantos cemitérios há em Brasília? Eu não sei, mas calculo que numa cidade «humanizada» hajam algumas formalidades para enterrar crianças, mesmo pequenas, o que não acontece no Nordeste.

Assim, em todas as medidas que vão sendo tomadas, nesses últimos dias, que são os primeiros do novo governo, nota-se, na prática, o interesse em reduzir as dimensões do bem-estar, de cada vez maiores camadas da população, o que corresponde a uma vontade impossível de conter as exigências da vida dentro de códigos mesquinhos. No Estado da Guanabara, por exemplo, dentro de uma professora ganhe cinquenta cruzeiros por dia, exatamente dentro das novas medidas. E ao lado desse oferecimento vexatório, que pode não parecer tão grave, e que tem ares de defender a alfabetização de algumas centenas de crianças, é aumentando o número das que ficarão sem assistência. O novo horário do funcionalismo atingiu, particularmente, as mães empregadas do Estado. Não há creches, nem casas maternais, nem jardins de infância. Ao invés de assistência aos filhos das que já vêm trabalhando oito horas, assistência, aliás, determinada pela legislação formalmente em vigor, um novo grupo de crianças foi lançado na mesma situação, sem necessidade, porque a moralização do serviço público não está nos dois expedientes, considerando que só os pequenos funcionários foram atingidos e que não haverá qualquer alteração na produtividade.

Só faço votos é que a experiência, bastante dolorosa para muitos, sirva de lição, no sentido de que a felicidade está, exatamente, dentro das dimensões da vida, e que essa felicidade não custa, apenas, cinquenta cruzeiros diários.

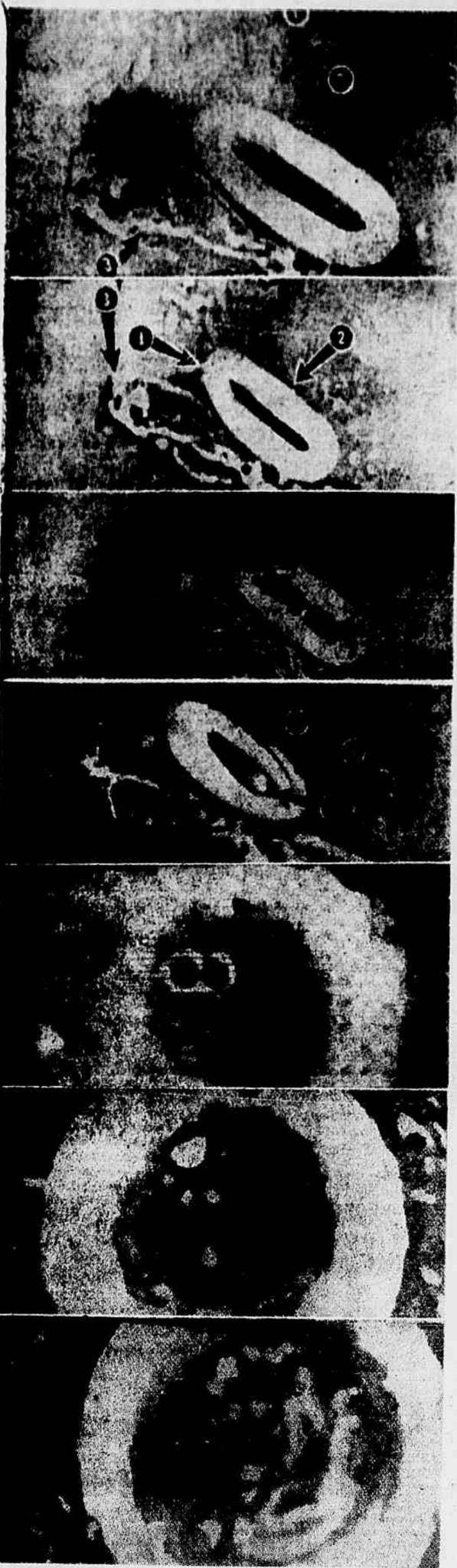
Ana Montenegro



Pela primeira vez, fia-se algodão cubano

Embora possuísse algumas fábricas de tecidos — hoje em vertidas em propriedade do povo — Cuba não produzia algodão. Essa matéria-prima, como quase tudo mais, era importada dos Estados Unidos. Atualmente, as fiações e teelagens cubanas estão sendo equipadas e ampliadas, tendo em vista a sua modernização. O mais importante, porém, é que essas fábricas, pela primeira vez em sua história, começam a trabalhar com o algodão produzido na própria terra cubana, nas cooperativas que se estendem por toda a ilha, criadas pela Revolução

ESTAS fotos constituem os únicos documentos até agora publicados a respeito da experiência de Bolonha. Ver-se-á no texto que elas levantam dúvidas... Eis, no entanto, no essencial, as legendas estampadas no jornal romano que foi o primeiro a divulgá-las.



Na primeira figura, um grupo de espermatozoides (seta n.º 1) aproxima-se do óvulo feminino (seta n.º 2). A parte interna do óvulo que contém os elementos vitais está em preto; o anel externo branco é constituído por um envoltório defensivo que o espermatozoide deverá romper antes de penetrar no óvulo. A massa cinzenta (seta n.º 3) não tem qualquer importância; é o conteúdo do líquido aumentado no microscópio. Na foto seguinte um dos espermatozoides (aparece pouco claro e é indicado pela seta n.º 1) desliza-se do grupo que é visto mais nitidamente na foto anterior e tenta forçar a película defensiva do óvulo. Na terceira foto o espermatozoide mais adiantado conseguiu forçar a película que envolve o óvulo (seta n.º 1) e penetrou em sua parte viva. A seta n.º 3 indica sempre a massa do líquido circundante. Em quarto lugar, aparece um quadro ainda mais completo e mais convincente do movimento dos protagonistas. O espermatozoide (seta n.º 1) que conseguiu penetrar no óvulo (seta n.º 2) aparece como uma pequena bola branca no interior do óvulo em que a massa fecundante se dispôs de maneira a favorecer o encontro do sêmen masculino e do núcleo. A seta n.º 3 indica sempre a massa do líquido. A seta n.º 4 faz entrar um outro espermatozoide que se aproxima do núcleo em quatro partes e que procura penetrá-lo, mas sem êxito. Vê-se, em seguida, claramente, a subdivisão do núcleo do óvulo fecundado pelo espermatozoide e que se separou em duas partes. A segmentação do núcleo é a prova de que a fecundação está-se desenvolvendo. Na sexta ilustração a subdivisão do núcleo em quatro partes é bastante evidente. O círculo branco é sempre o anel que protege o interior do óvulo e repele os espermatozoides que tentam penetrá-lo. Por fim, segmentação do núcleo em uma fase ainda mais avançada. Os cientistas de Bolonha afirmam que nos encontramos diante de uma subdivisão em dezesseis partes. Na realidade, contamos distintamente apenas 10.

O "FILHO DE TUBO DE ENSAIO"

TANTO BARULHO... POR QUE?

PAULETTE PELLERIN

As fotografias que ilustram a página, publicadas há alguns dias por um periódico romano, causaram emoção nos meios científicos e jornalísticos do mundo inteiro. De que se tratava? Três cientistas de Bolonha, Daniel Petrucci, Laura De Pauli e Rafael Bernabé, tinham realizado uma sensacional experiência, fazendo viver, durante 29 dias, numa proveta, um embrião humano. E os documentos que aqui reproduzimos, com as legendas originais, foram estampados pelo jornal romano como sendo extraídos de um filme realizado graças a novas técnicas, durante esses 29 dias.

O assunto trazia um aspecto espetacular indiscutível: a grande aventura que é o nascimento de uma vida humana jamais pudera ser observada desta forma, passo a passo, durante um período tão longo. Mas apresentemos logo, tal como nos foi transmitida por nosso correspondente em Roma, Georges Cingli, o relato daquilo que alguns jornalistas abusivamente associaram ao «nascimento de uma criança artificial».

Únicas peças de convicção até agora: as fotos do filme em um jornal romano

É a seguinte a ordem das principais seqüências do filme: 1) o óvulo feminino e, ao seu lado, uma concentração de elementos germinativos masculinos que se movem rapidamente em direção ao óvulo; 2) as primeiras tentativas de penetração de um único elemento fecundador masculino, um espermatozoide, no óvulo; 3) o forçamento pelo espermatozoide da película que envolve e protege o óvulo; 4) a penetração de um espermatozoide no óvulo. Nesse momento, ocorre a fecundação. Os espermatozoides rejeitados circundam o óvulo já fecundado, movimentando-se sem cessar, mas são todos repelidos.

O óvulo feminino sempre aceita o elemento masculino mais ativo, em virtude de uma afinidade eletiva ainda desconhecida (e que talvez seja de natureza eletroquímica), e se protege pela formação de uma barreira defensiva, nitidamente visível no filme graças às modificações de coloração que se manifestam alguns segundos após a fecundação. É a defesa natural da maturidade: se os outros espermatozoides penetrassem no óvulo, perturbariam o processo de desenvolvimento do embrião.

Começa aí a segunda fase da fecundação, isto é, a segmentação do óvulo. No óvulo, o elemento masculino encontra a parte central do elemento germinativo feminino, o «núcleo», a ele se unida estreitamente. Logo após, o núcleo divide-se, subdividindo-se ainda, cresce; a partir de profundos sulcos, formam-se inicialmente duas partes, depois quatro, em seguida oito, depois dezesseis, e, assim, sucessivamente, até a formação de um conglomerado de numerosas partículas que assumem o aspecto de uma amora.

Passa o tempo... O óvulo deforma-se, espessa-se, é atacado de gigantismo, e caminha nitidamente para a monstruosidade. A essa altura, passados 29 dias de vida «artificial», cessa a experiência, e, com ela, naturalmente, termina o filme.

Por que 29 dias, admitindo-se que tal tenha sido a duração da experiência?

Que pensar desse prazo de 29 dias, admitindo-se a realidade da experiência?

O acadêmico Jean Rostand emitiu a esse respeito a seguinte opinião: «O professor Petrucci teria realizado — afirmou o biólogo francês — a proeza de chegar, desta vez, no domínio humano, ao ponto crítico. Qual é esse ponto crítico? Podemos assim designar o momento em que com os recursos que a ciência dispõe atualmente, não é mais possível prolongar o desenvolvimento e a vida do embrião nascido in vitro. Essa barreira explica-se facilmente. Antes do ponto crítico, o embrião retira seu alimento, com uma relativa facilidade, do meio biológico líquido que os pesquisadores tinham recolhido para imergi-lo: as trocas químicas bastam à sua subsistência. Depois, de segmentação em segmentação, o embrião torna-se mais estruturado, portanto, mais exigente. Desde que se esboça um começo de sistema circulatório, a placenta materna torna-se indispensável à oxigenação, e o líquido experimental não é mais suficiente para suprir as necessidades naturais. Atualmente, é impossível realizar um elemento que possa desempenhar o papel da placenta, que é bastante complexo para ser reproduzido. Quanto mais o embrião se desenvolve, mais a «colaboração» da mãe torna-se vital. Tudo isso não significa que será sempre impossível prolongar a vida de um embrião humano ou animal além do ponto crítico. Mas será preciso encontrar algum método novo...»

«Existem múltiplas razões para se pensar que uma boa parte do interesse levado ao caso do professor Petrucci está absolutamente fora de lugar. Somente o exame completo dos documentos em pauta, e, sobretudo, o visão do filme por pessoas tecnicamente preparadas podem permitir a equação do problema.» O professor não é sensível ao «método» jornalístico que consiste em difundir, a respeito de assunto científico, uma notícia não submetida ao controle de personalidades competentes. É, no caso presente — acrescenta ele — é mesmo possível que estejam ausentes, na totalidade ou em parte, os documentos que comprovam essa fecundação, que, de resto, não é novidade, e esse começo de segmentação in vitro do óvulo humano. Parece certo que, a hora atual (à tarde de 14 de janeiro último) nenhuma das notabilidades mais competentes da Itália, e da Bolonha em particular, tenha tido a honra de examinar o filme em questão. Não parece também que o professor Petrucci, diante da dificuldade que teve de comprovar eficazmente com o filme a segmentação ocorrida, tenha procurado fornecer, ao léxico de suas experiências, um material sério, preparações fixas, e, conseqüentemente, analisáveis de uma maneira incontestável em todas as partes do mundo, como é de hábito fazer-se desde pelo menos um século.

Técnicas novas?

«Desejo observar que o interesse mórbido e o celegu suscitados por uma notícia como essa do sr. Petrucci são injustificados por uma outra razão ainda: os homens de ciência arriscam-se voluntariamente a aparecerem como pedantes afirmando que o valor e a importância de um acontecimento científico só podem ser apreciados apenas por pessoas competentes. Hoje em dia, quando a fecundação foi muitas vezes obtida com células de mamíferos, inclusive de símios, o fato de que ela possa ser repetida com um homem e com espermas humanos não é especialmente emocionante e mesmo levanta uma curiosidade antes medíocre.

«O fato mais importante seria — se tivesse sido verificado — o de uma seg-

Coisas comparáveis já foram feitas

Desde o princípio elevaram-se contestações quanto ao alcance prático da experiência. Coisas análogas, afirmou-se, já tinham sido feitas. Mas ocorreu algo de mais grave: levantaram-se dúvidas quanto à autenticidade mesma dos documentos publicados. Enquanto os autores da experiência fugiam aos jornalistas, estes interrogavam os melhores especialistas. Na clínica de histologia e embriologia de Bolonha, encontraram reações pouco otimistas e mesmo céticas, embora ninguém pretendesse dar de imediato uma opinião definitiva. «Antes de tudo — responderam os especialistas — a documentação apresentada pelo jornal romano, que deu a notícia, é insuficiente e apresenta muitos pontos fracos, facilmente criticáveis e refutáveis.» «Trata-se, sem dúvida, — disse um pesquisador — de um êxito técnico que, quando foi tornado público com o apoio de uma documentação completa e cientificamente rigorosa, poderá talvez nos mostrar o que acontece durante um período determinado da fecundação ainda pouco conhecida. De qualquer maneira, a experiência em pauta possui sobretudo um interesse descritivo, que, certamente, não revolucionou os conhecimentos adquiridos pela medicina durante os últimos anos.»

Um fato é claro: a experiência não teve outros resultados além daqueles obtidos nos laboratórios bolonheses utilizando milhares de cobaias...

Mas aqui, dir-se-á, trata-se de um óvulo feminino e de sêmen de homem... Isso também não é novidade. Uma publicação nova-iorquina recente divulga pesquisas, realizadas pelo professor Shettles em mil óvulos, da fecundação obtida fora do corpo materno e de todos os fenômenos complexos decorrentes.

Na França mesmo, o doutor Maricard conseguiu fotografar um óvulo fecundado durante cinco dias aproximadamente. Transmitemos a esse reputado biólogo os «documentos» publicados em Roma. Seu ceticismo mostrou-se também tão violento quanto o dos seus confrades italianos...

Nada que ainda não se conheça

O professor Leghissa, diretor do Instituto de anatomia comparada da Universidade de Bolonha, por seu lado, procurou estabelecer o assunto dentro de

seus justos limites: «Do ponto-de-vista científico — disse ele — não parece que a reportagem do jornal romano traga algo que ainda não se conheça... Resta a novidade da técnica cinematográfica, que parece aperfeiçoar a já em uso.»

«Nenhuma pessoa competente na Itália teve a honra de examinar o filme»

«Nenhuma pessoa competente na Itália, a teve a honra de examinar o filme»

mentação prolongada do desenvolvimento do óvulo fecundado que a ele se segue, mas a isso respeito também são previsíveis limites práticos de realização que parecem ainda hoje extremamente difíceis de superar.

Agora, aguardam-se as provas

O problema aí está. No plano científico, portanto, somente uma análise mais aprofundada e completa poderia levar a uma opinião definitiva, se os interessados estiverem em condições de fornecer os elementos indispensáveis, que é o que se deseja. Seria desejável, com efeito, que tanto barulho tenha sido feito por nada, ou quase nada.

A ofensiva da Igreja é ainda mais grosseira

Mas a margem desse problema existe um outro, cujos dados não são discutidos pelo valor da experiência: céticos e fascistas foram os que disseram o maior número de coisas sobre o preteto «filho de proveta».

Colocaram em discussão o Papa e o Santo Ofício, falaram de «criança comunista», de «tentativa de família» por aí fora. Se nos resta um dia das afirmações como aquelas do periódico fascista de Roma, «claros» terão de chamar de mamão um tubo de ensaio... ou do jornal clerical de Bolonha que disse: «Ficamos horrorizados diante das atrocidades dos campos de concentração onde o homem era submetido a mais sórdidas experiências; mas que não seja permitido dizer que lá, pelo menos, a experiência terminava com a morte... Aqui se deseja que a experiência tenha fim à vida como criação natural. Não desejamos sentir-nos responsáveis, nos homens da nossa época, por um ser humano nascido sem pai, sem mãe, sem família, vítima inconsistente da curiosidade sacraloga de uma ciência que sonha em reduzir à escravidão o próprio mistério da vida humana.» Não se pode afirmar aqui o que é mais grave, se o desprezo pela ciência ou a comparação entre três jovens cientistas, precisamente católicos, e os S.S. que, nos campos nazistas, exterminaram milhões e milhões de seres humanos.

Ai estão apenas dois exemplos, entre os comentários que os obscurantistas dedicaram às experiências de Bolonha. Muitos outros poderiam ser apresentados, para demonstrar, se fosse necessário, quais as forças que baseiam sua dominância sobre a ignorância e que temem todo progresso do saber.

O fato de hoje se interrogar sobre o valor da experiência bolonhesa não faz mais do que tornar mais grotesca esta pretensão de querer subjugar a ciência.

O Homem Está em Perigo?

GILBERT MURY
Docente da Universidade

«Não vejo sem temor aproximar-se o momento em que o homem, com suas pesadas mãos destruídas, se aproximará do homem». O cientista materialista (não marxista) Jean Rostand expressava assim, há alguns anos atrás, a inquietação dos homens de ciência empenhados em trabalhar em plena carne humana, em acompanhar experiências exatamente sobre seres pertencentes à nossa espécie.

O doutor Petrucci terá realmente conseguido realizar em seu laboratório a fecundação de um embrião humano? E aos biólogos que compete responder a semelhante questão.

No entanto, moralistas, filósofos, ateólogos já se assenhorearam do debate. L'OSSEVATORE ROMANO citou uma dupla condenação lançada contra experiências análogas pelo Papa Pio XII. De um lado, a fecundação artificial é reprovada tendo em vista argumentos que poderiam ser lançados contra a existência de Deus; de outro lado, ela é condenada em nome de moral porque não é tolerável transformar a vida humana em um simples objeto manipulado em um laboratório.

O primeiro desses argumentos fica seguramente sem valor aos olhos de um materialista. Ou, mais exatamente, ele é feito para suscitar nossa desconfiança na medida mesma em que a ciência ensina ao espírito como desprezar falsas explicações religiosas. O Vaticano sempre se lançou contra os cientistas. Georges Cagniol lembrava, recentemente, em admirável folheto (A PELLIGIÃO E A CIÊNCIA, Editions Sociales), a história dessas perseguições.

O argumento moral faz com que se pense: «O HOMEM E O SER SUPREMO PARA O HOMEM» escreveu Karl Marx. Temos constantemente protestado contra toda tentativa de manipular sem respeito a matéria humana. Erguemo-nos também tanto contra os crimes de guerra que transformavam os deportados em indivíduos de laboratório

como contra os cientistas americanos que, seccionando certos circuitos cerebrais, reduzem a seu paciente ao nível do animal, sob o pretexto de acalmar suas angústias.

Em nenhum desses dois casos o papado nos acompanhava: a existência de campos de concentração jamais levou Pio XII a denunciar a concordata com Hitler. E, se alguns cientistas católicos participaram de nossas campanhas contra a «lobotomia», o Sumo Pontífice não saiu de uma certa reserva vagamente reprovadora.

Não é menos verdade que hoje se apresenta um problema sério: quaisquer que sejam os resultados exatos obtidos pelo doutor Petrucci, sua tentativa marca um princípio — passo a uma exploração sistemática do embrião. Ora, o embrião é um futuro homem. Sem dúvida que ele ainda não ascendeu a uma total humanidade. Entretanto, a dialética ensina-nos a estudar os seres em seu devir, e pesquisar no íntimo de um estado presente contraditório e incompleto as promessas do futuro. Seria portanto extremamente grave que o embrião fosse tratado como uma coisa ou um animal, mesmo no interior de um laboratório.

Mas nosso respeito ao homem deve permanecer em um plano científico: a Igreja, que, na Idade Média, mandava queimar como feiticeiros os médicos que dissecavam cadáveres, podem sem inquietar-se condenar uma experiência. Para nos apresentarmos múltiplas questões: o embrião, constituído fora do corpo humano, fora do meio natural onde encontraríamos a possibilidade de se desenvolver, será ainda um verdadeiro embrião? Quais são as promessas de melhoramento, de prevenção médica que traz em si uma semelhante tentativa?

A falta de respostas dadas pelas próprias biológicas, isto é, de uma informação prestada no nível de fatos precisos, somente é possível recordar alguns princípios.

NOVOS RUMOS

Bahia Volta a Ter Sua Frota Marítima

Dicionário

Rendas Feudais no Brasil

Enquanto no sistema da corvêa (renda-trabalho) a exploração era claramente delimitada no tempo e no espaço, sob o regime da renda-produto não podia haver uma delimitação visível entre o trabalho necessário e o supérfluo. Entretanto, sob este último sistema o camponês de seu tempo semanal seu próprio aliviar e tinha um certo interesse em aumentar a produtividade do seu trabalho. De fato, se tinha de a obrigação de entregar a metade da colheita ao senhor feudal, tanto maior seria a parcela da colheita que permaneceria com ele próprio. Se produzisse 100 sacas de milho, teria que entregar 50 sacas ao senhor e ficaria com outras tantas. Se a produtividade fosse maior e conseguisse colher, digamos, 150 sacas, entregaria 75 sacas ao senhor (a renda-produto) mas ficaria com 75 sacas. Na renda-dinheiro, como vimos antes, em vez de entregar o produto em sua forma natural ao senhor feudal, o camponês devia antes realizá-lo (vendê-lo) no mercado e entregar ao latifundiário a quantia em dinheiro correspondente à parte do senhor no produto.

No Brasil atual ainda se mantêm todas estas três formas de renda feudal da terra, inclusive aquela que foi a primeira a surgir historicamente: a renda-trabalho. Em algumas regiões do país, notadamente as mais atrasadas (Norte e Nordeste, Interior de Minas, Brasil Central) encontramos vestígios do sistema de renda-trabalho. Mais difundida ainda é a renda-produto, conhecida em todo o país sob o nome de "meia", "terça", etc. Isto é, na terra pertencente ao latifundiário, o lavrador planta com a condição de entregar ao dono da terra a metade ou a terça parte daquilo que produzir. Há, mesmo, requintes de exploração: no Ceará, por exemplo, existe a chamada "meia gorda" que não consiste, senão, na obrigação do camponês de entregar ao fazendeiro mais da metade da colheita, ou a metade da melhor qualidade (no caso do milho, as melhores espigas, etc.). E mesmo ali onde as relações de produção no campo são predominantemente capitalistas, é raro encontrar-se uma região onde tenham sido de todo abolidas as práticas feudais.

No regime feudal, a renda-dinheiro caracterizou o período de desagregação do feudalismo. As trocas se haviam difundido consideravelmente e, com elas, a circulação do dinheiro. De tal maneira, para adquirir os objetos que precisavam, os latifundiários tiveram mais e mais necessidade de dinheiro. Dai gravaram os camponeses com toda espécie de tributos. Em muitos casos, os latifundiários monopolizavam os moinhos, as fundições e outras empresas e para utilizar-se de tais serviços os camponeses tinham que pagar-lhes preços excessivamente altos. Além dos tributos ao senhor feudal, o camponês também era sobrecarregado por uma série de obrigações para com o Estado, o Poder local e, em alguns países, devia ainda entregar à Igreja a décima, isto é, a décima parte da colheita.

com latas d'água, vendidas mais ou menos de acordo com a lei da oferta e da procura. Ou então, imperava o sistema de poços e cisternas, perigoso para a saúde da população.

Com o "cordão da praia", água encanada e tratada quimicamente é levada aos bairros de Rio Vermelho, Amaralina e Pituba. Para a construção do "cordão da praia", teve a Secretaria da Viação de duplicar a adutora de Santa Amaro do Ipitanga e aumentar a capacidade de filtragem das instalações da Bolandeira. O custo do melhoramento elevou-se a 80 milhões de cruzeiros, saídos exclusivamente dos cofres estaduais. O Ministério da Guerra e o da Aeronáutica, que se haviam comprometido a concorrer com 30 milhões para as obras — uma vez que colherão benefícios diretos —, não entraram com o dinheiro.

O "cordão da praia" será, por todas essas razões, um importante fator de urbanização daqueles aprazíveis bairros da capital baiana.

Avenida do contorno

Em virtude da topografia específica de Salvador, o contato entre a parte comercial da cidade (Cidade Baixa) e os bairros habitados da baía-mar (Barra, Rio Vermelho, etc.) só pode ser feito através da Cidade Alta. Com isso, para cobrir-se uma distância de menos de quatro quilômetros, deve-se percorrer talvez o dobro, ou mais, primeiro subindo à Cidade Alta e, depois, descendo novamente rumo ao mar.

De tal maneira, a construção de uma via ligando diretamente a Cidade Baixa à Barra era uma velha aspiração dos baianos. O sr. Vieira de Mello resolveu enfrentá-lo, com a construção da Avenida do Contorno, de três quilômetros e meio de comprimento, com uma largura útil de 14 metros. Construída a avenida, um veículo poderá ir da Praça da Conceição ao Porto da Barra em apenas 5 minutos.

Além dessas, várias outras realizações estão assinalando a atual administração no domínio da viação e obras públicas. Com os recursos financeiros de que dispõe o Estado, uma das principais vítimas da política inflacionária, o programa de obras em curso constitui um esforço digno de nota.



Com o "cordão da praia", água potável, quimicamente tratada, chega aos bairros de Rio Vermelho, Amaralina e Pituba, assinalando o começo do fim do velho sistema do burrão carregado de barris, ainda dos tempos coloniais. Na foto vemos os operários que se ocupam de estender os cabos que ligam as habitações locais

Dos seis mil quilômetros do litoral brasileiro, quase mil — precisamente 932 — pertencem à Bahia. E o Estado de maior costa no país. Entretanto, dada a precariedade dos meios de transportes, as comunicações entre os diversos portos e, notadamente, entre a capital e as cidades litorâneas de dentro e de fora da baía de Todos os Santos, tornaram-se bastante restritas e em alguns casos quase inexistentes.

Tendo em vista enfrentar esta situação, o governo do Estado, através da Secretaria da Viação, a cuja frente encontra-se o sr. Vieira de Mello, está empreendendo amplo programa de recuperação e modernização da Companhia de Navegação Baiana. Nesse sentido, não só estão sendo ou já foram reincorporadas ao tráfego as antigas unidades — algumas das quais velhas de mais de trinta anos — como estão sendo construídas novas. Com esse programa, objetiva o governo do Estado estabelecer linhas regulares para o sul baiano — Valença, Ilhéus, Canavieiras, Caravelas, Belmonte, etc. — e também restabelecer de maneira plena e regular os vínculos marítimos entre Salvador e as cidades litorâneas da Baía de Todos os Santos.

Novos barcos

Para esse fim, foram encomendados na Alemanha, que oferece melhores condições de preços que outros países construtores, dois barcos com capacidade para 600 passageiros cada, destinados a fazer a ligação entre Salvador e as cidades litorâneas do Recôncavo: Itaparica, Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix e São Roque.

Afinal chegou a água

O primeiro desses navios, o "Itaparica", que chegou da Alemanha à capital baiana às vésperas do último Natal, é um barco belo e veloz. Suas principais características são as seguintes: 46,15

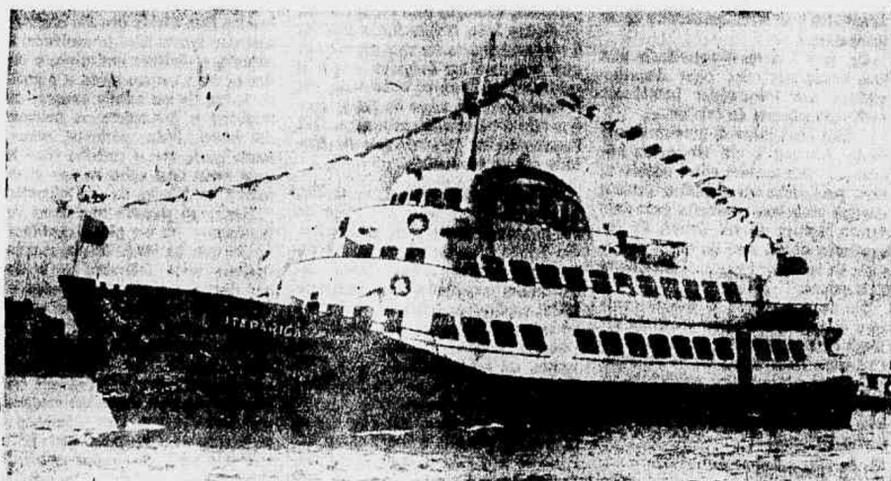
metros de comprimento, calado de 2,10 metros, capacidade para 600 passageiros e velocidade de 15 nós. Para se ter uma idéia do avanço que o barco representa, basta dizer que a ligação entre Salvador e a estância hidromineral de Itaparica, por exemplo, que antes requeria duas horas, é feita hoje em 45 a 50 minutos. No que se refere às instalações para a viagem — trata-se de travessias breves — o barco apresenta boas condições de conforto. Tendo em vista possibilitar o rápido embarque e desembarque dos passageiros, o navio possui portais duplos nos dois bordos.

O outro navio da mesma classe o "Maragóipe" é esperado dentro de pouco tempo. Para a aquisição de ambos, obteve o governo baiano câmbio de custo do terreno federal.



A instalação de água encanada ao longo das praias da capital baiana vem remover um sério obstáculo à urbanização dos mais aprazíveis bairros de Salvador.

Caminho aberto para a urbanização



600 passageiros
15 milhas por hora

Construído em estaleiros de Hamburgo, o "Itaparica" já foi incorporado à frota da Companhia de Navegação Baiana, empresa estatal. O moderno barco, que pode transportar 600 passageiros e desloca 15 milhas por hora, do mesmo modo que o seu irmão gêmeo, o "Maragóipe", faz parte do programa de renovação da frota mercante marítima da Bahia.

bre água, o mais barato, como se sabe.

Ainda no capítulo da Navegação Baiana, está sendo levada a cabo a ritmo rápido, a construção de uma "carreira" para consertos de navios que agora serão reparados em diques secos, com maior rendimento de trabalho.

O "cordão da praia"

Outro empreendimento destinado a ter profunda repercussão na fisionomia da capital baiana, é o chamado "cordão da praia". Até aqui, um dos obstáculos à expansão da cidade ao longo das praias, foi a insuficiência de água potável. Do mesmo modo como nos tempos coloniais, a maioria dos moradores era abastecida de água através dos clássicos jumentos carregados com quatro barris, ou

Outras encomendas

Além dos dois barcos construídos na Alemanha — o "Itaparica" e o "Maragóipe" — cuida a Secretaria da Viação de incorporar à frota da Navegação Baiana diversas outras unidades. Entre estas figuram cinco lanchas, sendo três para 200 passageiros e duas para 150 passageiros, e navios mistos de 800 toneladas, construídos em estaleiros nacionais. Com o funcionamento dos antigos barcos e a incorporação dos novos, as comunicações dentro da baía de Todos os Santos e também entre os portos do litoral baiano melhorarão consideravelmente. Do ponto de vista econômico, serão enormes as vantagens a serem colhidas pelo Estado, principalmente através da transferência de uma parte da carga — hoje feita por rodovias — para o transporte só-

Nota Econômica

Defesas Abertas

Ao dar posse ao professor Otávio Bulhões no cargo de diretor-executivo da SUMOC, declarou o sr. Clemente Mariani, ministro da Fazenda, que, com aquela nomeação, o governo queria significar precisamente a política econômico-financeira que pretende realizar.

Apesar de criada para preparar a organização do banco central, transformou-se com o tempo a SUMOC num organismo todo-poderoso, aquele que realmente traça a política do país no domínio da economia e das finanças. Uma simples penada do diretor-executivo da SUMOC pode causar profundas alterações na economia nacional. Um exemplo apenas: a Instrução 113, baixada em 1955, quando era diretor da SUMOC esse mesmo sr. Bulhões que agora retorna foi o principal causador da enorme penetração do capital estrangeiro na economia nacional. De 1955 a 1960 os investimentos estrangeiros diretos no Brasil excederam os de qualquer outro período de nossa história. Numerosas indústrias autenticamente brasileiras foram desnacionalizadas e até ramos industriais inteiros, como sucedeu com a indústria farmacêutica, saíram do controle nacional e caíram sob o comando do capital imperialista, notadamente o norte-americano. E a verdade é que até hoje, não obstante os protestos e reclamos da indústria nacional contra a Instrução 113 tanto individualmente, como por suas organizações, a Instrução continua. Poder-se-ia supor que a Instrução 113, apesar dos profundos efeitos danosos que encerra para o Brasil, não exprimiria o conjunto das idéias do sr. Bulhões sobre a orientação econômico-financeira a ser adotada pelo Brasil. Infortunadamente, não acontece. As condições do sr. Bulhões são ainda piores. Defensor do chamado liberalismo econômico mais ortodoxo, o imigrado economista deposita uma teórica no "poder regulador do mercado". Ai, no seu pensar, todas as dificuldades se resolvem, o que está errado e corrigido para certo. E, pelo contrário, a origem de todos os males reside, segundo ele, precisamente em não se deixar a economia nacional ao sabor dos fatores espontâneos do mercado.

Na época do imperialismo, quando a livre concorrência foi substituída pelo monopólio — e o monopólio e a economia do capitalismo na sua fase imperialista — tais idéias são um verdadeiro veneno. Veremos para os economistas mais íncas, bem entendido.

Vejamos o que pensa o sr. Bulhões de um dos problemas mais sérios da economia nacional: o das perdas-ouro dos nossos produtos de exportação e, em primeira lugar, do café. Em livro recentemente publicado "Economia e Política Econômica", Editora Agir, 1960, escreve o sr. Otávio Bulhões, a respeito do café brasileiro:

"O tipo 4, Santos, passou de 13 cents, em 1915, preço tabelado durante a guerra, nos Estados Unidos, para 27 cents, em 1919. Em 1950, quando começaram a se planificar, com mais nitidez, nossas dificuldades cambiais, se, nessa ocasião, tivéssemos seguido de abandonar o cruzeiro, em consonância com sua desvalorização inflada, que se acentuava rapidamente, o preço em dólares talvez continuasse a subir, provocando maiores incentivos a ex-

pansão da produção, na América Central e na África." (Os destaques são nossos). Assim, segundo o professor Bulhões, o mal não está na fixação de um preço-teto artificialmente baixo para o café, imposto pelos norte-americanos, ao nível de 13 cents, que à simples falta da lei da oferta e da procura saltou para o dobro, em quatro anos... O errado, o reprovável... foi ter permitido que o preço subisse, que se elevasse o preço daquilo que temos para vender. Na sua miopia, o professor Bulhões nada vê além do horizonte da oferta e da procura, dos patões espontâneos do mercado. Sucede, todavia, que a deterioração das relações de troca entre os países subdesenvolvidos e os países imperialistas é uma tendência histórica. E mesmo nos períodos históricos em que a lei da oferta e da procura deveria favorecer países subdesenvolvidos, nem por isto deixa de verificar-se aquela tendência. Corra os olhos, o ilustre professor, até pelo último "Estudo Econômico para a América Latina, 1959", da CEPAL, e, se o desejar, poderá verificar como estamos longe do império da livre concorrência... Leia com atenção o professor Bulhões, os dados apresentados pela insuspeitíssima (no caso) figura do ex-ministro Sebastião Paes de Almeida sobre as perdas sofridas pelo Brasil entre 1955 e 1960 (de que trata a última Nota Econômica de NR) em consequência da deterioração das nossas relações de troca.

De tal maneira, quando os interesses nacionais reclamam uma política que os defende, escolhe o sr. Jânio Quadros um homem que se anuncia disposto a abrir mais ainda nossas defesas. Certo que não é fácil enfrentar os trusts e monopólios imperialistas, notadamente na sustentação dos preços de produtos que eles desvalorizam mais e mais. Mas, não é impossível, como está mostrando Guisa, com o seu açúcar. Impossível, sim, é realizar esta defesa com idéias como as do sr. Otávio Bulhões.

Sobre o conceito de independência — Compareceu o sr. Roberto Campos, como de costume, domingo último à segunda página do "Correio da Manhã". Desta feita aborda o tema reproduzido no subtítulo acima. Valendo-se do seu magêvel talento, tece uma série de considerações para tentar definir o que é independência econômica. Certamente por mera coincidência, hem ao lado do artigo do sr. Campos, na mesma segunda página, em parede-meia, publica o "Correio" uma pequena matéria paga: o grupo de socorro do Sindicato da Indústria (veja-se bem: da Indústria e não de simples trabalhadores...) de instalações elétricas, Gas, Hidráulicas e Sanitárias do Estado da Guanabara contra a prepotência de um dos mais poderosos monopólios estrangeiros que operam no Brasil: a Light. Leia com atenção, dr. Roberto, pois se não ajudar a definir o conceito de independência, mostra de maneira muito coerente e sem necessidade de paralisar os mentais o que significa dependência econômica...



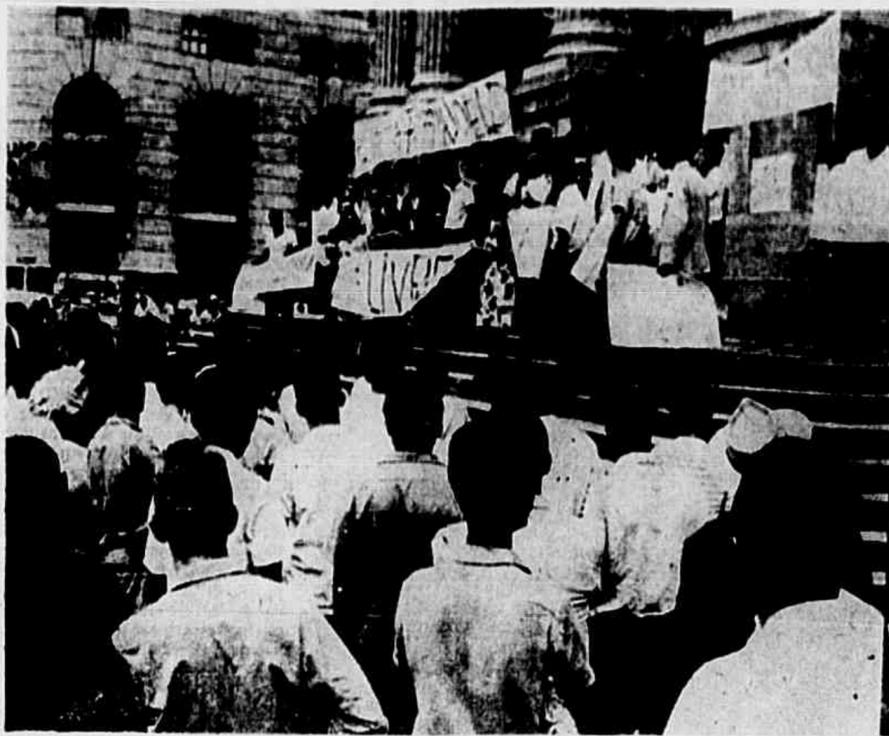
A propósito dos vestibulares

Aproximadamente 20.000 jovens de entusiasmo e esperança apresentaram-se este ano para os exames vestibulares das diferentes Escolas e Faculdades do Estado do Guanabara, concorrendo às 4.335 vagas existentes. Diante desses dois pequenos dados uma conclusão lógica emerge: quase 16.000 rapazes e moças terão suas esperanças frustradas e voltarão aos seus lares de mãe abandonando tendo à frente a amarga perspectiva de perder mais um ano ou abandonar por completo os estudos.

O fato é lamentável mas bastante conhecido. E o show inevitável, oferecido gratuitamente pelo arcaísmo técnico e cultural da Universidade brasileira. Show nunca assistido pelo MEC que desconhece totalmente bem como pelos diferentes governos e seus assessores os quais, diante da questão, fazem como o avestruz: escondem a cabeça. No entanto os dados são ilustrativos. Cifras recentemente publicadas pela UNESCO mostram que em 1957 para cada 100.000 habitantes os Estados Unidos mantinham 1.773 vagas em suas escolas superiores, a França 690, a Argentina 783, o Chile 237, a Índia 212 e o Brasil 130. Apenas 130 vagas!

Referindo-se ao assunto diz o prof. Darcy Ribeiro em seu artigo «Universidade de Brasília, publicado pelo revista Senhor de Janeiro último: «A gravidade do problema torna-se mais evidente quando se analisa a distribuição das matrículas por ramos de ensino. Uma quarta parte dos nossos estudantes (21.977) cursou em 1959, faculdades de Direito; a metade (43.053) se encontrava nos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências Econômicas e ramos menores; mas apenas 10.325 (11,8%) estudavam engenharia e 10.248 (11,7%) frequentavam os cursos de Medicina. Na primeira série dos cursos de medicina de todo o país, ingressaram em 1959, 1.789 alunos, número tão desproporcional que equivale a condenar o nosso povo a ser tratado por curandeiros. Para preencher estas vagas concorreram aos exames vestibulares 12.403 candidatos, só alcançando matrícula 15,9, não porque apenas estes fossem capazes de fazer o curso, mas em virtude da estreiteza do número de vagas postas em concurso. O mesmo ocorre em engenharia já que dos 10.055 candidatos do ano passado só 2.510 lograram inscrição.» E isso, concluímos nós, quando precisamos manter em funcionamento nossas fábricas e usinas, quando necessitamos expandi-las e aperfeiçoá-las, quando, enfim, a produção industrial de nosso país exige mais e mais um número crescente de técnicos e mão-de-obra especializada.

Todo o dito é um exemplo vivo da crise em que se debate o ensino no país. É um dos aspectos entre muitos outros que tornam urgente a necessidade de se colocar definitivamente do modo teórico e prático na ordem-do-dia a questão da Reforma Universitária; a necessidade de se criar reais condições para um maior acesso de jovens às carreiras superiores. Isso é uma exigência não apenas de nosso aumento populacional mas inclusive de nosso desenvolvimento econômico. Um primeiro passo concreto nessa direção é o reexame do Orçamento Universitário. Em primeiro plano aparece a necessidade do aumento de verbas destinadas à Educação Superior como parte do aumento de verbas para o ensino em geral no país. Em segundo lugar, que o peso de tais verbas seja deslocado para as escolas estaduais e federais. Em 1958, enquanto os cofres públicos dispenderam 2.474 para manter as escolas superiores públicas com um total de 46.911 alunos, o montante gasto em subvenções e auxílios (a particulares na maioria) nesse mesmo ramo de ensino foi de 433 milhões de cruzeiros para 37.570 alunos. Por fim, que essa verba seja destinada fundamentalmente à disseminação de escolas (criar novas, principalmente no interior do país e ampliar a capacidade receptora das atuais). A elevação do nível qualitativo do nosso ensino superior é bastante importante, mas agora dentro de nossa realidade o aspecto quantitativo adquire predominância. Para alcançar esses objetivos deveremos unir todo o movimento universitário brasileiro, o corpo docente também altamente interessado no assunto, enfim todos os brasileiros interessados no progresso econômico e cultural de nossa pátria.



Julgando e condenando

ESTUDANTES BRASILEIROS RESPOIDEM AO INSOLENTE EMBAIXADOR BELGA

Estudantes e Trabalhadores: Passeata de Protesto Contra o Assassinio de Lumumba

Em protesto pelo assassinato de Patrice Lumumba, os estudantes cariocas, empunhando faixas e cartazes, desfilarão na última sexta-feira pelas principais ruas da cidade, terminando sua manifestação com uma concentração popular nas escadarias do Teatro Municipal.

A passeata que partiu do Calabouço fez parte da série de manifestações que vem sendo realizada pelos estudantes do Guanabara contra o assassinato do líder congolês, recentemente assassinado pelo imperialismo belga. Nos numerosos cartazes e grandes faixas pintadas em cores vivas se lêem palavras de ordem tais como: «Punição para os assassinos de Lumumba», «Fora Hammarckjöld», «Liberdade para a África Negra», «Viva o Povo do Congo». Depois de percorrerem os principais ruas do centro da cidade os estudantes se dirigiram para as portas do Teatro Municipal onde um grupo de jovens da Faculdade de Direito, realizou interessante Juri Simulado.

O juri

O estudante Carlos Heitor Faria, presidente em exercício da UME, deu início à sessão do juri, ponto alto da manifestação. Atuou como advogado de defesa do imperialismo belga e seu melhor representante na questão congolês o secretário-geral da ONU, sr. Hammarckjöld, o estudante Carlos Augusta, e na acusação o estudante Elísio Medeiros que desempenhou brilhantemente o seu papel. O Juri transformou-se numa veemente ata de acusação contra o imperialismo em geral que em países como a Argélia, Congo, Cuba, Espanha e Portugal escravizam povos inteiros, matam, assassinam e pilham as riquezas nacionais. Muito aplaudido foi o sr. Abdias Nascimento do Teatro Experimental do Negro que usando da palavra em nome dos homens de cor solidarizou-se com a luta dos estudantes brasileiros e de todo o mundo em luta contra o colonialismo e pela autodeterminação dos povos. Manifestou também seu inteiro apoio à luta heroica que travam os seus irmãos da África.

A sentença

Perante o tribunal popular instalado à frente do Municipal o advogado de acusação pediu aos jurados — no caso o povo presente — que condenassem o réu a pena máxima. Após breve consulta aos presentes o representante do corpo de juri leu a sentença: «Condenamos unanimemente o colonialismo à pena de morte. A sentença foi calorosamente aplaudida pelo povo presente.

Outras manifestações

Neste dia 21 de fevereiro, dedicada pelos estudantes de todo o mundo ao combate ao colonialismo a UNE, que com corajosa e destemidas campanhas nacionalistas conquistou a vanguarda da luta antiimperialista no Brasil, vem afirmar perante a opinião pública nacional a sua solidariedade aos jovens de todos os países que se opõem ao imperialismo devastador, responsável pela fome, pela miséria e pela subde-

Os universitários e secundaristas guanabarrinos transformaram as escadarias do Teatro ex-Municipal em tribunal. Grande público compareceu à sessão em que foram julgados o colonialismo, o imperialismo e os assassinos de Patrice Lumumba, o líder do povo congolês. Hammarckjöld e outros asseclas do imperialismo foram condenados unanimemente

envolvimento dos povos». Tais são as palavras iniciais da NOTA OFICIAL DA UNE lida no decorrer do ato comemorativo da Jornada Mundial Estudantil Contra o Colonialismo realizado pela Mocidade Trabalhista na sede do PTB. A nota destaca ainda o assassinato de Lumumba, a pressão do imperialismo contra a pequenina Cuba, a luta corajosa que levam a cabo os povos da Argélia, Angola, Moçambique e do Congo, terminando por conclamar os universitários a «não abandonar por um instante que seja os seus postos de luta», ao mesmo tempo que manifesta seu «irrestrito apoio ao movimento mundial dos estudantes de república e combate à escravidão colonialista».

Estudantes x embaixador

Repelindo as manifestações realizadas em vários pontos da pais pelos estudantes, o embaixador da Bélgica no Rio teve a ousadia de enviar as entidades estudantis o seguinte telegrama: «Desejo repudiar da maneira mais formal o protesto que Vossas Senhorias tiveram a impertinência de me endereçar por ocasião da morte da Patrice Lumumba que, de modo algum concerne à Bélgica democrática e humanitária, mas unicamente ao Congo ao qual concedeu generosa e espontaneamente a

independência, a 30 de junho de 1960, e cuja soberania nacional respeitou desde então». (as) Louis Colot, embaixador da Bélgica.

Respondendo a insolita mensagem a UNE, UBES, AMES, UME passaram ao sr. Louis Colot o seguinte telegrama:

«Telegrama Vossa Senhoria repudiando os termos da nota das entidades estudantis revela sobretudo falta de compostura diplomática do representante de um Governo colonialista e antidemocrático. Quer negar a culpabilidade do governo belga no assassinio covarde do primeiro-ministro congolês Patrice Lumumba é tentar ludibriar a opinião pública. Seremos sempre impermissíveis para denunciar o colonialismo e a opressão dos governos prepotentes e arbitrários, causadores da fome, miséria e atraso dos povos. Exigimos de Vossa Senhoria melhor tratamento para os vigilantes estudantes brasileiros que voltarão, a qualquer momento, a manifestar seu horror e repulsa a todos os crimes hediondos praticados pelos desumanos governos colonialistas de um dos quais Vossa Senhoria é um infeliz representante. (as) Lindemberg Faria (presidente em exercício da UNE); Jarbas Santana (presidente da UBES); Heitor Faria (presidente em exercício da UME); Ney Shrolevich (presidente da AMES).

ANUIDADES ESCOLARES: ESTUDANTES INICIAM LUTA CONTRA AUMENTO

«A organização de uma Comissão de Inquérito para estudar se deve ou não haver aumentos nas anuidades escolares é a única «solução» apresentada até agora pelo Ministério da Educação», informou o reportagem de NOVOS RUMOS o secretário-geral da UBES. E prosseguindo: enquanto isso, calmamente, os diretores das escolas particulares, os conhecidos tubarões do ensino, vão aumentando as mensalidades que por vezes atingem 100% em face dos preços anteriormente cobrados».

Interrogada sobre quais são os planos da UBES para enfrentar o grave problema, o secretário-geral da UBES que sua entidade já expediu circulares a todas as organizações estudantis secundárias do país apelando às mesmas

para que realizem comícios e outras manifestações públicas, assembléias nas escolas etc. e enviou telegramas ao ministro exigindo uma ação imediata do mesmo para sustar os abusos que já vêm se verificando no terreno da cobrança das anuidades escolares. Informou-nos ainda e nesse entrevistado que em alguns Estados e movimento se processa com êxito como acontece no Ceará e no Estado do Rio. No Ceará o Movimento que é liderado pelo Centro Estudantil e conta com o apoio da UEE, já realizou várias assembléias e comícios estando com greve marcada para ser deflagrada a 1º de março. No Estado do Rio realizou-se uma grande assembléia promovida pelo Sindicato dos Professores e pela COPES a fim de organizar a campanha

VERBAS ORÇAMENTÁRIAS DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS: MINISTRO DIZ QUE VAI PAGAR

«Durante minha permanência à frente do Ministério da Educação as organizações estudantis receberam rigorosamente dentro dos prazos regulamentares as dotações orçamentárias a que têm direito» — declarou aos dirigentes da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundários o sr. Brígido Tinoco, atual titular do MEC, por ocasião da visita de cumprimento que aqueles líderes estudantis lhe fizeram pela sua investidura naquele cargo. A promessa foi recebida efusivamente nos meios ligados às direções das entidades de classe dos estudantes que, nos últimos anos, vêm sendo vítimas de sistemáticas protelações (ou puras e simples cortes) na entrega das verbas que lhes são devidas por força de disposições legislativas, ocasionando tais anomalias sensíveis prejuízos aos seus planos de trabalhos estruturados ou em execução. Recordando, como exemplo, que o último Congresso Nacional dos Estudantes (Belo Horizonte, julho de 1960) teve sua realização ameaçada face a não liberação, em prazo normal, de dinheiro para o custeio de suas despesas. O mesmo ocorre agora com o Conselho da UBES que não se realizou por exclusiva falta de verbas.

Quer audiências semanais

O sr. Brígido Tinoco sugeriu aos diretores da UNE e da UBES que o procurem semanalmente, a fim de que possa o MEC promover um melhor atendimento às reivindicações universitárias. Os encontros seriam sempre realizados aos sábados.

Sobre este aspecto de comunicabilidade o novo ministro impressionou favoravelmente aos jovens. Em palestra com a reportagem de NR, diretores da UNE manifestaram a sua satisfação em verificar que o sr. Tinoco é de fácil acesso — como disse um deles. E aduziu: «não há mais no Ministério aquela dificuldade em ser atendido, co-

mum ao tempo dos gestões de Pedro Paulo Penido e Clóvis Salgado».

Posições

Quando instado a pronunciar-se sobre questões concretas, já o ministro não deixou as mesmas impressões. Preferiu o terreno nada hostil dos meios termos aos possíveis incômodos provenientes de pontos de vista firmes sobre alguns problemas da atualidade educacional brasileira. Suas respostas às perguntas dos líderes estudantis têm muito de evasivas. Vejamos algumas:

1º — É a favor de uma Reforma Universitária. Não sabe, porém, em que bases deverá ser efetuada.

2º — É a favor da vitalidade da cátedra, justamente uma prerrogativa condenada por todos que lutam por uma Reforma Universitária.

3º — É contra alguns artigos do projeto de Diretrizes e Bases. Não disse entretanto, quais.

4º — É a favor da Escola Pública, «mas não é contra a particular». Como se uma posição implicasse na outra...

5º — Sobre a demissão do sr. Jerandir Loef da cargo de diretor da Divisão do Ensino Superior, exigência dos universitários, disse: «Não se incomodem que ludo sairá bem», frase que, como se vê, presta-se a inúmeras interpretações.

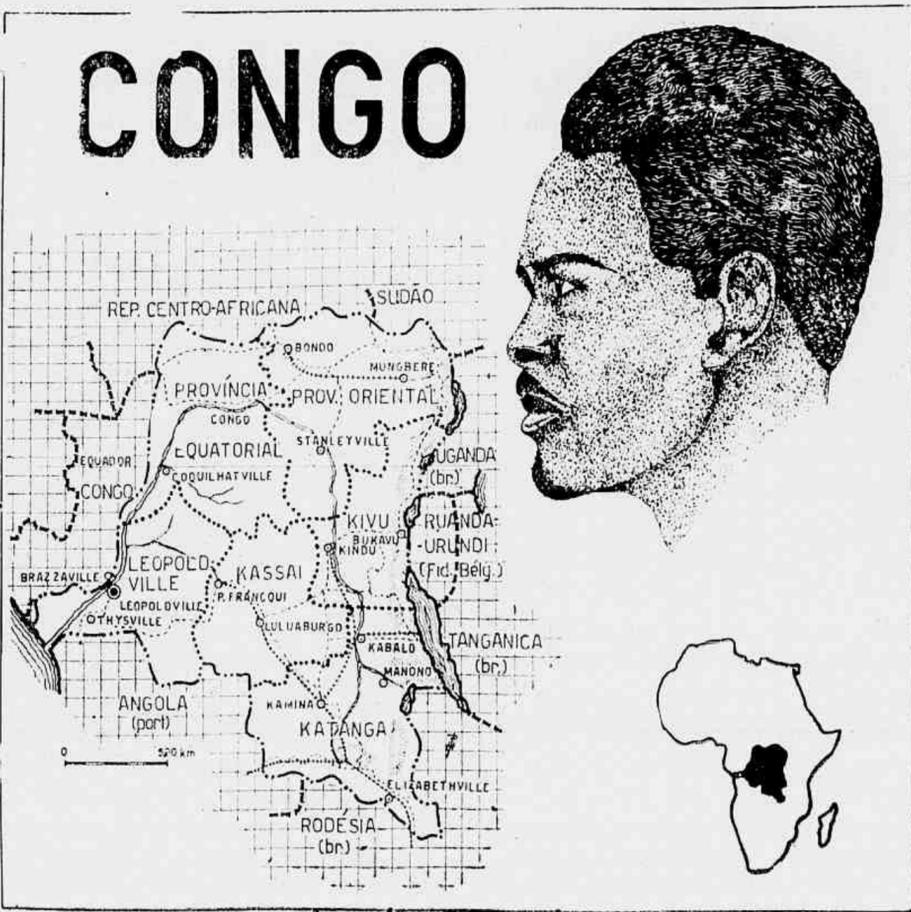
6º — A propósito do anunciado aumento da anuidade nos estabelecimentos escolares de grau médio disse que o Ministério está estudando a questão. Garantiu entretanto — e é bom que os secundaristas não esqueçam isso — que «se houver aumento o governo arcará com ele».

Terão um anexo os excedentes do Pedro II

A melhoria nas instalações de um prédio do Ministério da Saúde, situado junto à Estação da Leopoldina a fim de não instalar um anexo ao Pedro II, eis a solução para resolver o problema dos excedentes aprovados nos exames de admissão à 1ª série ginasial da Internato daquela conhecida casa de ensino. Essa foi a informação dada pelo sr. Brígido Tinoco aos diretores da UBES que o procuraram para tratar do assunto, em nome da Comissão de Pais de Alunos.

A referida Comissão acaba de se dirigir ao ministro da Educação apelando para que sejam matriculados, de modo indistinto, todos os candidatos aprovados naquele Educandário. A comissão, em seu apelo, após tecer comentários sobre a importância do aproveitamento daqueles excedentes que em sua maioria não dispõem de recursos econômicos para pagar os estudos em escolas particulares, solicita do sr. ministro uma «diligência rigorosa junto àquele Educandário a fim de apurar: a) o número exato dos alunos que deixaram o Internato no ano p. findo exemplificando: 1 — Os que terminaram o curso; 2 — os expulsos; 3 — os que não se adaptaram ao regime do Internato. b) O número exato de alunos desistentes que prestaram o concurso para o ano letivo de 1961 e c) Os que deixaram de renovar sua matrícula para o ano em curso.

O documento termina expressando a confiança da Comissão num despacho favorável, e se fôr o caso, «para que seja garantida em ato oficial a transferência daqueles que porventura, no momento foram matriculados no Externato, provisoriamente, de vez que o motivo que os levou a prestarem os exames para o Internato outro não foi senão a situação financeira de seus pais».



Em todos os partidos comunistas e operários do mundo têm sido objeto de discussões e estudos os resultados da Conferência de representantes dos 81 partidos comunistas e operários, que teve lugar em Moscou em novembro do ano passado. A Conferência, como se recorda, teve também enorme repercussão na imprensa burguesa e nos círculos políticos de todo o mundo, uma vez que debatia problemas da máxima importância internacional. Estavam na ordem-de-dia questões ideológicas e de natureza política referentes aos caminhos e meios da construção do socialismo, as lutas dos povos coloniais e dependentes por sua libertação, a coexistência pacífica entre países com regime social diferente, a possibilidade de impedir-se a guerra mundial, a posição dos comunistas ante as guerras locais e as guerras de libertação nacional, entre outras. Da Conferência, como se recorda, saíram uma Declaração e um Apêlo dirigidos a todos os povos do mundo, definindo com a maior clareza a posição dos países do campo socialista e dos partidos comunistas em face dos mencionados problemas.

Na União Soviética, numa assembleia geral das organizações do Partido da Escola Superior da URSS, da Academia de Ciências Sociais e do Instituto de Marxismo-leninismo, Nikita Kruschiov apresentou um importante informe em torno dos resultados da Conferência dos 81 países comunistas e operários. São desse informe os trechos textuais que reproduzimos a seguir.

O socialismo trabalha em favor da história

O primeiro-secretário do Comitê Central do Partido Comunista da URSS iniciou seu informe tratando da importância do fortalecimento da unidade das fileiras do movimento comunista mundial e de uma maior consolidação da frente comunista internacional, à base dos princípios do marxismo-leninismo, como o principal resultado da Conferência. « É esta — disse Kruschiov — uma nova vitória ideológica e política dos comunistas, uma vitória de grande transcendência histórica. E, ao mesmo tempo, uma nova derrota dos inimigos do comunismo e do progresso». «Antes — prosseguiu Kruschiov — costumava dizer-se: a história trabalhava em favor do socialismo. Quer-se significar assim que a humanidade terminaria por lançar ao lixo o capitalismo e o socialismo triunfaria. Em nossa época pode-se afirmar já que o socialismo trabalha em favor da história, pois o conteúdo fundamental do processo histórico de nosso tempo é o estabelecimento e a consolidação do socialismo no âmbito internacional».

As características de nossa época

A seguir, o dirigente comunista soviético trata de caracterizar a época em que vivemos e diz: «Que requisitos deve reunir a caracterização marxista-leninista de nossa época? Deve dar uma idéia clara de qual é a classe que se acha situada no centro da época e quais são o conteúdo, a orientação e os objetivos principais do desenvolvimento social. Em segundo lugar, deve abranger todo o processo revolucionário, desde a instauração do socialismo até a completa vitória do comunismo. Em terceiro lugar, deve mostrar as forças que aderem à classe operária, centro de nossa época, e os movimentos que afluem à corrente geral dirigida contra o imperialismo».

No período em que a revolução socialista já triunfou em um bom número de países, em que o socialismo se transformou num poderoso sistema mundial, em que o sistema colonial do imperialismo está próximo do seu completo desmoronamento e o imperialismo se encontra em estado de decadência e de crise, a definição de nossa época deve refletir estes acontecimentos decisivos.

A declaração da Conferência a define assim: «Nossa época, cujo conteúdo fundamental é a passagem do capitalismo ao socialismo, iniciado pela Grande Revolução Socialista de Outubro, é a época da luta de dois sistemas diametralmente opostos; a época das revoluções socialistas e das revoluções de libertação nacional; a época da derrocada do imperialismo, da liquidação do sistema colonial; a época da transição de mais e mais povos ao caminho socialista; a época do triunfo do socialismo e do comunismo em escala universal».

Esta definição do caráter da época contemporânea pode ser considerada como exemplo de solução criadora, autenticamente científica, de uma ingente tarefa de grande responsabilidade. A força desta definição reside em que caracteriza com acerto as principais realizações do movimento mundial de libertação e em que mostra claramente ao movimento comunista e operário as perspectivas da vitória do comunismo em todo o mundo.

Para Novas Vitórias do Movimento Comunista Mundial

N. KRUSCHIOV

Ao determinar a essência e o caráter de toda a época atual, é muito importante para nós ver com clareza quais as peculiaridades principais e os traços que definem sua etapa presente. Se tomarmos o período posterior a outubro do ponto de vista de suas principais forças motrizes, vemos que se divide claramente em duas etapas. A primeira começou com a vitória da Revolução de Outubro. Foi um período de consolidação e desenvolvimento da ditadura nacional do proletariado, para dizê-lo com palavras de Lenin, isto é, da ditadura do proletariado circunscrita ao âmbito nacional da Rússia.

Embora a União Soviética tenha exercido desde o primeiro dia de sua existência uma influência extraordinária na vida internacional, o imperialismo determinava, em medida considerável, o curso e o caráter das relações internacionais. Não obstante, nem mesmo então pôde o imperialismo esmagar a União Soviética e impedir que se transformasse numa grande potência industrial, baluarte do progresso e da civilização, centro de atração de todas as forças opostas ao jugo imperialista e à escravidão fascista.

A segunda etapa do desenvolvimento da época atual está vinculada à formação do sistema socialista mundial. Trata-se de um processo revolucionário de alcance histórico universal. A Revolução de Outubro rompeu um elo da cadeia do imperialismo. Mais tarde se efetuou a ruptura frontal da cadeia do imperialismo. Antes se falava de rompimento de um ou vários elos da cadeia do imperialismo; agora, na realidade, já não existe a cadeia do imperialismo que o abrangia todo. A ditadura da classe operária ultrapassou os limites de um só país e se transformou numa força internacional. O imperialismo não perdeu somente os países onde triunfou o socialismo. Vai perdendo rapidamente quase todas as suas colônias. É evidente que em consequência destes golpes e destas perdas, intensificou-se extraordinariamente a crise geral do capitalismo e que a correlação mundial de forças sofreu mudanças radicais em favor do socialismo.

O principal traço distintivo de nossa época é que o sistema socialista mundial se vai transformando em fator decisivo do desenvolvimento da sociedade humana. Isto encontra também sua expressão direta nas relações internacionais. Nas condições presentes, criaram-se premissas para que o socialismo determine cada vez mais o caráter, os métodos e os caminhos das relações internacionais. Isto não significa que o imperialismo represente «uma magnitude insignificante» que não se possa tomar em consideração. De forma alguma. O imperialismo dispõe ainda de uma grande força. Em suas mãos se encontra um poderoso aparelho militarista.»

Mas, acrescenta Kruschiov, «a atual correlação mundial de forças permite ao campo socialista e às demais forças pacíficas colocar pela primeira vez na história uma tarefa perfeitamente realizável: a de obrigar os imperialistas, sob ameaça do desmoronamento de seu regime, a não desencadear uma conflagração universal».

O primeiro-secretário do CC do P.C.U.S. refere-se em seguida à crise geral do capitalismo, destacando a conclusão feita pela Conferência de Moscou: «o desenvolvimento da crise geral do capitalismo entrou numa nova etapa». E acrescentando: «A peculiaridade desta etapa consiste em que não surgiu vinculada a uma guerra mundial, mas numa situação de emulação e de luta entre os dois sistemas; de mudança cada vez maior na correlação de forças em favor do socialismo...»

Problemas teóricos

Prosseguindo, Kruschiov disse: «Permiti-me que mencione aqui uma série de problemas teóricos dos quais se tem ocupado nosso partido nos últimos anos. São problemas das duas fases do comunismo, da passagem da primeira fase à segunda, à fase superior. São, também, problemas do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção durante a transição do socialismo ao comunismo, da transformação do sistema estatal socialista em auto-administração social comunista, da educação comunista dos trabalhadores, etc.»

Quero deter-me em alguns desses problemas. A medida que se avança para o comunismo vai-se tornando mais complexa a direção da economia socialista; a vinculação entre seus ramos e entre as zonas econômicas do país é cada dia mais estreita. Devido a isto, nosso partido dá grande atenção ao estudo dos problemas da direção da economia nacional, ao aperfeiçoamento da planificação. Em 1957 se levou a cabo a reorganização do sistema da direção da indústria e da construção, suprimiram-se os Ministérios de ramos da economia e criaram-se os Conselhos Econômicos das respectivas zonas administrativas do país. Em suma, esta medida transfere o centro da gravidade da direção imediata da economia para os organismos locais, mantendo-se o princípio da planificação centralizada. Em consequência, desenvolveu-se ainda mais o princípio do centralismo democrático. Isto corresponde à tese leninista de que à medida que se avança para o comunismo e cresce o nível cultural dos trabalhadores, a administração da produção se apoiará sobre bases cada vez mais democráticas.



Impedir a guerra

«A atual correlação mundial de forças permite ao campo socialista (...) colocar pela primeira vez na história uma tarefa perfeitamente realizável: obrigar os imperialistas, sob ameaça de desmoronamento de seu regime, a não desencadear uma conflagração universal».

Além disso, nosso partido traçou as vias para elevar a propriedade cooperativo-colosiana até o nível de propriedade de todo o povo, determinou as perspectivas da fusão de ambas para constituir-se a propriedade comunista única. O P.C.U.S. elaborou e pôs em prática todo um sistema de medidas econômicas, políticas e organizativas destinadas a consolidar e desenvolver em todos os seus aspectos o regime colosiano, a propriedade cooperativo-colosiana (por exemplo, a reorganização das estações de máquinas e tratores, a venda de maquinaria aos colcoses, a modificação do sistema de estoques e da política de preços, o envio de quadros ao campo, etc.).

Nosso partido concede grande atenção à justa aplicação do princípio socialista da distribuição, assim como à passagem, de futuro, ao princípio comunista. Tem demonstrado a inconsistência econômica e o caráter nocivo de todas as manifestações de igualitarismo, de debilitamento do princípio do estímulo material. Como se sabe, no passado ocorreram em nosso país casos de esquecimento do princípio do estímulo material, sobretudo na agricultura, o que infligiu um sério dano à produção agropecuária, ao regime colosiano. A atitude de desprezo ante as exigências materiais dos trabalhadores e a orientação preferencial para o entusiasmo e a consciência, para as formas de estímulo e recompensas morais de caráter social, eram um freio ao desenvolvimento da produção e um obstáculo à elevação do nível de vida dos trabalhadores. Tudo isto teve consequências negativas internas e inclusive internacionais, pois comprometia o prestígio do regime colosiano, dando lugar a mentiras dos inimigos do comunismo.

Eliminamos os erros cometidos e estamos tratando agora de aplicar de maneira consequente o princípio — «De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho». É o princípio do trabalho geral obrigatório. Sua aplicação tem enorme importância para elevar a produtividade do trabalho e a qualificação dos trabalhadores, assim como para educar o homem no espírito da atitude comunista em relação ao trabalho como primeira necessidade vital. Ao mesmo tempo, nosso partido procura conjugar os estímulos materiais do trabalho com os estímulos morais. A medida que se avança para o comunismo, aumentará invariavelmente o papel do fator moral, que já tem hoje uma grande importância. O surgimento e desenvolvimento do movimento das brigadas, oficinas e empresas de trabalho comunistas são um notável fenômeno da realidade soviética.

A adoção do princípio comunista de distribuição segundo as necessidades somente se efetuará quando as forças produtivas e a produtividade do trabalho tiverem alcançado um nível que permita criar abundância de bens materiais e quando o trabalho se tiver tornado a primeira necessidade vital dos membros da sociedade. Atualmente, a parte fundamental de nosso fundo nacional destinado ao consumo é distribuído segundo o trabalho. Ao mesmo tempo, uma parte considerável das necessidades dos trabalhadores é satisfeita gratuitamente. As verbas destinadas a fins de caráter social e cultural, à instrução pública e à saúde, das quais desfrutam gratuitamente todos os cidadãos, ascenderão agora a cerca de 25 milhões de rublos anuais. Consideramos que o aumento dos fundos sociais de consumo pessoal é o caminho comunista da elevação do nível de vida dos trabalhadores.

O partido presta grande atenção aos problemas da teoria do Estado socialista. Em nosso país há muito que não existem classes exploradoras, desenvolve-se um processo da extinção paulatina dos organismos administrativos do Estado, antes de tudo aqueles que cumprem funções coercitivas. Nosso partido se orienta fundamentalmente para o ulterior desenvolvimento da democracia, para a transferência das diversas funções dos organismos do Estado às organizações sociais em todas as esferas da vida política e cultural, para a incorporação das grandes massas trabalhadoras à administração da economia, à salvaguarda da ordem pública, à luta contra os infratores da lei, etc. Esta orientação, longe de debilitar a sociedade socialista, reforça-a e corresponde às perspectivas de transformação do sistema estatal socialista em autogestão social comunista.

Problema-chave: evitar uma nova guerra

Como se sabe, um dos principais problemas debatidos na Conferência dos 81 partidos comunistas e operários em Moscou foi o da guerra e da paz. Nikita Kruschiov assim abordou este problema na sua palestra de 6 de janeiro:

«A atitude do Partido Comunista da União Soviética em relação às questões da guerra e da paz é conhecida em todo o mundo. Foi exposta reiteradas vezes nas resoluções dos congressos e em outros documentos de nosso partido. As guerras surgiram com a divisão da sociedade em classes. Isto significa que a base para surgimento de toda guerra não se liquidará definitivamente enquanto não tiver sido suprimida a divisão da sociedade em classes antagonicas e hostis. Com a vitória da classe operária no mundo inteiro, com a vitória do socialismo, vitória que elimina todas as causas sociais e nacionais das guerras, a humanidade poderá livrar-se para sempre desta terrível calamidade.

Nas condições atuais devem distinguir-se as seguintes categorias de guerras: guerras mundiais, guerras locais e guerras de libertação ou insurreições populares. Isto é necessário para se elaborar uma tática justa em relação a estas guerras. Começemos pela questão das guerras mundiais. Nós, comunistas, somos os mais decididos inimigos das guerras mundiais, somos em geral inimigos das guerras entre os Estados. Dessas guerras só necessitam os imperialistas, para anexar territórios alheios, escravizar e saquear povos. Antes do surgimento do campo socialista mundial, a classe operária não podia exercer uma influência determinante na solução do problema da guerra ou da paz. Naquelas circunstâncias, os melhores representantes da classe operária lançaram a palavra de ordem de transformar a guerra imperialista em guerra civil, isto é, aproveitar a situação criada para a conquista do Poder pela classe operária, pelo povo trabalhador. Tal situação surgiu na Primeira Guerra Mundial e foi aproveitada em forma clássica pelo Partido Bolchevique, por Lenin.

conhecida em todo o mundo. Foi exposta reiteradas vezes nas resoluções dos congressos e em outros documentos de nosso partido.

As guerras surgiram com a divisão da sociedade em classes. Isto significa que a base para surgimento de toda guerra não se liquidará definitivamente enquanto não tiver sido suprimida a divisão da sociedade em classes antagonicas e hostis. Com a vitória da classe operária no mundo inteiro, com a vitória do socialismo, vitória que elimina todas as causas sociais e nacionais das guerras, a humanidade poderá livrar-se para sempre desta terrível calamidade.

Nas condições atuais devem distinguir-se as seguintes categorias de guerras: guerras mundiais, guerras locais e guerras de libertação ou insurreições populares. Isto é necessário para se elaborar uma tática justa em relação a estas guerras.

Começemos pela questão das guerras mundiais. Nós, comunistas, somos os mais decididos inimigos das guerras mundiais, somos em geral inimigos das guerras entre os Estados. Dessas guerras só necessitam os imperialistas, para anexar territórios alheios, escravizar e saquear povos. Antes do surgimento do campo socialista mundial, a classe operária não podia exercer uma influência determinante na solução do problema da guerra ou da paz. Naquelas circunstâncias, os melhores representantes da classe operária lançaram a palavra de ordem de transformar a guerra imperialista em guerra civil, isto é, aproveitar a situação criada para a conquista do Poder pela classe operária, pelo povo trabalhador. Tal situação surgiu na Primeira Guerra Mundial e foi aproveitada em forma clássica pelo Partido Bolchevique, por Lenin.

Em nossa época, as condições são diversas. O campo socialista mundial, com sua potente economia e suas poderosas forças armadas, exerce uma influência cada vez maior na solução dos problemas da guerra e da paz. Naturalmente, também hoje existem entre os países imperialistas contradições e antagonismos; cada um deles deseja enriquecer-se à custa dos mais débeis. No entanto, os imperialistas se vêem obrigados a olhar para a União Soviética e todo o campo socialista e temem envolver-se em guerras entre eles mesmos. Tratam de abafar suas contradições. Formaram blocos militares para os quais arrastaram muitos países capitalistas. Embora esses blocos se vejam divididos por lutas internas, seus integrantes são unidos, como eles próprios confessam, pelo ódio ao comunismo e, naturalmente, pela identidade de sua natureza e de suas aspirações imperialistas.

Nas condições presentes, as mais prováveis não são as guerras entre os países capitalistas, entre os países imperialistas, embora tampouco devam ser excluídas. Os imperialistas preparam guerras principalmente contra os países do socialismo e em primeiro lugar contra a União Soviética, o mais poderoso dos Estados socialistas. Os imperialistas desejariam aniquilar nosso poderio e, deste modo, restabelecer o domínio do capital monopolista.

A tarefa consiste em opor obstáculos insuperáveis ao desencadeamento das guerras pelos imperialistas. Nossas possibilidades de erguer barreiras ante os incendiários de guerra crescem e, por conseguinte, podemos evitar que irrompa uma conflagração mundial. É claro que ainda não podemos excluir por completo a possibilidade das guerras, uma vez que existem Estados imperialistas, mas desencadear guerras é hoje para os imperialistas muito mais difícil que no passado, do que antes do surgimento do poderoso campo do socialismo. Os imperialistas podem desencadear a guerra, mas são obrigados a pensar em suas consequências.

Afirmei certa vez que se o vesânico Hitler tivesse imaginado a derrota esmagadora em que iria terminar sua sangrenta aventura, tivesse imaginado que iria terminar suicidando-se, até mesmo ele teria pensado bem antes de decidir-se a desencadear a guerra contra a União Soviética. Mas então só havia dois países socialistas, a União Soviética e a República Popular da Mongólia. Entretanto, derrotamos os agressores, utilizando também as contradições entre os Estados imperialistas.

Hoje o quadro é completamente diferente. Ao campo imperialista se opõem os países socialistas, que constituem uma poderosa força. Seria erro subestimar o poderio do campo socialista, sua influência no curso dos acontecimentos mundiais e, por conseguinte, na solução do problema da guerra ou da paz. Nas

condições criadas pela existência do pujante campo do socialismo, que dispõe de poderosas forças armadas, se mobilizarem os povos todas as suas energias para lutar ativamente contra os belicosos imperialistas, poderão, sem dúvida, impedir a guerra e assegurar deste modo a coexistência pacífica.

Agora, algumas palavras sobre as guerras locais. Atualmente, no campo imperialista se fala muito em guerras locais e até se produzem armas atômicas de pequeno calibre para nelas serem utilizadas. Elocubrou-se uma teoria especial sobre as guerras locais. Será isto uma casualidade? Claro que não. Alguns círculos imperialistas, temerosos de que uma guerra mundial possa desembocar no completo aniquilamento do capitalismo, jogam a cartada das guerras locais.

Tem havido guerras locais e pode haver de futuro. No entanto, a possibilidade de que os imperialistas desencadeiem tais guerras é também cada vez mais limitada. Uma pequena guerra imperialista pode transformar-se, quaisquer que sejam os imperialistas que a tenham iniciado, numa guerra mundial de foguetes e outras armas nucleares. Por isso devemos lutar tanto contra as guerras mundiais como contra as guerras locais.

A agressão da Inglaterra, França e Israel ao Egito é um exemplo de guerra local desencadeada pelos imperialistas. Queriam esmagar o Egito e, desta forma, intimidar os países árabes que lutam por sua independência, assim como a outros povos da Ásia e da África. Os estadistas ingleses, Eden, inclusive, nos falaram com bastante franqueza de sua intenção de esmagar o Egito, quando estivemos em Londres. Dissemos-lhes sem rodeios: se começarem a guerra, perdê-la-ão; nós não permaneceremos neutros. Quando irrompeu essa guerra, a Organização das Nações Unidas a condenou formalmente, mas os agressores não lhe deram importância e prosseguiram seu feito imundo. Estavam convencidos de que lhes faltava pouco para alcançar o objetivo que visavam. A União Soviética e todo o campo socialista levantaram-se em defesa do Egito. A séria advertência do governo soviético a Eden e Guy Mollet pôs termo à guerra. A guerra local, a aventura no Egito, sofreu um vergonhoso fracasso.

Isto aconteceu em 1956, quando a correlação de forças entre os países socialistas e os imperialistas não era a de hoje. Então, não éramos tão poderosos como atualmente. Além disso, os governantes da Inglaterra, França e Israel pensavam aproveitar-se das dificuldades que surgiram então na Hungria e na Polónia. Os representantes dos Estados imperialistas nos murmuravam ao ouvido: vocês têm dificuldades na Hungria, e nós as temos no Egito; por isso não devem intrometer-se em nossos assuntos. Mas demos a resposta merecida a esses murmuradores. Não fechamos os olhos às suas criminosas ações. Entrevistamos no caso e fizemos malograr a agressão.

Ai tendes um exemplo de guerra local desencadeada pelos imperialistas à qual se pôs fim graças à intervenção da União Soviética e de todo o campo socialista.

Já afirmei que não está afastada a possibilidade de guerras locais no futuro. Por isso, nossa tarefa consiste em manter-nos sempre alertas, em mobilizar tanto as forças do campo socialista como os povos de todos os países, todas as forças pacíficas para impedir as guerras de agressão. Se os povos de todos os países se mantiverem unidos e mobilizados, se lutarem incansavelmente, unindo seus esforços dentro de cada país e em âmbito internacional, as guerras poderão ser evitadas.

Agora, quanto às guerras de libertação nacional. Como exemplo de tais guerras nos últimos tempos podem servir a luta armada do povo vietnamita ou a guerra do povo argelino que se prolonga já há mais de seis anos.

Essas guerras começaram como insurreições dos povos coloniais contra seus opressores e se transformaram em guerras de guerrilhas.

Enquanto existir o imperialismo, enquanto existir o colonialismo haverá guerras de libertação. São guerras revolucionárias. E não são admitíveis como inevitáveis uma vez que os colonialistas não concedem voluntariamente a independência aos povos. Por isso, somente com luta, inclusive a luta armada, é que os povos podem conquistar sua liberdade e independência.

Por que os imperialistas norte-americanos, apesar de todo o seu desejo de ajudar os colonizadores franceses, não se atreveram a imiscuir-se diretamente na guerra do Vietnã? Não o fizeram porque sabiam que se ajudassem a França com forças armadas, o Vietnã receberia ajuda correspondente da China, da União Soviética e dos demais países socialistas e que isto poderia transformar-se numa guerra mundial. O desenlace da guerra é conhecido: o Vietnã do Norte saiu triunfante.

(CONTINUA)



PALACIO NEGRO
DE LECUMBERRI

PRESO No. 46788

desde el 9 de
agosto de 1960

A SIQUEIROS, AL PARTIR

Aquí te dejo, con la luz de enero,
El corazón de Cuba libertada
Y, Siqueiros, no olvides que te espero
En mi patria volcánica y nevada.

He visto tu pintura encarcelada
Que es como encarcelar la llamada.

Y me duele al partir **EL DESAFUERO!**
Tu pintura es la patria bienamada,
MEXICO ESTA CONTIGO PRISIONERO.

NOVOS RUMOS

PABLO NERUDA
México, D. F., 9 de enero de 1961

DAVID ALFARO
SIQUEIROS

SIQUEIROS, famoso pintor e dirigente comunista mexicano, encontra-se prêso desde 9 de agosto de 1960, em virtude de suas atividades políticas. De tôdas as principais cidades do mundo têm sido dirigidos protestos contra a violência de que é vítima aquêle conhecido artista. Nossa página gráfica é a reprodução de um cartaz que cobre os muros e paredes de numerosas cidades latino-americanas.

HAGO extensivo lo que significa el bello y solidario homenaje de Pablo Neruda, a mis compañeros, Demetrio Vallejo, Gilberto Rojo Robles, Filomeno Mata, Dionisio Encina, J. Encarnación Pérez, Valentín Campa, Alberto Lumbreras y demás camaradas encarcelados por la misma represión política.